

# CARTA EDUCATIVA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



**Equipa:**

Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço

**Colaboração:**

Agrupamento Vertical de Escolas de Sobral de Monte Agraço

Associação Popular de Sobral de Monte Agraço

Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos de Mafra, Arruda e Sobral

Escola Secundária com 3º ciclo de Sobral de Monte Agraço

Junta de Freguesia de Santo Quintino

Junta de Freguesia de Sapataria

Junta de Freguesia de Sobral de Monte Agraço

Ministério da Educação – DREL e GIASE

OLEFA – Organização Local de Educação e Formação de Adultos de Sobral de Monte Agraço

UNIR – Associação de Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Sobral de Monte Agraço

<b>ABREVIATURAS.....</b>	<b>5</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO .....</b>	<b>7</b>
<b>3. ÂMBITO TERRITORIAL .....</b>	<b>15</b>
<b>4. PRINCÍPIOS ORIENTADORES.....</b>	<b>17</b>
4.1. A CARTA EDUCATIVA .....	17
4.2. A POLÍTICA EDUCATIVA MUNICIPAL .....	19
4.2.1. <i>INTRODUÇÃO.....</i>	19
4.2.2. <i>OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS.....</i>	20
4.2.3. <i>DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA EDUCATIVA MUNICIPAL .....</i>	21
4.3. CRITÉRIOS DE PLANEAMENTO EDUCATIVO .....	22
<b>5. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DO CONCELHO .....</b>	<b>24</b>
5.1. AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E A SUA LOCALIZAÇÃO.....	24
5.2. UMA ANÁLISE DEMOGRÁFICA DO CONCELHO .....	26
5.2.1. <i>EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE.....</i>	26
5.2.2. <i>ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO.....</i>	28
5.3. ESTIMATIVA DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ATÉ 2011 .....	30
5.4. POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO NÍVEL DE ENSINO ATINGIDO .....	33
5.5. A HIERARQUIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS .....	35
<b>6. CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO.....</b>	<b>41</b>
6.1. A PROCURA DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO .....	41
6.1.1. <i>EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR .....</i>	43
6.1.2. <i>EDUCAÇÃO BÁSICA.....</i>	46
6.1.2.1. <i>EDUCAÇÃO BÁSICA 1º CICLO .....</i>	47
6.1.2.2. <i>EDUCAÇÃO BÁSICA 2º E 3º CICLOS .....</i>	49
6.1.3. <i>ENSINO SECUNDÁRIO.....</i>	51
6.1.4. <i>TAXAS DE APROVEITAMENTO E DE NÃO APROVEITAMENTO ESCOLAR.....</i>	58
6.1.4.1. <i>1º CICLO DO ENSINO BÁSICO .....</i>	59
6.1.4.2. <i>2º CICLO DO ENSINO BÁSICO .....</i>	61
6.1.4.3. <i>3º CICLO DO ENSINO BÁSICO .....</i>	65
6.1.4.4. <i>ENSINO SECUNDÁRIO.....</i>	67
6.1.5. <i>ENSINO SUPERIOR .....</i>	74
6.1.6. <i>ENSINO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (ENSINO RECORRENTE).....</i>	77
6.1.7. <i>NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS, ENSINO ESPECIAL.....</i>	82
6.2. A OFERTA DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO .....	86
6.2.1. <i>TIPOLOGIA E LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR .....</i>	86
6.2.2. <i>CARACTERIZAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE.....</i>	89
6.2.3. <i>CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS ESPAÇOS.....</i>	90
6.2.4. <i>CAPACIDADE / SATURAÇÃO DOS ESPAÇOS .....</i>	97
6.3. CONCRETIZAÇÃO DA ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR.....	100
6.3.1. <i>INTRODUÇÃO.....</i>	100

6.3.2.	<i>ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR.....</i>	<i>101</i>
6.3.2.1.	ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA A AQUISIÇÃO DE MANUAIS E MATERIAL ESCOLAR .....	101
6.3.2.2.	FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES .....	103
6.3.2.3.	ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR...	105
6.3.3.	<i>ACÇÃO EDUCATIVA.....</i>	<i>107</i>
6.3.3.1.	TRANSPORTES ESCOLARES .....	107
6.3.3.2.	TRANSPORTES ESCOLARES – VISITAS DE ESTUDO E ACTIVIDADES EXTRA-ESCOLARES.....	110
6.3.3.3.	OUTROS TRANSPORTES .....	111
6.3.3.4.	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO.....	113
6.3.4.	<i>COMPONENTE DE APOIO ÀS FAMÍLIAS / PROLONGAMENTO DE HORÁRIOS.....</i>	<i>115</i>
<b>7.</b>	<b>DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO EDUCATIVA NO CONCELHO .....</b>	<b>116</b>
7.1.	A REDE EDUCATIVA .....	116
7.1.1.	<i>INTRODUÇÃO.....</i>	<i>116</i>
7.1.2.	<i>QUALIDADE DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES .....</i>	<i>116</i>
7.1.3.	<i>INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA COMUNIDADE LOCAL.....</i>	<i>117</i>
7.1.4.	<i>DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA REDE ESCOLAR .....</i>	<i>119</i>
7.1.5.	<i>TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO E DE COBERTURA .....</i>	<i>120</i>
7.1.6.	<i>O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO LOCAL.....</i>	<i>124</i>
7.1.7.	<i>PROJECCÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR ATÉ 2011.....</i>	<i>126</i>
<b>8.</b>	<b>PROPOSTAS DE REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR .....</b>	<b>131</b>
8.1.	OPÇÕES E OBJECTIVOS.....	131
8.2.	CRITÉRIOS DE PLANEAMENTO.....	133
8.3.	SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS .....	135
8.4.	DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO .....	136
8.5.	PROPOSTAS DE REORDENAMENTO .....	139
8.5.1.	<i>INTRODUÇÃO.....</i>	<i>139</i>
8.5.2.	<i>REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR.....</i>	<i>141</i>
8.5.3.	<i>ENSINO SUPERIOR.....</i>	<i>151</i>
8.6.	O NOVO TERRITÓRIO EDUCATIVO.....	151
8.7.	OUTRAS MEDIDAS DE INTERVENÇÃO COMPLEMENTARES.....	154
8.8.	SÍNTESE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS .....	162
8.9.	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA .....	165
8.10.	ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL.....	166
<b>9.</b>	<b>MONITORIZAÇÃO / AVALIAÇÃO DO PROCESSO .....</b>	<b>167</b>
9.1.	INTRODUÇÃO.....	167
9.2.	FASES DO PROCESSO DE MONITORIZAÇÃO .....	167
9.2.1.	<i>RECOLHA, ORGANIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO .....</i>	<i>167</i>
9.2.2.	<i>INSTRUMENTOS DE ACÇÃO.....</i>	<i>169</i>
9.2.3.	<i>AVALIAÇÃO DE RESULTADOS.....</i>	<i>170</i>
<b>10.</b>	<b>DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA.....</b>	<b>172</b>
<b>11.</b>	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>173</b>
<b>12.</b>	<b>ANEXOS .....</b>	<b>175</b>

## ABREVIATURAS

- BE-CRE** – Biblioteca Escolar – Centro de Recursos Educativos
- CEB** – Ciclo do Ensino Básico
- CPCJ** – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
- CMSMA** – Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço
- CRVCC** – Cursos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
- CSPOPE** – Cursos Secundários Predominantemente Orientados para o Prosseguimento de Estudos
- CSPOVA** - Cursos Secundários Predominantemente Orientados para a Vida Activa
- DREL** – Direcção Regional de Educação de Lisboa
- EB1** – Escola Básica com o 1º Ciclo
- EB1/JI** – Escola Básica com 1º Ciclo e Jardim-de-infância
- ES/3** – Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico
- ECAE** – Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos
- GIASE** – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo
- IEFP** – Instituto de Emprego e Formação Profissional
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- JI** – Jardim-de-infância
- MAFC** – Monte Agraço Futebol Clube
- NEE** – Necessidades Educativas Especiais
- PDM** – Plano Director Municipal
- QREN** - Quadro de Referência Estratégico Nacional
- SPO** – Serviço de Psicologia e Orientação
- UNIR** – Associação de Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Sobral de Monte Agraço
- UNIVA** – Unidade de Inserção na Vida Activa



## 1. INTRODUÇÃO

O presente documento não pretende restringir-se ao levantamento e caracterização dos actuais equipamentos escolares e dados populacionais do concelho.

É seu objectivo que a Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço constitua um estudo que, além de apresentar uma caracterização rigorosa dos equipamentos e dados populacionais inclua, também, propostas concretas para uma organização mais eficaz e eficiente desses mesmos equipamentos, para criação de outros (caso se verifiquem necessário) ou mesmo para estabelecimento de novas dinâmicas que permitam, possibilitem e promovam, uma Educação mais adaptada e adequada aos novos desafios que a sociedade de hoje coloca a todos os parceiros da Educação (Escola, Família, Autarquias e Sociedade em geral).

Pretende-se, igualmente, que a presente Carta Educativa possa constituir-se como documento base da definição e concretização da política educativa municipal.

Assim sendo, um tal documento não poderá nem deverá ser estático e portanto considerado como finalizado. A sociedade muda, os desafios colocados à educação também, e os pressupostos que estão na base das propostas apresentadas podem-se alterar. Torna-se, por isso, necessário e indispensável que o presente documento seja alvo de reavaliações e reajustamentos mantendo-se, desta forma, adaptado à realidade presente (em cada momento) e servindo, também, como meio de planeamento de realidades futuras.

## 2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

Em Portugal a legislação referente à Educação é tão diversa como dispersa. Ao procedermos a um resumo da legislação, que se encontra na base directa ou indirectamente relacionada com os diversos aspectos que constituem a presente Carta Educativa, tentámos, por um lado, proceder a alguma organização da mesma por temática abordada e, por outro, cingir-nos à legislação mais relevante, especialmente no que concerne às competências das Autarquias.

Dada a sua relevância é, no entanto, importante frisar que a Constituição da República Portuguesa consagra no seu Capítulo III – Direitos e Deveres Culturais (artigos 73º e 74º) os Direitos à Educação e ao Ensino:

### **«Art. 73º - Educação, Cultura e Ciência**

1 – Todos têm direito à educação e à cultura.

2 – O Estado promove a democratização da educação e demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva.»

### **«Art. 74º - Ensino**

1 – Todos têm direito ao ensino como garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

2 – Na realização da política de ensino incumbe ao Estado:

- a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;
- b) Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar;
- c) Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo;
- d) Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados de ensino, da investigação científica e da criação artística;
- e) Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino;
- f) Inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das actividades económicas, sociais e culturais;
- g) Promover e apoiar o acesso dos cidadãos portadores de deficiência ao ensino e apoiar o ensino especial, quando necessário;
- h) Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades;
- i) Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa;
- j) Assegurar aos filhos dos imigrantes apoio adequado para efectivação do direito ao ensino.»

### ➤ **Legislação Base**

✓ **Lei 46/86 (\*)**, de 14 de Outubro – **Lei de Bases do Sistema Educativo** (com as alterações introduzidas pela **Lei n.º 115/97**, de 19 de Setembro e pela **Lei n.º 49/2005**, de 30 de Agosto);



✓ **Lei n.º 5/97 (\*)**, de 10 de Fevereiro – **Lei Quadro da Educação Pré-Escolar**;

✓ **Decreto-Lei n.º 115-A/98 (\*)**, de 4 de Maio – Aprova o **Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário**;

✓ **Decreto-Lei n.º 7/2003 (\*)**, de 15 de Janeiro – Regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e **Aprova o Processo de Elaboração das Cartas Educativas**, transferindo competências para as Autarquias (com as alterações introduzidas pela **Lei n.º 41/2003**, de 22 de Agosto e respectiva rectificação n.º 13/2003 de 11 de Outubro).

#### ➤ **Legislação Geral sobre as diversas Temáticas na Área da Educação**

✓ **Decreto-Lei n.º 553/80**, de 21 de Novembro – **Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo**;

✓ **Decreto-Lei n.º 299/84 (\*)**, de 5 de Setembro – **Transportes Escolares** (sofreu alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro);

✓ **Decreto-Lei n.º 399/84 (\*)**, de 28 de Dezembro – **Acção Social Escolar** (sofreu alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro);

✓ **Despacho Conjunto n.º 28/SERE/SEAM/88** – Define os princípios gerais da planificação da **Rede Escolar**;

✓ **Decreto-Lei n.º 108/88**, de 31 de Março – **Regulamenta o Ensino Particular e Cooperativo**, integrando-o na Rede Escolar para efeitos de ordenamento desta;

✓ **Decreto-Lei n.º 190/91**, de 17 de Maio – Cria os Serviços de Psicologia e Orientação e estabelece as atribuições e competências destes serviços. Define genericamente a organização e funcionamento dos SPO e a constituição das equipas técnicas;

✓ **Decreto-Lei n.º 147/97**, de 11 de Junho – Consagra o **Regime Jurídico da Educação Pré-Escolar**, estabelecendo a criação de uma rede pública e de uma rede privada, visando a universalidade da Educação Pré-Escolar;

✓ **Despacho Conjunto n.º 258/97**, de 21 de Agosto – Define os critérios aplicáveis à caracterização do equipamento necessário ao funcionamento dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar;

✓ **Despacho Conjunto n.º 268/97**, de 25 de Agosto – Define os critérios gerais de programação dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar;

✓ **Decreto-Lei n.º 291/97**, de 4 de Setembro – Define o regime de atribuição de **financiamento para instalação de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar**;

✓ **Decreto-Lei n.º 300/97**, de 31 de Outubro – Cria a carreira de psicólogo no âmbito do Ministério da Educação e define o seu conteúdo funcional, regras para concursos de afectação, ingresso e acesso;

✓ **Decreto-Lei n.º 314/97**, de 15 de Novembro – Estabelece a **denominação dos estabelecimentos de educação** ou de ensino público não superior;

✓ **Despacho Normativo n.º 27/97**, de 2 de Junho – Pretende estimular a participação e a iniciativa das escolas nos domínios do reordenamento da rede educativa;

✓ **Despacho Conjunto n.º 105/97**, de 1 de Julho – Estabelece o regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo com base na articulação dos recursos e das actividades de apoio especializado existentes nas escolas, no quadro de desenvolvimento dos projectos educativos;

✓ **Decreto-Lei n.º 4/98**, de 8 de Janeiro – Estabelece o novo **regime de criação, organização e funcionamento das escolas profissionais** no âmbito do ensino não superior;

✓ **Decreto-Lei 89-A/98**, de 7 de Abril – Cria uma linha de crédito bonificado para financiamento de construção e aquisição de instalações e equipamento de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar;

✓ **Despacho n.º 9022/99**, de 6 de Maio – Publica a rede nacional dos SPO, por Direcção Regional de Educação e aprova os territórios educativos abrangidos e os quadros de afectação dos profissionais;

✓ **Decreto-Lei n.º 380/99 (\*)**, de 22 de Setembro – Estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;

✓ **Decreto-Lei n.º 319/91 (\*)**, de 23 de Agosto – Regula a **Integração dos Alunos Portadores de Deficiência** nos estabelecimentos públicos de ensino nos níveis básico e secundário;

✓ **Despacho Conjunto n.º 128/97 (\*)**, de 9 de Julho – Determina que as escolas em articulação com o Ministério da Educação e as Autarquias assegurem, no âmbito do apoio sócio-educativo às famílias, as condições para que as crianças e os jovens realizem percursos escolares bem sucedidos;

✓ **Despacho Normativo n.º 27/99 – Escolas Profissionais**

✓ **Decreto Regulamentar n.º 12/2000 (\*)**, de 29 de Agosto – Define as condições necessárias à Constituição e à Instalação dos Agrupamentos de Escolas do Ensino Básico;

✓ **Decreto-Lei n.º 6/2001**, de 18 de Janeiro – Consubstancia a reorganização curricular do ensino básico, nomeadamente no que diz respeito aos princípios, objectivos, estrutura curricular e avaliação das aprendizagens neste nível de ensino;

✓ **Decreto-Lei n.º 74/2004**, de 26 de Março – consubstancia a reforma curricular do **Ensino Secundário** (princípios da organização/gestão do currículo e avaliação das aprendizagens), com as alterações introduzidas pela **Declaração de Rectificação n.º 44/2004**, de

25 de Maio, e pelo **Decreto-Lei n.º 24/2006**, de 6 de Fevereiro; **Portarias n.º 550 (A, B, C, D, E)**, de 21 de Maio de 2004 – complementam do DL 74/2004, no que se refere ao funcionamento dos cursos gerais, artísticos, profissionais e tecnológicos do ensino secundário;

✓ **Despacho n.º 13765/2004**, de 13 de Julho – introduz algumas alterações ao despacho conjunto n.º 373/2002, de 23 de Abril, no que se refere a orientações relativamente a matrículas, distribuição de alunos e constituição de turmas;

✓ **Despacho n.º 14758/2004**, de 23 de Julho - define, de acordo com o previsto no artigo 38.º da Portaria n.º 550-C/2004, de 21 de Maio, as condições essenciais não expressamente previstas no citado diploma, para o funcionamento nas escolas ou agrupamentos de escolas integrados na rede pública de estabelecimentos de educação e ensino dos cursos profissionais do nível secundário de educação criados de acordo com o Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março;

✓ **Despacho Conjunto n.º 453/2004**, de 27 de Julho – cria os Cursos de Educação e Formação estabelecendo os respectivos referenciais curriculares e procedimentos de organização, desenvolvimento, avaliação e acompanhamento;

✓ **Despacho n.º 16795/2005**, de 03 de Agosto – determina sem prejuízo da normal duração semanal que os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º CEB se mantenham obrigatoriamente abertos pelo menos até às 17h30 e no mínimo 8 horas diárias;

✓ **Despacho n.º 18797/2005**, de 30 de Agosto – estabelece regras e princípios a observar, em cada ano lectivo, na organização do horário semanal do pessoal docente em exercício de funções nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensino básicos e secundário. Define ainda as orientações para a organização e programação das actividades educativas que proporcionem aos alunos do ensino básico o aproveitamento pleno dos tempos decorrentes de ausência imprevista do respectivo docente;

✓ **Despacho Normativo n.º 1/2006**, de 06 de Janeiro – Aprova a constituição de turmas com percursos alternativos, no âmbito do ensino básico. Aprova o respectivo regulamento publicado em anexo dele fazendo parte integrante.

✓ **Lei n.º 13/2006 (\*)**, de 17 de Abril – Define o Regime Jurídico do Transporte de Colectivo de Crianças e Jovens até aos 16 anos.

➤ **As Competências das Autarquias na Área da Educação, encontram-se regulamentadas na seguinte legislação:**

✓ **Lei n.º 42/98**, de 6 de Agosto – Lei das Finanças Locais – Estabelece o **Regime Financeiro dos Municípios e das Freguesias**

✓ **Lei n.º 159/99**, de 14 de Setembro – Estabelece o **Quadro de Transferência das Atribuições e Competências das Autarquias Locais**, atribuindo-lhes responsabilidades no domínio da construção e manutenção dos estabelecimentos de educação e ensino

✓ **Lei n.º 169/99**, de 18 de Setembro – **Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias**

✓ **Decreto-Lei n.º 241/2004**, de 30 de Dezembro – Estabelece as regras transitórias de recrutamento e contratação de assistentes de acção educativa e de auxiliares de acção educativa das autarquias locais.

✓ Toda a legislação, assinalada com um (\*), referida anteriormente.

Da leitura da legislação anterior podemos constatar que são competências dos órgãos do Municipais para a área da educação (entre outras):

- Construir, apetrechar e manter os estabelecimentos de educação pré-escolar e básica;
- Elaborar a Carta Educativa;
- Criar o Conselho Municipal de Educação;
- Assegurar a Gestão dos Transportes Escolares;
- Assegurar a Gestão dos Refeitórios dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e Básico;
- No domínio da Acção Social Escolar – aprovar a atribuição de auxílios económicos (nomeadamente: subsídio para alimentação, subsídio para livros e material escolar);
- Gerir o pessoal não docente da educação pré-escolar e do 1º ciclo básico;
- Envolver-se e apoiar actividades culturais e recreativas complementares e extra-escolares, no âmbito da educação pré-escolar e básica.



### 3. ÂMBITO TERRITORIAL

A presente Carta Educativa tem por âmbito territorial o Município de Sobral de Monte Agraço.

O Concelho de Sobral de Monte Agraço situa-se no Distrito de Lisboa (mapa n.º 1), integrando a Região de Lisboa e Vale do Tejo e a sub-região do Oeste, confinante a sul e poente com os Concelhos de Mafra e Arruda dos Vinhos, a norte com os de Torres Vedras e Alenquer e a nascente com o de Alenquer.



**Mapa n.º 1** – Localização do Concelho de Sobral no Distrito de Lisboa

**Fonte:** Site da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço

O Concelho tem uma superfície de 51,95 Km<sup>2</sup>, sendo constituído por três Freguesias. A freguesia de Sapataria com uma área de 14,40 Km<sup>2</sup>, corresponde a 27,72% da superfície total do Concelho<sup>1(a)</sup>, a freguesia de

---

<sup>(a)</sup> As fontes encontram-se devidamente identificadas no capítulo da Bibliografia

Sobral com uma área de 8,67 Km<sup>2</sup>, ocupa 16,69% e a freguesia de Santo Quintino com uma área de 28,88 Km<sup>2</sup>, ocupa 55,59%.

Sobral de Monte Agraço ocupa 1,9 % da superfície total do distrito, representando 0,42% da população distrital, com um total de 8884 habitantes registados no censo de 2001<sup>1</sup>.

Apresenta uma densidade populacional de 171 hab./Km<sup>2</sup>, superior à média existente em Portugal continental (110 hab./Km<sup>2</sup>), mas inferior à verificada no distrito (768 hab./Km<sup>2</sup>)<sup>1</sup>.

O povoamento é disperso, uma vez que mais de metade da população do concelho reside em lugares com menos de 200 habitantes<sup>1</sup>.

Importa aqui introduzir o conceito de **Território Educativo** definido como um espaço geográfico em que seja assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical e horizontal integrado.

O Território Educativo deve, assim, promover o desenvolvimento de estruturas conducentes à integração vertical e horizontal dos três ciclos do Ensino Básico e de Jardins de Infância (Martins, E.; 2000).

Cada Território Educativo deverá possuir uma **Escola Nuclear** a qual dispõe de maiores e mais recursos (físicos e humanos) o que possibilita a centralização de certas funções e actividades que não seria possível desenvolver nas restantes escolas do Território. É, ainda, importante referir que a constituição de **Agrupamentos de Escolas** deverá respeitar o conceito de Território Educativo apresentado.

No caso concreto em análise o território educativo corresponde ao Município de Sobral de Monte Agraço, existindo nele um único Agrupamento Vertical de Escolas – **Agrupamento Vertical de Escolas de Sobral de Monte Agraço** – sendo a escola nuclear a Escola Básica Integrada de Sobral de Monte Agraço.

## 4. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

### 4.1. A CARTA EDUCATIVA

De acordo com Martins, E. (2000) a Carta Escolar surge “como metodologia de planeamento entendida não como documento acabado mas como uma (re)configuração da rede educativa, expressão de uma política educativa, projectada num determinado horizonte temporal, permanentemente reavaliada e actualizada, no quadro de uma prática de planeamento educativo, desenvolvida de uma forma sistemática e continuada aos diversos níveis da Administração”.

Embora já anteriormente prevista é somente no ano de 2003, com a publicação do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, que é regulamentada a elaboração das Cartas Educativas (até então denominadas de Cartas Escolares).

Segundo o número 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro a carta educativa deverá conter “a caracterização sumária da localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico, as projecções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública”.

Ainda de acordo com o Decreto-Lei supra referido o Ministério da Educação e as Câmaras Municipais deverão reavaliar, obrigatoriamente, de cinco em cinco anos a necessidade de revisão da Carta Educativa (n.º 3, do Artigo 20º).

Assim, a Carta Educativa surge como uma ferramenta de planeamento, pretendendo-se com este novo instrumento (Martins, 2000):

- Desenvolver uma concepção de escola integrada no espaço de recursos educativos diferenciados;
- Promover uma visão prospectiva da realidade, delineada em cenários de evolução construídos a partir de análises globais e qualitativas;
- Prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da Rede Educativa colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, rentabilizando o parque escolar existente;
- Caminhar no sentido de um esbatimento das disparidades inter e intra-regionais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspectiva de adequação da Rede Educativa às características regionais e locais, assegurando a coerência dos princípios normativos no todo nacional;
- Auxiliar na tomada de decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao encerramento de escolas e à conversão e adaptação do parque escolar otimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão;
- Definir prioridades;
- Optimizar a utilização dos recursos consagrados à educação;
- Evitar rupturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico;
- Estimular a criação de estruturas de diálogo e de sistemas de informação que tornem a Carta Educativa num princípio, num processo.

## 4.2. A POLÍTICA EDUCATIVA MUNICIPAL

### 4.2.1. INTRODUÇÃO

O Município de Sobral de Monte Agraço manteve-se sempre atento às profundas transformações (educacionais, sociais, culturais e também económicas) que têm vindo a ocorrer no contexto nacional e internacional e que, forçosamente, acabam por, em maior ou menor grau, influenciar a realidade concelhia.

Entre essas transformações importa destacar algumas que, dada a sua natureza, ganham um maior relevo quando abordamos a problemática da educação, nomeadamente:

- ❖ Os **fenómenos de globalização** (que têm promovido importantes transformações nas sociedades actuais e que tocam todos os contextos: cultural, social, económico, educacional, etc.).

- ❖ A generalização das **Novas Tecnologias de Informação** e a sua importância crescente quer em contexto educacional, quer no contexto laboral.

- ❖ As mudanças ocorridas no **“mundo do trabalho”**, nomeadamente com a introdução de conceitos como o de “formação ao longo da vida” e a alteração de outros relacionados com a “carreira” do indivíduo.

- ❖ Os **fluxos migratórios** (em especial de imigração) que se têm vindo a acentuar nos últimos anos e aos quais nem a sociedade nem a escola poderão ficar indiferentes sendo necessário que sejam procuradas respostas eficazes e adaptadas às diversidades culturais que daí advêm e de forma a promover a sua integração social.

É, de facto, importante a formulação de um conjunto de princípios orientadores subjacentes à Política Educativa Municipal, que não poderão ser divergentes das grandes linhas estratégicas da Política Educativa Nacional, os quais procuram:

- Promover o desenvolvimento da qualidade do sistema educativo no Município;
- Contribuir para o desenvolvimento integrado da criança e do adolescente;
- Promover o sucesso escolar dos alunos;
- Promover uma identidade concelhia mais forte, contribuindo para uma maior participação, por parte das gerações mais novas, na vida local e, consequentemente, na sociedade em geral.

#### **4.2.2. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS**

São objectivos estratégicos da Política Educativa Municipal de Sobral de Monte Agraço:

- Cooperar num projecto educativo local que promova a participação de todos os intervenientes na educação e a evolução qualitativa da mesma.
- Adequar o sistema educativo local às reais necessidades do Município.
- Promover uma melhor adequação do sistema educativo às necessidades sociais, municipais e regionais (nomeadamente às necessidades do mercado de trabalho).
- Promover a criação de um grupo de apoio ao desenvolvimento da qualidade do sistema educativo concelhio.



- Contribuir para um aprofundamento das relações escola-família-sociedade (comunidade em geral, instituições, tecido empresarial, etc.).
- Contribuir para a real integração social de minorias.
- Promover o desenvolvimento de competências (sociais, cívicas e outras) que favoreçam a integração da criança e do adolescente na sociedade em que se encontra inserido.
- Promover a educação ao longo da vida, bem como, a validação de competências adquiridas durante o percurso de vida.

#### 4.2.3. DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA EDUCATIVA MUNICIPAL

O Desenvolvimento da Política Educativa Municipal (PEM) terá, sempre, que ser entendido como tendo por base diversos níveis, a saber:

Nível de Decisão Político: A estruturação das finalidades da PEM, a adjudicação dos recursos (sejam materiais, financeiros ou humanos) necessários para a sua implementação cabe ao Presidente da Câmara ou ao Executivo Municipal, por proposta do Vereador da Educação.

Nível Consultivo: Com a criação do Conselho Municipal de Educação, este passa a constituir um importante nível da estrutura da PEM, uma vez que nele se encontram representantes das instituições previstas no art. 5º do Decreto-Lei n.º 7/2001, 15 de Janeiro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto e respectiva rectificação n.º 13/2003, de 11 de Outubro, o que o torna num espaço privilegiado de reflexão, debate e

avaliação da PEM e sua implementação, bem como de articulação, negociação e contratualização entre os diversos parceiros.

Nível Técnico-Educativo: A este nível encontra-se a Divisão de Educação da Câmara Municipal responsável pela estruturação, implementação, coordenação e acompanhamento dos diversos projectos educativos levados a cabo pelo Município. Ficará igualmente a cargo deste serviço a monitorização e avaliação do processo da Carta Educativa, bem como da implementação da PEM.

#### **4.3. CRITÉRIOS DE PLANEAMENTO EDUCATIVO**

Ao falar de Planeamento Educativo, devemos fazê-lo, obrigatoriamente, de acordo com os critérios que regulam a organização e planeamento da rede educativa e que se encontram consagrados na legislação específica.

Contudo, consideramos que o Planeamento Educativo não se deverá limitar a esses mesmos critérios, sendo igualmente importante ponderar alguns pressupostos que lhe deverão estar inerentes, uma vez que se encontram subjacentes à Política Educativa Municipal apresentada anteriormente.

Entre eles é importante destacar que o Planeamento Educativo deverá:

➤ Ser matéria de diálogo e debate entre os diversos agentes educativos (Escolas, Autarquias, Associações de Pais e Encarregados de Educação, Associações de Estudantes e Sociedade em geral), uma vez que a Educação é considerada como responsabilidade de todos os cidadãos.

➤ Promover uma educação integrada da criança e do jovem, bem como a sua inserção na comunidade local de que faz parte, pelo que a Carta Educativa deverá reflectir preocupações pedagógicas e sociais que favoreçam, aos alunos, percursos sequenciais e devidamente articulados.

➤ Reflectir a educação numa perspectiva de formação ao longo da vida, não se limitando à escolaridade obrigatória.

E que:

➤ De acordo com o n.º 2 do artigo 20º de Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, “a revisão da carta educativa é obrigatória quando a rede educativa do município fique desconforme aos princípios, objectivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa”.

## 5. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DO CONCELHO

Apresenta-se, seguidamente, uma caracterização sócio-económica do Concelho de Sobral Monte Agraço nomeadamente as actividades económicas mais relevantes, a caracterização da população residente (dando maior ênfase à população em idade escolar) e uma breve caracterização dos principais aglomerados urbanos, numa perspectiva de ordenamento do território. Tal caracterização basear-se-á, nos dados oficiais dos Censos 2001 e 1991, bem como em alguns documentos e estudos<sup>b</sup> realizados pela Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço.

### 5.1. AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E A SUA LOCALIZAÇÃO

Tradicionalmente, a estrutura económica do concelho sempre teve por base o sector primário, sector esse que ocupava a grande maioria da população activa residente (cerca de 74,3% em 1960)<sup>2</sup>.

No entanto, esta realidade tem vindo a alterar-se ao longo das últimas décadas. Em 2001 (CMSMA, 2001<sup>3</sup>) existiam no Município 329 empresas das quais apenas 2,09% pertenciam ao sector primário, 11,78% ao sector secundário e 86,13% ao sector terciário, o que demonstra bem a inversão do peso de cada sector na realidade do Município.

A quebra de actividade do sector primário deu lugar a um relativo incremento de emprego no sector de transformação, associado à criação de alguns núcleos de pequenas/médias empresas, de que é exemplo a área industrial situada a nascente da sede do Concelho<sup>1</sup>.

Estas empresas de dimensão média, empregando em média, um número de trabalhadores inferior à meia centena, dedicam-se

---

<sup>b</sup> Plano Director Municipal; Diagnóstico Social; Levantamento de Estabelecimentos por Actividade Agrícola, Construção Civil, Indústria e Serviços – Concelho de Sobral de Monte Agraço

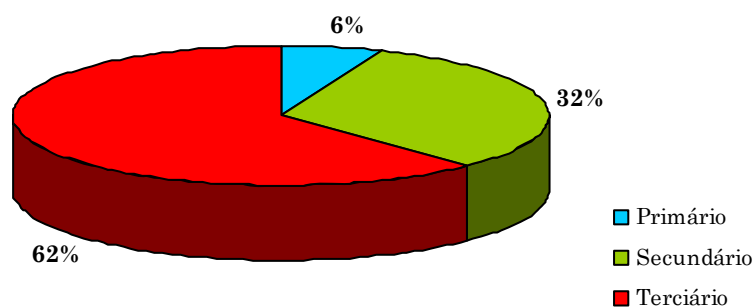
essencialmente à metalo-mecânica, às artes gráficas e à produção de embalagens<sup>1</sup>.

Destaca-se, ainda, a importância económica da construção e obras públicas, que constitui um dos maiores empregadores do concelho<sup>1</sup>.

Tendo, ainda, por base os resultados dos Censos 2001 e analisando, agora, a distribuição do tecido empresarial pelas freguesias, verificamos que a maior parte das empresas existentes se encontravam sedeadas na Freguesia de Sobral de Monte Agraço (69,90%), seguindo-se a Freguesia de Sapataria (18,59%) e, por último, a Freguesia de Santo Quintino (11,52%).

Contudo, é o sector terciário o que ocupa a maioria da sua população activa. São os serviços que mais se têm expandido em termos de criação de emprego, sendo de relevar a importância do comércio a retalho, constituído sobretudo por pequenas empresas familiares, os transportes que continuam a ter uma expressão significativa, os serviços diversos e a administração local<sup>1</sup>.

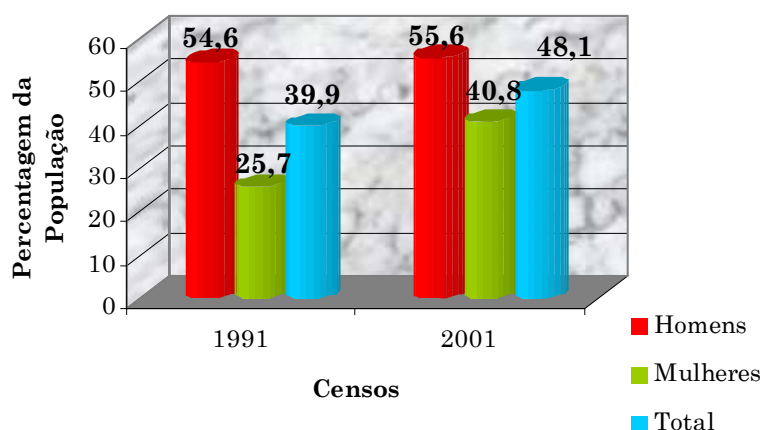
Assim, procedendo a uma análise da relação da população activa e da sua distribuição por sector de actividade (gráfico n.º 1) e reportando-nos, uma vez mais, aos resultados dos Censos de 2001, verificamos que a maior parte da população economicamente activa pertence, agora, ao sector terciário (62%) e que a percentagem da população com actividade no sector primário é, actualmente, inferior a 10%.



**Gráfico n.º 1** – Distribuição da População Activa por Sectores Económicos

**Fonte:** INE, Censos 2001

Ao analisarmos a taxa de actividade verificamos um acréscimo de 39,9% (em 1991) para 48,1% (em 2001), sendo este mais significativo nas mulheres (com um aumento de cerca de 15%), conforme demonstra o gráfico seguinte.



**Gráfico n.º 2 – Evolução da Taxa de Actividade (1991-2001)**

**Fonte:** INE, Censos 2001

## 5.2. UMA ANÁLISE DEMOGRÁFICA DO CONCELHO

### 5.2.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

De acordo com os resultados definitivos dos Censos 2001 verificou-se, na última década, um aumento significativo (superior a 23%) da população residente no Concelho de Sobral de Monte Agraço contrariando, desta forma, o decréscimo populacional que o Concelho sofreu entre 1981-91 (Censos 91).



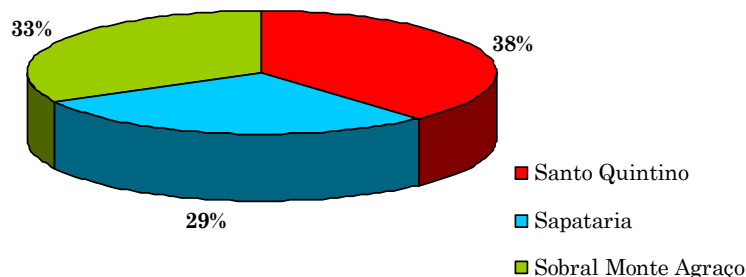
Ao fazermos uma análise por freguesias verificamos, que embora as três Freguesias do Município tenham crescido em termos de população residente, esse aumento é significativamente superior na Freguesia de Sobral de Monte Agraço, o que se deveu em parte à construção de novas urbanizações que vieram possibilitar a fixação de população vinda de outros Concelhos, nomeadamente da área da Grande Lisboa.

**Tabela 1** – Evolução da População Residente (entre 1981 e 2001)

**Fonte:** INE, Censos 2001

<b>Freguesias</b>	<b>População Residente</b>			<b>Variação (%)</b>	
	<b>1981</b>	<b>1991</b>	<b>2001</b>	<b>81-91</b>	<b>91-01</b>
Santo Quintino	3413	2902	3.432	-14,97	18,26
Sapataria	2306	2272	2.558	-1,47	12,59
Sobral Monte Agraço	2144	2131	2.937	-0,61	37,82
<b>Total</b>	<b>7863</b>	<b>7305</b>	<b>8.927</b>	<b>-7,10</b>	<b>23,22</b>

Em termos de distribuição espacial da população residente (gráfico n.º 3) verificamos que a maior concentração é na Freguesia de Santo Quintino e a menor na Freguesia de Sapataria. Contudo, será importante considerarmos o desenvolvimento previsto para cada uma das freguesias, o qual poderá vir a alterar este cenário.



**Gráfico n.º 3** – Distribuição da População Residente por Freguesia  
**Fonte:** INE, Censos 2001

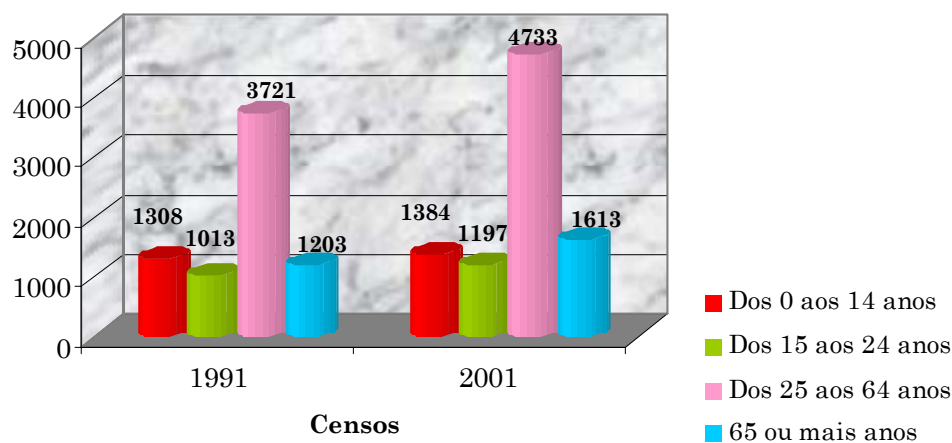
### 5.2.2. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

Relativamente à distribuição da população residente por grupos etários (tabela n.º 2 e gráfico n.º 4), e reportando-nos aos dados oficiais fornecidos pelos Censos 2001 verificamos, como seria de esperar, dado o crescimento populacional, um aumento da população residente em todos os grupos etários, sendo mais significativo nos grupos etários dos 25 aos 64 anos e com 65 ou mais anos.

**Tabela n.º 2** – Crescimento Populacional por Grupo Etário (1991-2001)  
**Fonte:** INE, Censos 2001

Grupo Etário	Taxa de Crescimento (%)
0-14 Anos	5,8%
15-24 Anos	18,2%
25-64 Anos	27,2%
65 ou mais Anos	34,1%

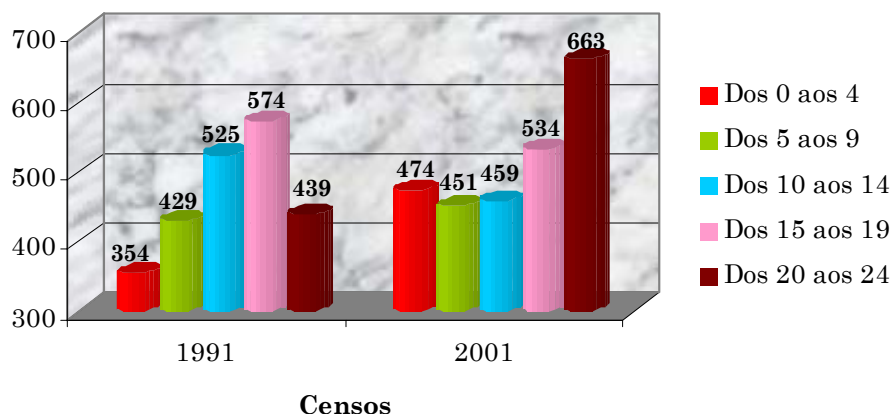
Graficamente temos:



**Gráfico n.º 4 – Evolução da População por Grupos Etários (1991-2001)**

**Fonte:** INE, Censos 2001

Tendo em consideração que nos interessa particularmente a população em idade escolar, considera-se oportuno fazer uma análise mais detalhada da evolução da população nestes grupos etários.



**Gráfico n.º 5 – Evolução da População Residente em Idade Escolar (1999-2001)**

**Fonte:** INE, Censos 2001

Assim, e de acordo com o gráfico anterior, podemos constatar um crescimento significativo nos grupos etários dos 0 aos 4 e dos 20 aos 24 anos (respectivamente 33,9% e 51%), e ligeiro aumento no grupo etário dos 5 aos 9 anos (de cerca de 5%), e um decréscimo nos restantes grupos, respectivamente de -12,57% (dos 10 aos 14) e -6,97% (dos 15 aos 19), o qual reflecte o decréscimo da população nos grupos etários dos 0 aos 4 e dos 5 aos 9 constatado nos Censos de 1991.

Naturalmente, estes dados apontam para que, durante a década 2001-2011, se registe um aumento da população escolar nos primeiros níveis de ensino (pré-escolar e 1º ciclo), a uma diminuição da mesma ao nível do ensino secundário e superior e a uma certa estabilização nos 2º e 3º ciclos, dados estes que serão confirmados pela análise da evolução da população escolar (capítulo 6).

### 5.3. ESTIMATIVA DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ATÉ 2011

Uma vez que a Carta Educativa é um documento que pretende, a partir do diagnóstico da situação no concelho, proceder ao planeamento de medidas que promovam a qualidade da educação nos próximos anos, é importante que se tenham em consideração estimativas da evolução da população para melhor se enquadrarem as medidas que se venham a propor.

Como já referido, na última década houve um aumento significativo da população residente estimando-se que, durante a presente década, se continue a verificar a mesma tendência de crescimento.

Assim, e na impossibilidade de se projectar a população através do método Cohort-Survival por falta de dados oficiais essenciais à sua

aplicação, optou-se por se projectar a evolução da população para os grandes grupos etários (dos 0 aos 14 anos; dos 15 aos 24 anos; dos 25 aos 64 anos e idade igual ou superior a 65 anos) tendo por base os resultados obtidos nos Censos 2001 conjugados com as estimativas provisórias da população residente em 31-12-2005 (INE, 2006), tabela n.º 3.

**Tabela n.º 3 – Projecção da Evolução da População Residente por Grupos Etários (2001-2011)**

GRUPOS ETÁRIOS (ANOS)				Variação (%)			Estimativa
	1991	2001	2005*	1991-01	2001-05	Média Anual	2011
0 AOS 14	1308	1384	1560	5,80	12,72	1,32	1688
15 AOS 24	1013	1197	1143	18,20	-4,51	0,98	1212
25 AOS 64	3721	4733	5407	27,20	14,24	2,96	6441
65 OU MAIS	1203	1613	1885	34,10	16,86	3,64	2336
<b>TOTAL</b>	<b>7245</b>	<b>8927</b>	<b>9995</b>	<b>23,22</b>	<b>11,96</b>	<b>2,51</b>	<b>11677</b>

\* Fonte: site INE - Estimativas de população residente em 31/12/2005

Esta projecção aponta para um aumento significativo da população residente em todos os grupos etários, verificando-se que, entre 2001-2005, este foi muito semelhante em todos os grupos etários, com excepção do grupo dos 15 aos 24 anos que nesse período registou um decréscimo de 4,51%, mas já esperado como referido no sub-capítulo anterior (5.2.2).

Embora o crescimento seja muito semelhante em todos os grupos, é importante frisar um aumento significativo da taxa de variação verificada entre 2001-2005 para o grupo etário dos 0 aos 14 anos, face à registada para o mesmo grupo entre 1991-2001, de 5,8% para 12,72%.

Desta forma é importante proceder-se a uma análise mais detalhada da evolução da população residente em idade escolar (subgrupos etários: 0 aos 4 anos; 5 aos 9 anos; 10 aos 14 anos e 15 aos 19 anos), uma vez que toda a projecção tem uma margem de erro. Considerando que os últimos dados

oficiais se reportam ao ano de 2001 (Censos de 2001), uma vez que os dados de 2005 do Instituto Nacional de Estatística são já por si uma estimativa, optou-se por se apresentar duas estimativas uma (1ª coluna) tendo em consideração apenas os dados dos Censos 2001 e uma outra (2ª coluna) contemplando os dados da estimativa do INE a 31/12/2005, (tabela n.º4).

Para além desta projecção, no Capítulo 7 apresenta-se uma projecção da evolução da população escolar por freguesia.

**Tabela n.º 4 – Estimativa da Evolução da População Residente em Idade Escolar (2001-2011)**

<b>GRUPOS ETÁRIOS (ANOS)</b>	<b>2001</b>	<b>2011<sup>a</sup></b>	<b>2011<sup>o</sup></b>
0 AOS 4	474	535	540
5 AOS 9	451	509	514
10 AOS 14	459	518	523
15 AOS 19	534	612	589
20 AOS 24	663	760	731

<sup>a</sup> Tendo em consideração os dados dos Censos 2001

<sup>o</sup> Tendo em consideração as estimativas de 2005

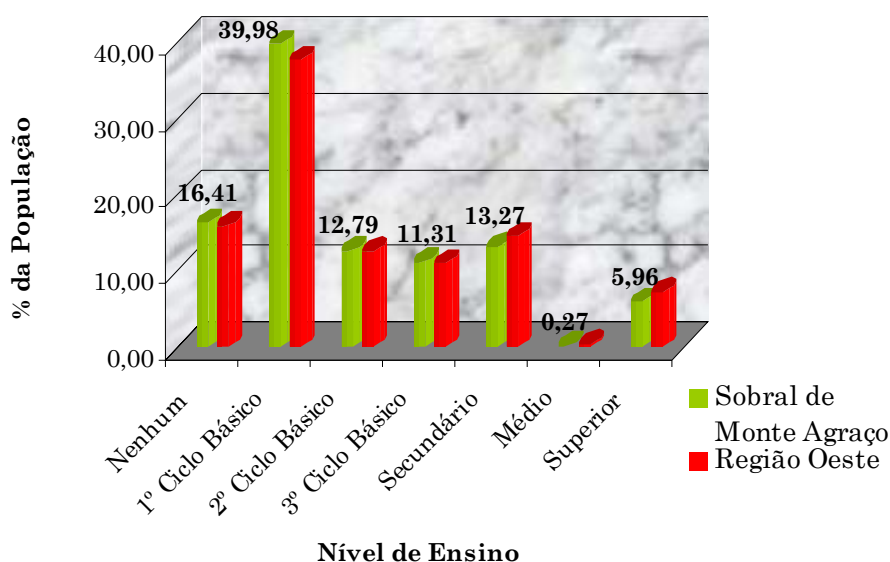
Desta análise ressalta uma evolução positiva em todos os grupos etários, reflectindo-se, deste modo, o crescimento da população residente verificado pelos CENSOS 2001. Os valores estimados têm por pressuposto a evolução apresentada na tabela n.º 3, através da qual conseguimos padronizar a variação média anual para os grupos etários em análise nos últimos 16 anos.



#### 5.4. POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO NÍVEL DE ENSINO ATINGIDO

Tendo em consideração os objectivos da Carta Educativa é importante caracterizar a população residente segundo o nível de ensino atingido, uma vez que tal informação poderá revelar-se de grande utilidade no planeamento e apresentação de propostas de intervenção.

Assim, e de acordo com os resultados definitivos dos CENSOS 2001, verificamos (gráfico n.º 6) que mais de metade da população residente (56,39%) ou não detém qualquer escolaridade (16,41%) ou atingiu apenas o 1º ciclo do ensino básico (39,98%), percentagens estas ligeiramente superiores às registadas na Região Oeste (16% e 37,86% respectivamente).



**Gráfico n.º 6** – População Residente, segundo nível de ensino atingido

**Fonte:** INE, Censos 2001

Relativamente à percentagem da população que atingiu o ensino superior esta é de 5,96% a nível do Concelho, sendo um pouco inferior à da Região (7,28%). É de referir que, dos 5,96% da população que atingiu este nível de ensino 2,21% ainda se encontra a frequentá-lo.

Verifica-se ainda que, a percentagem da população que atingiu o 3º Ciclo Básico (11,31%), dos quais 3,25% encontram-se a frequentar este nível de ensino, é idêntica à da região oeste (11,05%).

Estes dados encontram-se apresentados em pormenor no anexo A, no qual é possível comparar os resultados do concelho com os obtidos na Região Oeste, Região Centro e a nível nacional.

Tendo em consideração a percentagem de população residente que detém apenas o 1º ciclo básico ou que não detém qualquer nível de ensino importa proceder-se a uma análise da taxa de analfabetismo no Concelho.

Reportando-nos, uma vez mais aos resultados dos Censos 2001, pode-se constatar um decréscimo desta taxa comparativamente à verificada nos Censos anteriores, tendo passado de 14,6% (em 1991) para 11,7% (em 2001). Contudo, verifica-se que a mesma ainda se encontra acima da média nacional (9%) bem como ligeiramente acima da média da região onde o Município se insere (região centro – 10,9%).

### 5.5. A HIERARQUIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS

Ao analisarmos os objectivos da Carta Educativa verificamos que esta não se poderá dissociar da problemática do desenvolvimento/ordenamento do território, devendo, de acordo com o n.º 3 do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, constituir parte integrante do Plano Director Municipal (PDM), enquadrando as suas propostas no horizonte temporal (Martins, 2000). A hierarquização dos aglomerados responde e sustenta muitos fluxos migratórios pelo que se torna importante compreendermos o modo de ocupação e organização do território, como forma de melhor poder projectar e ordenar a rede educativa local.

Para uma melhor análise devemos ter presente a seguinte definição:

**Área Urbana:** “Conjunto coerente e articulado em continuidade de edificações multifuncionais autorizadas e terrenos contíguos possuindo vias públicas pavimentadas, servida por todas ou algumas redes de infra-estruturas urbanísticas, podendo ainda dispor de áreas livres e zonas verdes públicas, redes de transportes colectivos, equipamentos públicos, comércio, actividades e serviços; corresponde ao conjunto dos Espaços Urbano, Espaço Urbanizável e Espaço Industrial contíguo” (Câmara Municipal SMA, 1996).

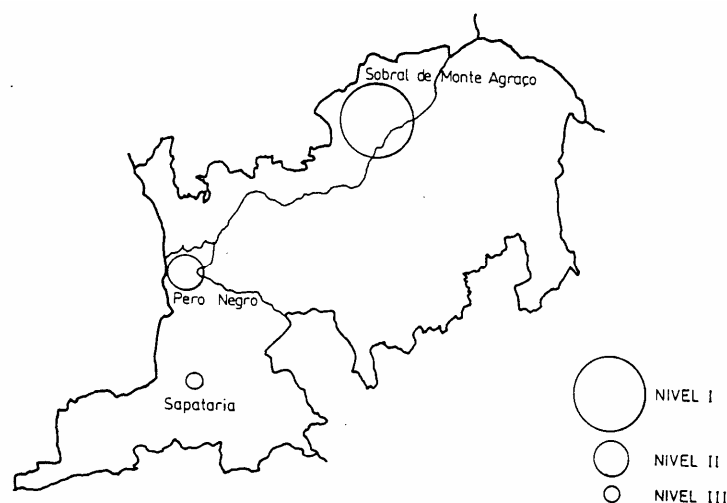
Assim, segundo o PDM de Sobral de Monte Agraço (1996) foram definidos os seguintes níveis de Áreas Urbanas:

**Tabela n.º 5** – Distribuição das Localidades do Concelho por Níveis de Áreas Urbanas

**Fonte:** CMSMA, Plano Director Municipal

<b>Nível</b>	<b>Designação</b>
Nível I	Vila de Sobral de Monte Agraço
Nível II	Pêro Negro
Nível III	Sapataria
	Restantes Localidades: Almargem, Outeiro, S. Quintino, Seramena, C. Campos, Monfalim, Pontes de Monfalim, Bouco, Gódeis, Paço, Guia, S. Martinho, Pé do Monte, Val de Vez,
Nível IV	Zibreira de Fetais, Molhados, Folgados, Sabugos, Martim Afonso, Calçada, Pinheiro, Moinhos, Silveira, Alqueidão, Bispeira, Gozundeira, Chã, Patameira, Moitelas, Serreira, Casais, Casal da Fonte, Alcareia, Fetais e Freiria.

Deste modo, e conforme podemos observar no mapa n.º 2, seleccionaram-se três localidades: Sobral de Monte Agraço, Pêro Negro e Sapataria, os quais foram considerados devido ao peso populacional, à evolução demográfica positiva que têm manifestado e que se prevê que venha a existir e às características funcionais. A Sobral e a Sapataria foram agregados alguns pequenos lugares localizados dentro do respectivo perímetro de expansão urbana.



**Mapa n.º 2 – Hierarquização dos Aglomerados Urbanos**

**Fonte:** CMSMA, Plano Director Municipal

Tendo por base os dados dos Censos 2001 verifica-se que a distribuição da população revela a existência de um povoamento ainda um pouco disperso, no qual cerca de metade da população do Concelho (48,38%) reside em lugares com menos de 200 habitantes. Apenas a Vila de Sobral de Monte Agraço tem mais de 1000 habitantes e somente duas localidades (Sapataria e Pêro Negro) têm mais de 400 habitantes.

De acordo com o PDM de Sobral de Monte Agraço podemos referir, relativamente a cada um dos aglomerados que:

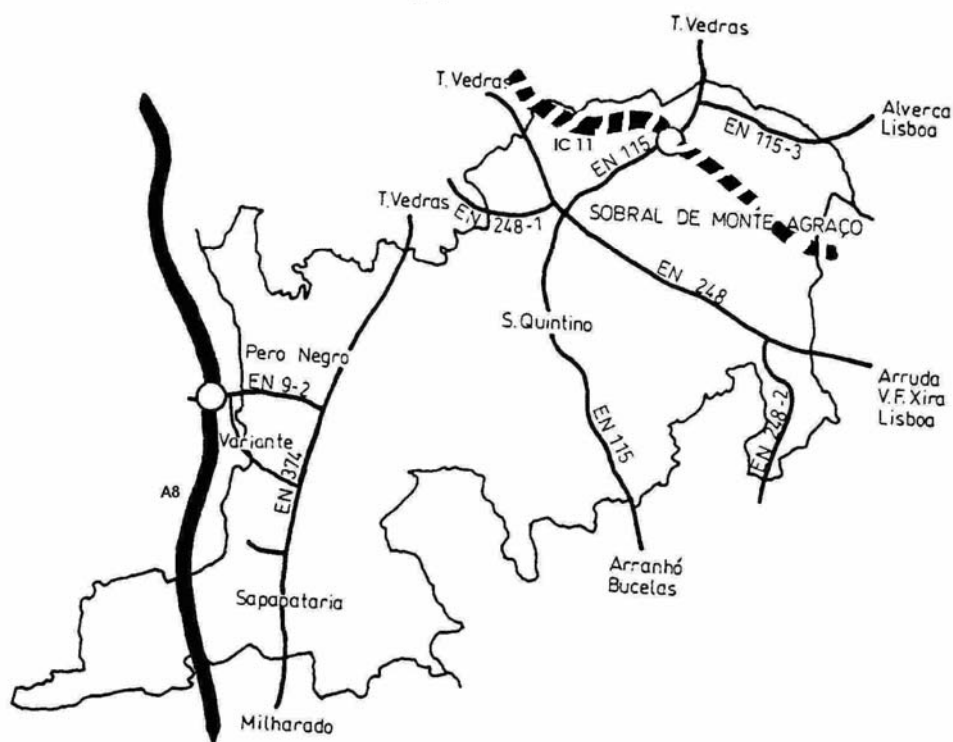
**Sobral de Monte Agraço**, no nível I, é, indiscutivelmente, o aglomerado com maior poder atractivo, constituindo o pólo organizador e unificador do Concelho. Aqui se concentram as actividades económicas mais importantes nomeadamente, as do sector terciário. É, ainda, o centro populacional que tem manifestado maior dinâmica demográfica.

No nível II foi considerado **Pêro Negro** pela dinâmica de crescimento que tem registado a qual tende a manter-se.

A **Sapataria** foi incluída no nível III, essencialmente pela importância funcional que detém e pelo crescimento populacional derivado, em parte, da melhoria dos acessos. Contudo, prevê-se que nos próximos anos se verifique um crescimento mais acentuado do que o constatado na última década, derivado à construção de novas urbanizações e consequente fixação de população, pelo que se considera importante adequar as infra-estruturas existentes a este desenvolvimento.

Relativamente aos restantes aglomerados, actualmente inseridos no nível IV (ver tabela n.º 5) denota-se que nestes se regista algum desenvolvimento, principalmente na zona envolvente à localidade de Fetais, embora seja mais gradual dos que nos outros níveis (I, II e III).

Ao nível das acessibilidades rodoviárias no Concelho, estas encontram-se distribuídas de acordo com o mapa n.º 3, sendo de destacar dado a sua relevância a A8 (Lisboa a Leiria), as EN 248 (principal ligação a Torres Vedras e a Arruda dos Vinhos), 115 (ligação a Arranhó, Bucelas, Loures), 374 (actualmente Estrada Regional, que faz a ligação ao Concelho de Mafra, Loures e Torres Vedras) e a variante à EN 9-2 (Pêro Negro), a qual veio permitir o desvio de tráfego dentro da localidade de Pêro Negro.



**Mapa n.º 3** – Rede Viária Existente e Prevista (IC11 – Traçado por definir)

**Fonte:** CMSMA, Divisão de Obras Urbanismo e Ambiente

A tabela seguinte permite-nos caracterizar o Concelho, relativamente à distância a que se encontra das restantes sedes de concelho, quer do distrito, quer da região oeste<sup>1</sup>.

**Tabela n.º 4** – Distância entre Sobral de Monte Agraço e as sedes dos Concelhos do Distrito de Lisboa e da Região

No Distrito de Lisboa			Na Região Oeste		
<b>Sobral de Monte Agraço</b>	<b>Localidade</b>	<b>Km:</b>	<b>Sobral de Monte Agraço</b>	<b>Localidade</b>	<b>Km:</b>
	Lourinhã	31		Torres Vedras	14
	Cadaval	32		Arruda dos Vinhos	7
	Torres Vedras	14		Alenquer	16
	Alenquer	16		Cadaval	32
	Azambuja	27		Lourinhã	31
	Mafra	28		Bombarral	36
	Arruda dos Vinhos	7		Rio Maior	50
	Loures	29		Caldas da Rainha	55
	Odivelas	34		Óbidos	44
	Amadora	39		Peniche	46
	Lisboa	35			
	Oeiras	59			
	Cascais	61			
	Sintra	53			
	Vila Franca de Xira	21			



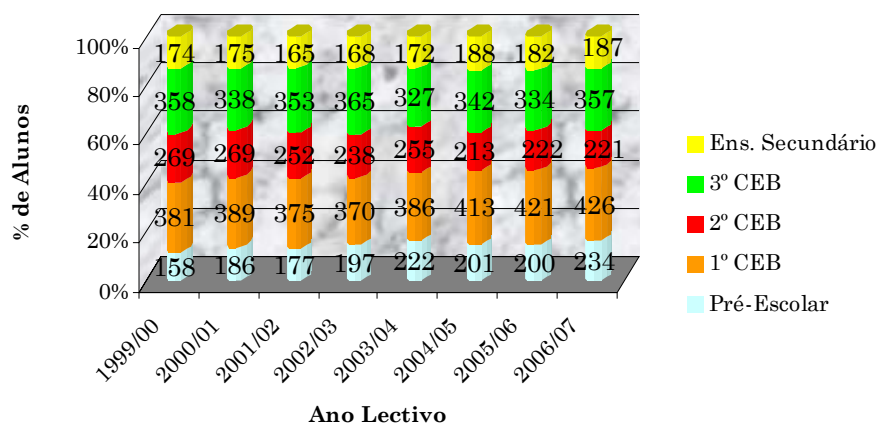
## 6. CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO

### 6.1. A PROCURA DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO

Pretende-se, de seguida, proceder a uma caracterização da procura da Educação e do Ensino nos últimos 8 anos escolares (de 1999 a 2006).

Procede-se, ainda, a uma breve introdução a cada nível de ensino caracterizando-o para que, futuramente, possam ser apresentadas propostas, caso tal se verifique necessário.

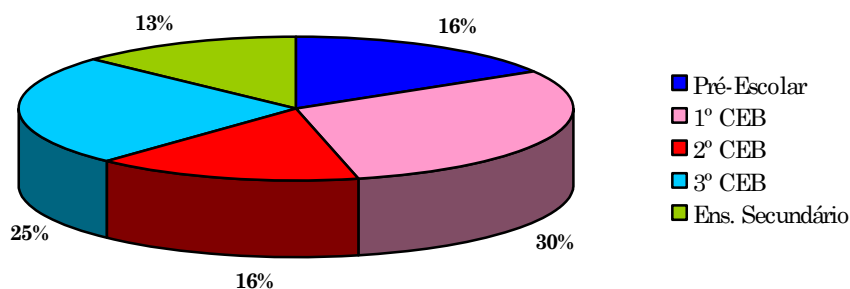
Em termos gerais e procedendo a uma análise da distribuição da população Escolar por nível de ensino e reportando-nos aos últimos 8 anos lectivos (gráfico n.º 7), constatamos que a percentagem de alunos no 1º Ciclo sofreu um aumento de 11,81%, representando o nível de ensino com maior peso. Ao nível da educação pré-escolar verifica-se igualmente, um aumento do seu peso, face aos restantes níveis de ensino, tendo ultrapassado, no ano lectivo de 2006/07, o 2º ciclo, no qual se verificou um decréscimo de 17,84%. Relativamente ao 3º ciclo, têm-se registado algumas oscilações, sem grandes repercussões na análise global.



**Gráfico n.º 7 – Distribuição da População Escolar por Nível de Ensino (1999-2006)**

**Fonte:** Agrupamento Vertical de Escolas SMA e ES/3 de SMA

Procedendo a uma análise mais detalhada e referente ao ano lectivo de 2006/07, verificamos (gráfico n.º 8) que é o Ensino Secundário que apresenta menor percentagem de alunos (13%), seguido do Pré-Escolar (16%). Por seu lado, o 1º Ciclo do Ensino Básico é o nível que apresenta maior percentagem de alunos (30%). De notar a discrepância que se verifica ao compararmos a população que frequenta o 3º ciclo básico (25%) com a que frequenta o ensino secundário (13%), o que poderá indiciar a não continuação dos estudos após a conclusão da escolaridade obrigatória.



**Gráfico n.º 8 – Distribuição da População Escolar por Nível de Ensino – Ano Lectivo 2006/07**

**Fonte:** Agrupamento Vertical de Escolas SMA e ES/3 de SMA

### 6.1.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

De acordo com a Lei Quadro<sup>c</sup> para este ensino, a Educação Pré-Escolar “é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário” e destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico (normalmente aos 6 anos de idade).

Uma vez que este nível só se inicia aos 3 anos de idade é importante referir que, e embora não esteja considerado no sistema de ensino português, existem estruturas (berçários e creches) destinadas à 1ª infância (dos 0 aos 1 e dos 1 aos 3 anos, respectivamente) e que assumem uma importante função social, dado que a licença por maternidade/paternidade é apenas de 150 dias, findo os quais os pais têm que encontrar um local onde possam deixar as crianças e onde estas possam obter os cuidados a que têm direito. Neste contexto, torna-se importante a existência de infra-estruturas que permitam esse apoio às famílias, para que estas não tenham que deslocar as suas crianças para outros concelhos por falta de equipamentos no concelho de residência.

Relativamente à educação pré-escolar é de realçar que esta não é de frequência obrigatória, contudo, deverá estar acessível a todas as crianças que a queiram frequentar, pelo que daí resulta a necessidade de uma rede de estabelecimentos de educação pré-escolar que cubra, efectivamente, as necessidades das populações.

---

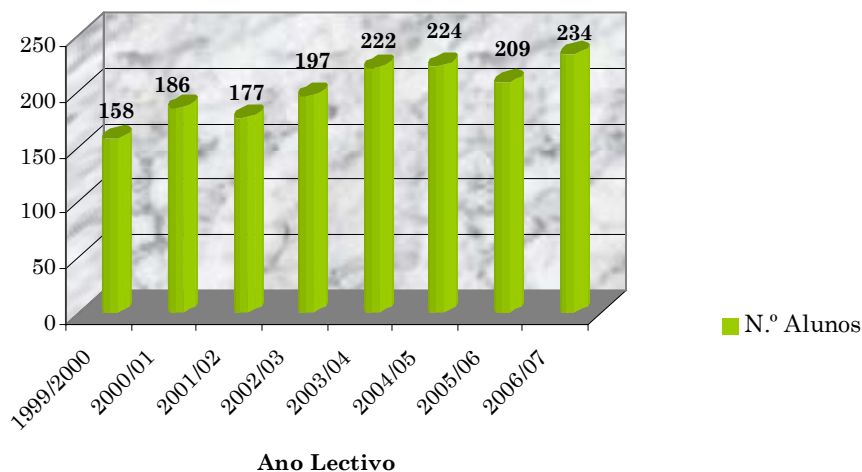
<sup>c</sup> Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro

São objectivos da Educação Pré-Escolar<sup>4</sup>:

- 1) Favorecer a formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as potencialidades da criança;
- 2) Desenvolver a formação moral e as capacidades de expressão;
- 3) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades, prevenindo assim, futuras situações de insucesso escolar

No Município de Sobral de Monte Agraço a Educação Pré-Escolar, para além de Jardins de Infância (num total de 4 no ano lectivo de 2006/07, dos quais 2 funcionam em Escolas Básicas do 1º Ciclo) engloba, ainda, as modalidades de Educação de Infância Itinerante (suspensas desde 2005/06) e Centro de Animação Infantil e Comunitária – CAIC, previstos na Lei n.º 5/97, como forma de dar respostas às necessidades de localidades geograficamente dispersas e cujas condições demográficas não permitem a criação de Jardins de Infância. Existe igualmente uma IPSS com Jardim-de-infância, Creche e Berçário (estes dois últimos, únicos em todo o Concelho), tendo a valência de berçário entrado em funcionamento em 2006.

Relativamente à evolução desta população nos últimos oito anos lectivos (1999-2006) podemos constatar, pela análise do gráfico seguinte, que a mesma sofreu um aumento significativo (48,10%), estando, portanto, de acordo com o esperado tendo em consideração o crescimento demográfico verificado nos Censos 2001,



**Gráfico n.º 9** – Evolução da População Escolar no Pré-Escolar (1999-2006)

**Fonte:** Agrupamento Vertical de Escolas SMA

A única creche do Concelho teve, no mesmo período, uma frequência anual de 35 crianças, excepção feita para o ano lectivo de 2006/07 cuja frequência aumentou para 51 crianças, mantendo sempre uma lista de espera, a qual, no ano lectivo de 2006/07 é de 8 crianças com idade inferior a 1 ano, e de 13 crianças com idades entre os 1 e os 2 anos.

Também ao nível da educação pré-escolar se regista a existência sistemática de lista de espera não apenas na IPSS, na qual e no ano lectivo de 2006/07 é de 12 crianças, como também nos Jardins-de-infância do Agrupamento.

### 6.1.2. EDUCAÇÃO BÁSICA

De acordo com a actual Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro) o ensino básico é de frequência obrigatória (pelo menos até aos 15 anos de idade dos jovens), tem a duração de 9 anos de escolaridade e encontra-se estruturado em três ciclos:

- **1º Ciclo** com a duração de 4 anos e que corresponde a “um ensino globalizante da responsabilidade de um único professor, auxiliado por outros professores especializados em áreas específicas como sejam as do ensino de línguas estrangeiras, de educação física, de tecnologias de informação ou artísticas. Tem como objectivos específicos o enriquecimento da linguagem oral e a iniciação da aprendizagem da leitura, escrita, aritmética, cálculo e a aquisição de noções básicas do meio físico e social, expressões plástica, dramática, musical e motora”<sup>4</sup>.

- **2º Ciclo** com a duração de 2 anos e que obedece a uma organização por áreas de estudo de carácter pluridisciplinar, da responsabilidade de um professor por área.

- **3º Ciclo** com a duração de 3 anos, em regime de um professor por disciplina. De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo (al. c) do art. 8 da Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro) pretende-se com este nível “...a aquisição sistemática e diferenciada da cultura moderna, nas suas dimensões humanística, literária, artística, física e desportiva, científica e tecnológica, indispensável ao ingresso na vida activa e ao prosseguimento de estudos, bem como a orientação profissional que faculte a opção de formação subsequente ou de inserção na vida, activa com respeito pela realização autónoma da pessoa humana.”

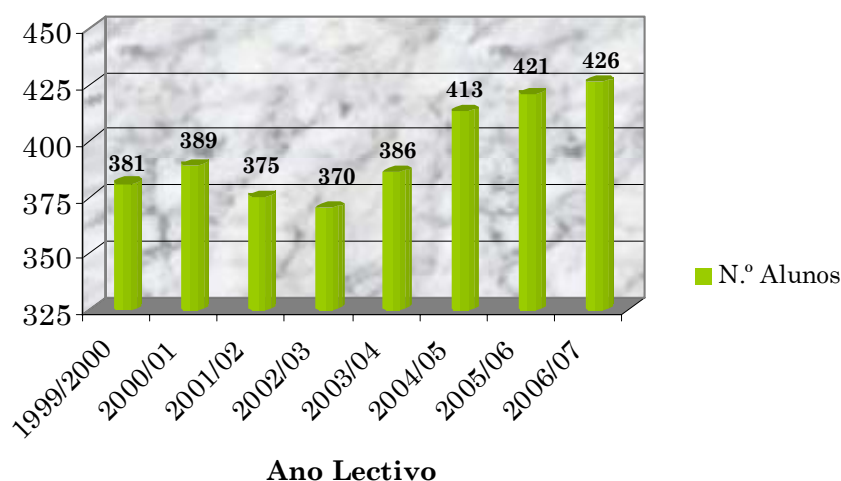
A conclusão do ensino básico confere, actualmente, aos jovens um diploma comprovativo do cumprimento da escolaridade obrigatória, situação que será alterada caso esta escolaridade passe a ser de 12 anos.

Segundo Martins, E. (2000) a “Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece como princípio a sequencialidade e articulação dos três ciclos do ensino básico conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspectiva de unidade global do ensino básico.”

#### 6.1.2.1. EDUCAÇÃO BÁSICA 1º CICLO

No Município de Sobral de Monte Agraço encontram-se em funcionamento, no presente ano lectivo, um total de 10 Escolas com 1º Ciclo Básico, todas públicas e pertencentes ao Agrupamento Vertical de Escolas de Sobral de Monte Agraço.

Ao analisarmos a evolução da população escolar no 1º Ciclo Básico nos últimos oito anos lectivos (gráfico n.º 10) constata-se que entre 2000 e 2002 esta sofreu um ligeiro decréscimo, porém, a partir de 2003, verificou-se uma franca recuperação, resultando, no ano lectivo de 2006/07, num aumento de 11,81% dos alunos face ao primeiro ano em análise, o qual vem na sequência do crescimento expresso nos Censos 2001.



**Gráfico n.º 10** – Evolução da População Escolar no 1º CEB (1999-2006)

**Fonte:** Agrupamento Vertical de Escolas SMA

No Anexo B apresenta-se a evolução desta população por estabelecimento escolar, evidenciando-se que o aumento do número de alunos foi mais significativo nas EB1/JI de Almargem e EB1/JI de Pontes de Monfalim, respectivamente, 191,67% e 150,00%, o que conduziu à necessidade das mesmas passarem a funcionar em horário duplo. Verifica-se igualmente que, entre os anos lectivos de 2002/03 e 2006/07, ocorreu a suspensão de 5 estabelecimentos de ensino, um por falta de alunos (EB1 Monfalim - em 2002), 2 (EB1 Sobral e EB1 Freiria – em 2003) motivados pela transferência dos alunos para o novo estabelecimento de ensino (EBI) e os restantes (EB1 de Patameira e EB1 de Gozundeira – em 2006) devido à frequência de um número reduzido de alunos (inferior a 10).

É, igualmente pertinente comparar o número de alunos que, no ano lectivo de 2000/2001 frequentava a 1º ciclo no concelho (389 alunos) e o número de crianças que, no momento censitário, residiam no município e frequentavam o 1º ciclo (413 crianças<sup>5</sup>).

Ao procedermos a essa análise verificamos que, pelo menos 5,81% das crianças residentes no concelho frequentavam o 1º ciclo em estabelecimentos de ensino fora do município, percentagem esta que deverá ser ligeiramente superior dado que as escolas do município também recebem alunos residentes em concelhos limítrofes.

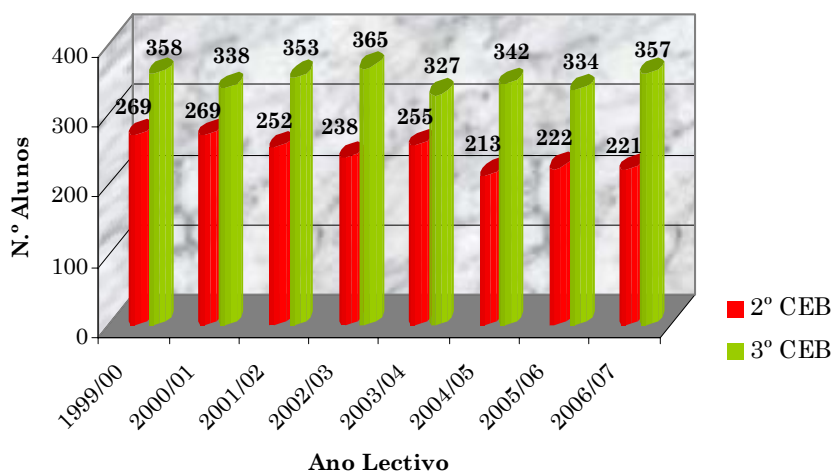
Será, pois, importante tentar perceber quais as razões que motivam os encarregados de educação a colocarem os seus filhos a frequentarem estabelecimentos de ensino fora da área de residência. Tradicionalmente, sabe-se contudo, que neste nível de ensino, estas razões prendem-se maioritariamente com o local de trabalho dos pais e/ou encarregados de educação, bem como, com a compatibilidade (ou incompatibilidade) existente entre o seu horário de trabalho e o horário de funcionamento do estabelecimento de ensino e se este oferece ou não actividades de prolongamento de horário.



#### 6.1.2.2. EDUCAÇÃO BÁSICA 2º E 3º CICLOS

Até ao ano lectivo 2003/04, os 2º e 3º ciclos do ensino básico funcionavam apenas na Escola Básica 2º e 3º Ciclos e Secundária. Tal situação foi alterada, com a entrada em funcionamento da Escola Básica Integrada, pelo que actualmente o 2º ciclo funciona nesta escola, enquanto que o 3º ciclo se mantém na antiga EB2,3/S (actual ES/3).

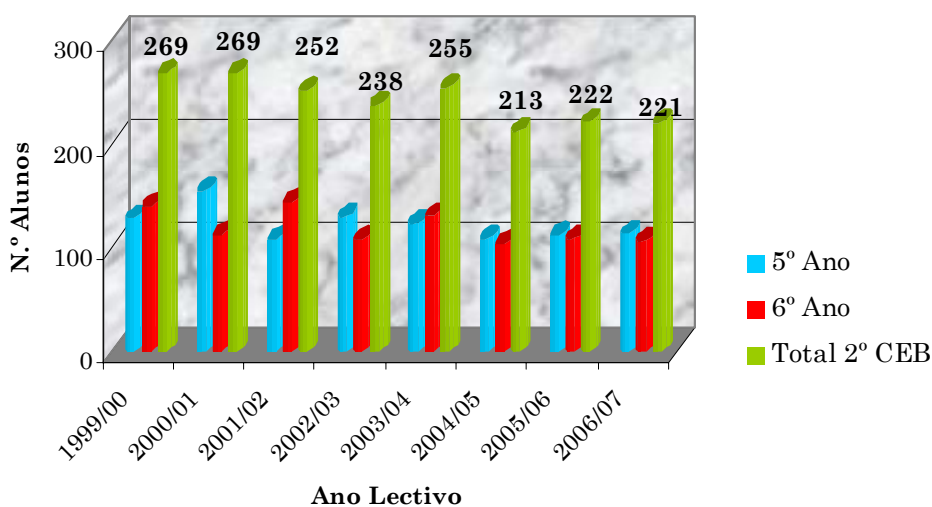
No que diz respeito à população escolar no 2º e 3º ciclos do Ensino Básico (gráfico n.º 11) verifica-se que nos últimos 8 anos lectivos (de 1999 a 2006) a mesma tem sofrido diversas oscilações as quais se podem, contudo, traduzir num decréscimo real, mais visível no 2º ciclo (-17,84%) do que no 3º ciclo (-0,28%), contando com os alunos inscritos no ano lectivo de 2006/07 nos cursos de educação formação ou -9,78%, excluindo estes cursos e contabilizando apenas os do 3º ciclo regular, decréscimos estes já esperados, dada a evolução desta população residente nas últimas duas décadas (Censos 1991 e 2001).



**Gráfico n.º 11** – Evolução da População Escolar nos 2º e 3º CEB (1999-2006)

**Fonte:** Agrupamento Vertical de Escolas SMA e ES/3 SMA

Realizando uma análise mais detalhada por ciclo (gráfico n.º 12), constata-se que o decréscimo verificado no 2º ciclo foi mais significativo ao nível do 6º ano de escolaridade (-23,57%) do que no 5º ano de escolaridade (-11,63%).



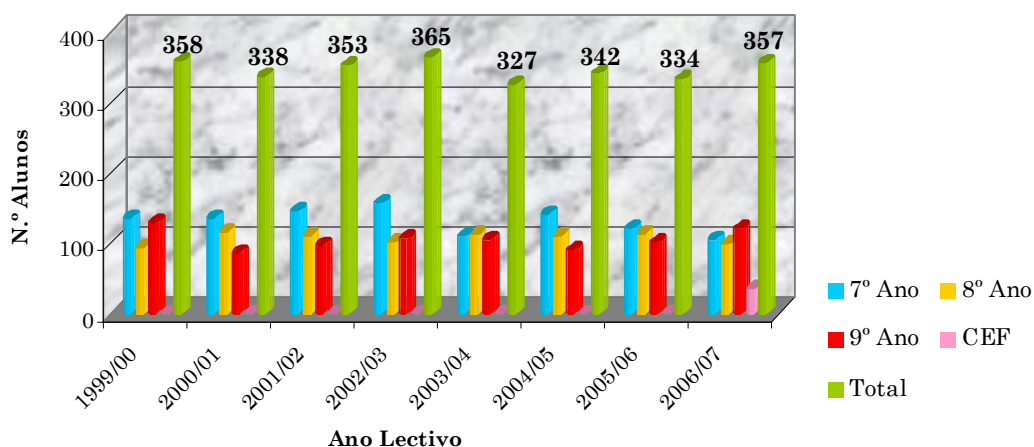
**Gráfico n.º 12** – Evolução da População Escolar no 2º CEB (1999-2006)

**Fonte:** Agrupamento Vertical de Escolas SMA e ES/3 SMA

Analisando as variações da população escolar do 3º ciclo (gráfico n.º 13), surge um decréscimo desta mais acentuado ao nível do 7º ano (-22,22%) do que no 9º ano (-6,98%), relativamente ao 8º ano e contrariamente aos restantes anos deste ciclo, verificamos uma evolução positiva da população escolar (aumento 4,26%).

De referir que no ano lectivo de 2006/07 se iniciaram dois cursos de educação e formação – curso de Acompanhamento de Crianças, frequentado por 16 alunos e, curso de Operador de Armazém – frequentado por 18 alunos – situação que, como já referido, contribui em muito para a redução da

diferença verificada entre a população escolar no 3º ciclo no ano lectivo de 2006/07 e em 1999/2000.



**Gráfico n.º 13** – Evolução da População Escolar no 3º CEB (1999-2006)

Fonte: ES/3 SMA

### 6.1.3. ENSINO SECUNDÁRIO

Actualmente, o Ensino Secundário tem a duração de 3 anos e contempla a existência de 4 percursos de formação diferenciados, a saber:

- **Cursos Científico-Humanísticos** – num total de 5 cursos: Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Ciências Sociais e Humanas, Línguas e Literaturas, Artes Visuais.

- **Cursos Tecnológicos** – aquando da conclusão do ensino secundário, fornecendo um conjunto de aprendizagens que visam um ingresso mais imediato no mercado de trabalho, num total de 10 cursos: Construção Civil e Edificações, Electrotecnia e Electrónica, Informática, Ordenamento do Território e Ambiente, Design de Equipamento,

Multimédia, Marketing, Administração, Acção Social e Desporto. Estes cursos conferem uma certificação de qualificação profissional de nível III permitindo ao aluno um ingresso na vida activa com uma qualificação técnica. Possibilitam, ainda, o prosseguimento de estudos pós-secundários.

- **Cursos Artísticos Especializados** – tem como principal objectivo proporcionar aos jovens uma formação de elevada qualidade em áreas artísticas nomeadamente na música, dança e artes visuais, podendo ser mais orientados para o prosseguimento de estudo ou qualificar os jovens para o ingresso na vida activa (embora mantendo sempre a hipótese de prosseguimento de estudos).

- **Cursos Profissionais** – O objectivo primeiro destes cursos é a qualificação de jovens para o ingresso na vida activa. Tradicionalmente estes cursos funcionavam em escolas profissionais, contudo, e com a publicação do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, as escolas secundárias passaram a estar habilitadas a leccionar este tipo de curso. Ao conferirem ao jovem, após a sua conclusão, um diploma de nível III, possibilitam ainda, que mantenha a hipótese de prosseguir de estudos pós-secundários, em Cursos de Especialização Tecnológica (CET) – de nível IV – ou em Cursos Superiores.

Actualmente no Município de Sobral de Monte Agraço, existe uma escola com ensino secundário, na qual têm funcionado 3 cursos científico-humanísticos e 2 cursos tecnológicos.

A evolução da população escolar, por curso secundário e ano de escolaridade, é apresentada no Anexo B.

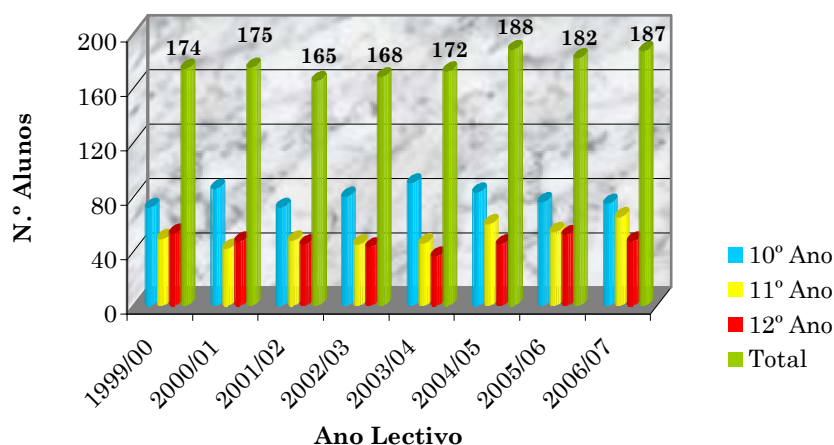
Neste nível de ensino volta a ser pertinente compararmos o número de alunos que, no ano lectivo de 2000/2001, o frequentava no concelho (178 alunos) com o número de jovens residentes no município que, em 2001 (no

momento censitário), se encontravam a frequentar o ensino secundário (257 alunos<sup>5</sup>).

Tal diferença é, de facto, significativa indiciando que, pelo menos 31,9% dos jovens que frequentam o ensino secundário optam por fazê-lo num estabelecimento de ensino fora do concelho.

Se no caso das crianças do 1º ciclo, se considerou que na base dessa mobilidade pudessem estar razões de ordem profissional dos pais e/ou encarregados de educação, tal motivo perde significado no ensino secundário. Aqui, julgamos que as motivações dos jovens se prendem muito mais com as ofertas de escola, i.e., a escola ter ou não o curso, ou disciplinas do curso, que pretendem seguir.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução, nos últimos oito anos, da população escolar no ensino secundário, verificando que a mesma regista um aumento de 7,47% entre o primeiro e o último ano em análise.

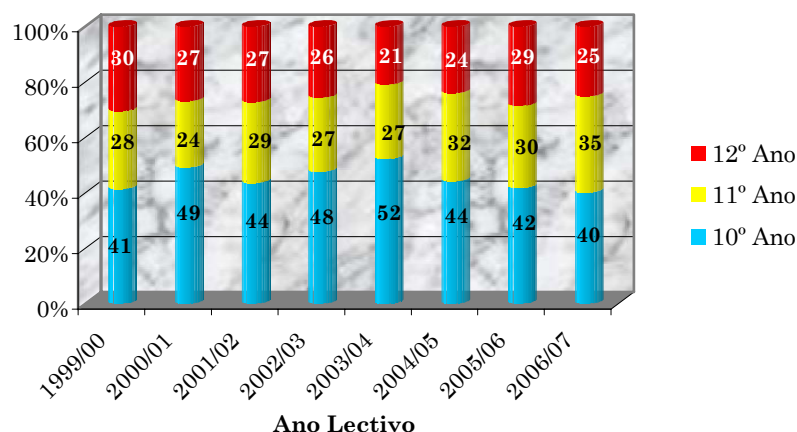


**Gráfico n.º 14** – Evolução da População Escolar no Ensino Secundário (1999-2006)

Fonte: ES/3 SMA

Ao procedermos a uma análise da distribuição desta população pelos diferentes anos do ensino secundário (gráfico n.º 15) constata-se que o 10º ano concentra, em média, 45% da população escolar deste nível de ensino,

chegando mesmo a ultrapassar os 52% no ano lectivo de 2003/04, o que indicia uma elevada taxa de não conclusão deste nível de ensino.



**Gráfico n.º 15** – Distribuição da População Escolar do Ensino Secundário por Ano de Escolaridade  
**Fonte:** ES/3 SMA

Mais importante é o facto de se constatar (conforme é facilmente visível na tabela n.º 5), que dos alunos, que em determinado ano lectivo entram no 10º ano, em média, aproximadamente 56% se encontra a frequentar o 12º ano após dois anos lectivos. Este dado corrobora a hipótese da existência de uma elevada taxa de retenção e/ou abandono escolar, colocada na análise geral realizada no sub-capítulo 6.1..

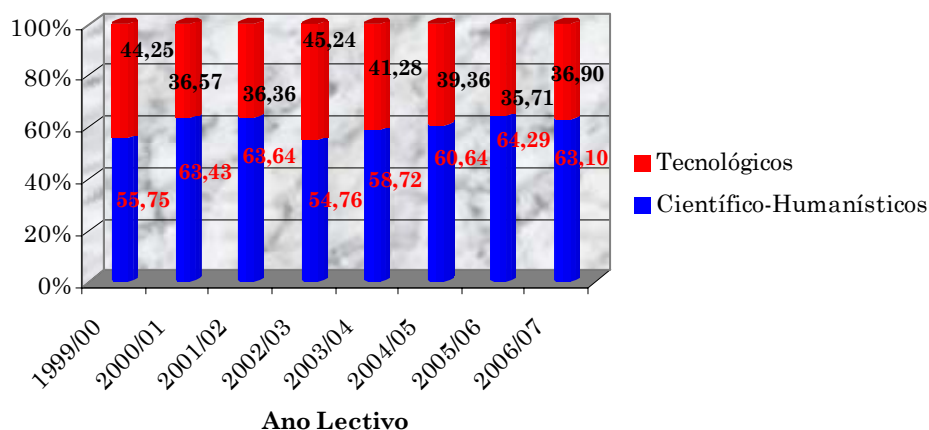
Tal constatação, a ser comprovada com a análise complementar a realizar no sub-capítulo 6.1.4. (taxas de sucesso, retenção e abandono), requer, naturalmente, uma atenção especial e uma tomada de medidas (propostas de intervenção) que possibilitem, a médio prazo, a inversão da presente situação, uma vez que, a manter-se poderá originar, para estes jovens, motivos de exclusão social nomeadamente ao nível do mercado de trabalho, dado não possuírem quaisquer qualificações profissionais.

**Tabela n.º 5** – Análise do percurso dos alunos ao longo do ensino secundário

Fonte: ES/3 SMA

Ano Lectivo	10º Ano	11º Ano	12º Ano
1999/00	72	49	53
2000/01	86	42	47
2001/02	72	48	45
2002/03	80	45	43
2003/04	90	46	36
2004/05	83	60	45
2005/06	76	54	52
2006/07	75	65	47

Olhemos agora para a distribuição da população escolar do ensino secundário por tipo de curso (Cursos Científico-Humanísticos Cursos Tecnológicos). Verifica-se uma predominância dos primeiros em detrimento dos segundos (gráfico n.º 16), em média 60,54% da população total do ensino secundário (dados referentes ao período entre 1999-2006).

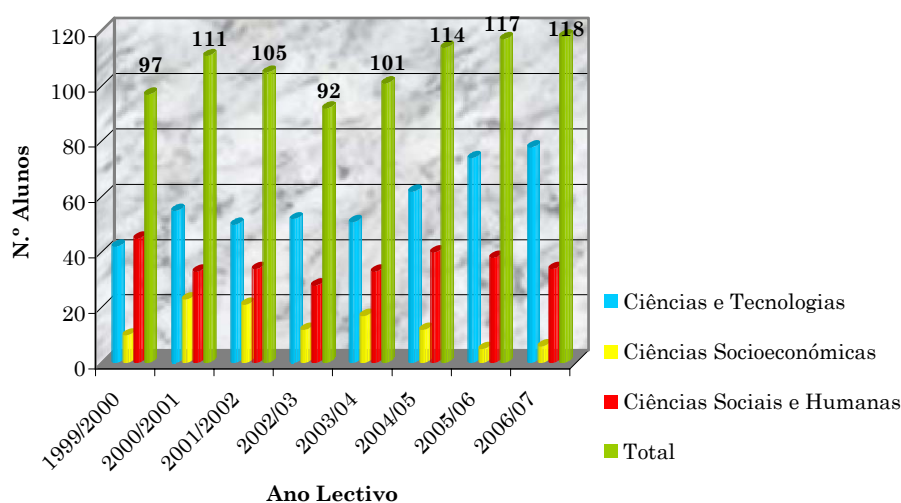


**Gráfico n.º 16** – Distribuição da População Escolar do Ensino Secundário por Tipo de Curso

Fonte: ES/3 SMA

Relativamente aos Cursos Científico-Humanísticos, a ES/3 de Sobral de Monte Agraço tem tido, como oferta, 3 dos cursos existentes – Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas e Ciências Sociais e Humanas.

No mesmo período constatou-se a seguinte evolução da população escolar que frequenta estes cursos (gráfico n.º 17):



**Gráfico n.º 17** – Evolução da População Escolar do Ensino Secundário nos Cursos Científico-Humanísticos (1999-2006)

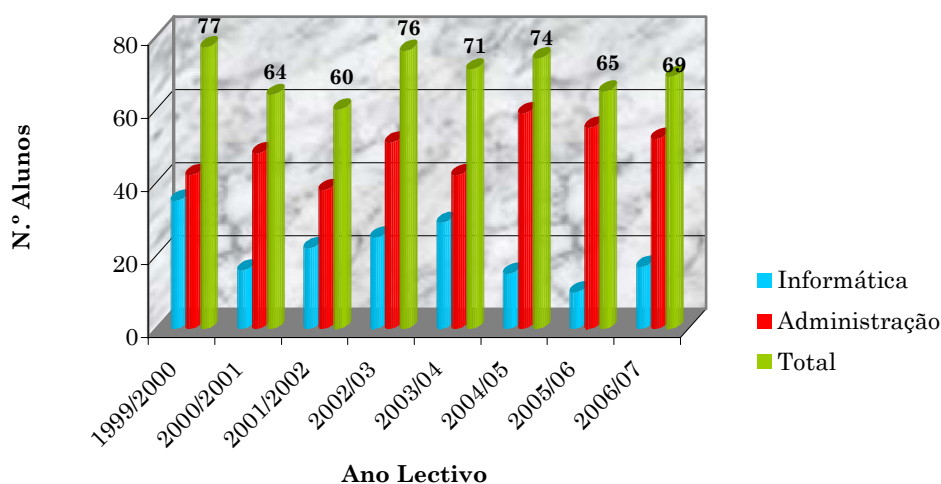
**Fonte:** ES/3 SMA

Da análise do gráfico anterior ressalta uma clara preferência pelo Curso de Ciências e Tecnologias (66,10% da população escolar dos Cursos Científico-Humanísticos, no ano lectivo 2006/07), sendo que o Curso de Ciências Socioeconómicas é o que regista menor número de alunos (5,08% da mesma população). No Anexo B encontram-se os quadros com a evolução da população escolar destes cursos, por ano de escolaridade e ano lectivo.

No que se refere aos Cursos Tecnológicos, apenas dois têm funcionado na ES/3 de Sobral de Monte Agraço: Cursos Tecnológicos de Informática e de Administração.



Entre 1999 e 2006 verificou-se a seguinte evolução na população escolar que frequenta estes dois cursos (gráfico n.º 18).



**Gráfico n.º 18** – Evolução da População Escolar do Ensino Secundário nos Cursos Tecnológicos (1999-2006)

Fonte: ES/3 SMA

Da análise do gráfico pode-se salientar um decréscimo de 51,43% no número de alunos que optam pelo Curso Tecnológico de Informática em 2006/07 comparativamente aos que fizeram essa opção no ano lectivo de 1999/2000. É importante frisar que nos anos lectivos 2004/05 e 2005/06 não houve número de alunos suficientes para iniciar uma turma de 10º ano deste curso, contudo, tal já não se verifica no ano lectivo de 2006/07, funcionando uma turma de 10º ano com 17 alunos.

Relativamente ao Curso de Administração verifica-se um aumento de 23,81% do número de alunos que no ano lectivo de 2006/07 optaram por este curso face ao número de alunos que fizeram a mesma opção no ano lectivo de 1999/2000.

Mais uma vez, ao realizarmos uma análise mais pormenorizada da evolução dos alunos dentro do curso (Anexo B), verificamos que, em média, dos alunos que ingressam no 10º ano nos Cursos Científico-Humanísticos,

apenas 70,74% frequenta o 12º ano após dois anos lectivos do seu ingresso. No que concerne aos Cursos Tecnológicos, esta percentagem diminui significativamente, sendo em média de 36,97%. Tal situação consolida a hipótese já levantada anteriormente de estarmos perante elevadas taxas de insucesso e / ou abandono, embora saibamos que outras situações possam contribuir para esta realidade (mudança de curso ou mudança de estabelecimento de ensino).

#### **6.1.4. TAXAS DE APROVEITAMENTO E DE NÃO APROVEITAMENTO ESCOLAR**

Após a análise da evolução da população escolar nos ensinos básico e secundário é importante analisar quais as taxas de aproveitamento escolar (sucesso escolar) e consequentemente as de não aproveitamento escolar (insucesso ou retenção e abandono escolar), índices importantes quando se pretende proceder a um diagnóstico da educação a nível municipal.

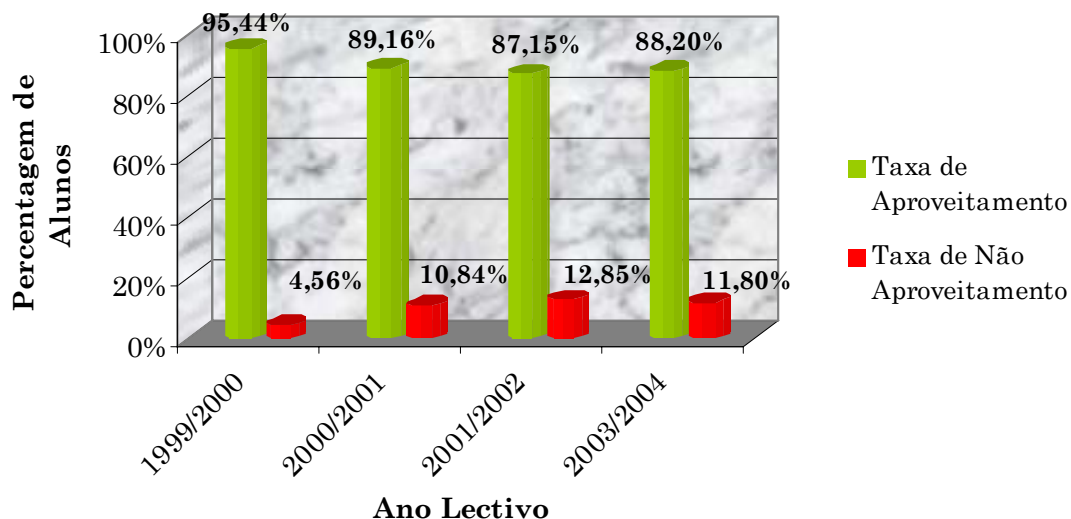
De forma a possibilitar uma análise mais completa destas taxas são apresentados os dados fornecidos pelo Ministério da Educação (DREL e GIASE), bem como, os dados fornecidos pela Escola Secundária com 3º Ciclo (antiga EB2,3/S) e/ou pelo Agrupamento Vertical de Escolas, o que permite discriminar a taxa de não aproveitamento, em função do insucesso e do abandono escolar. Se fossem considerados apenas os dados do Ministério da Educação não seria possível realizar esta análise, uma vez que esta fonte apresenta a taxa de não aproveitamento global (insucesso e abandono).

É importante salientar que, entre os dados obtidos através do Ministério da Educação e os fornecidos pela Escola, foram detectadas algumas diferenças no número de alunos matriculados, bem como no número de alunos com aproveitamento e não aproveitamento e,

consequentemente, nas respectivas taxas de aproveitamento e não aproveitamento. Ao analisar as diferenças encontradas verifica-se que, na maioria das vezes, a taxa de aproveitamento é superior nos dados fornecidos pela Escola do que nos dados fornecidos pelo Ministério da Educação. Embora, cientes da existência destas diferenças considerou-se que a apresentação dos dados se revela útil por permitir uma análise mais pormenorizada e completa da evolução desta taxas.

#### **6.1.4.1. 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO**

No gráfico n.º 19 são apresentadas as taxas de aproveitamento e não aproveitamento escolar no 1º Ciclo nos anos lectivos de 1999/2000, 2000/01, 2001/02 (dados fornecidos pela Associação de Escolas do 1º CEB de Sobral de Monte Agraço, entretanto extinta dando origem ao Agrupamento Vertical de Escolas) e 2003/04 (dados fornecidos pelo Ministério da Educação – GIASE). Não foi possível obter dados referentes aos anos lectivos 2002/2003 e 2004/2005. Como entre 1999 e 2001 não foi registado qualquer caso de abandono escolar (de acordo com os dados fornecidos pela Associação de Escolas) optou-se por se considerar que a taxa de não aproveitamento se deve, na sua totalidade, a situações de insucesso escolar. No anexo C são apresentados os dados por escola (entre 1999/00 e 2001/02), o que possibilita uma análise mais pormenorizada.



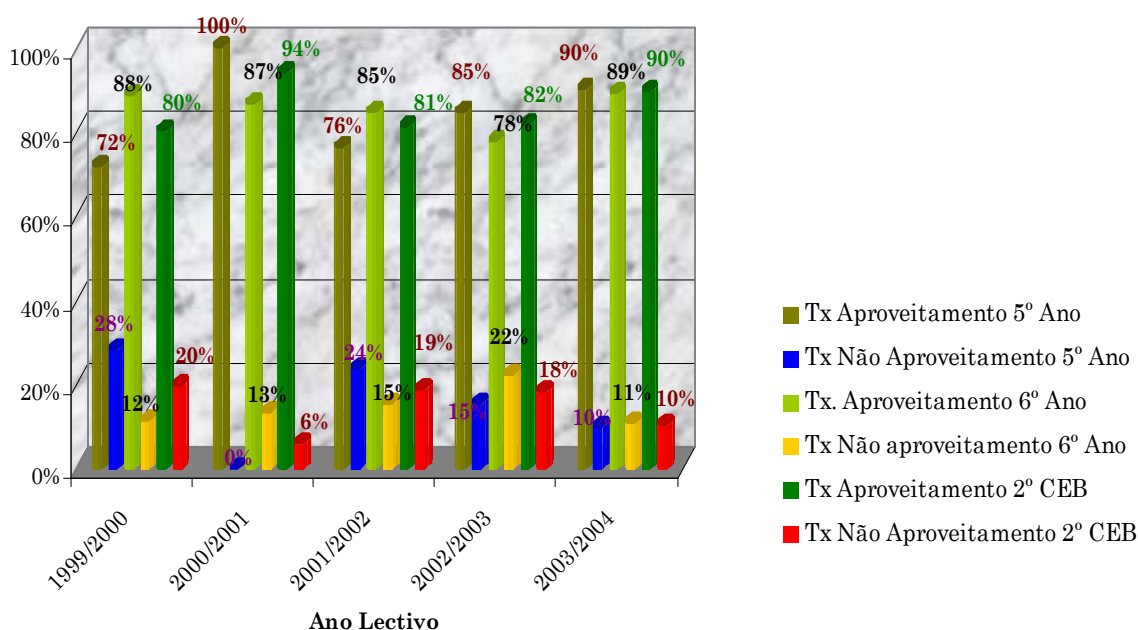
**Gráfico n.º 19** – Evolução das Taxas de Aproveitamento e Não Aproveitamento no 1º CEB (1999-2003)

**Fonte:** Agrupamento Vertical de Escolas (1999/00 a 2001/02) e GIASE (2003/04)

Da análise do gráfico ressalta um aumento significativo da taxa de insucesso escolar passando de 4,56% (1999/2000) para 11,80% (2003/2004), sendo significativamente superior à verificada, no mesmo ano lectivo, quer na Região Oeste (6,3% - em 2003/04) quer no distrito de Lisboa (7,0%). Este é um dado preocupante sendo necessário realizar-se uma análise cuidadosa das possíveis causas, de forma a poderem ser tomadas medidas de prevenção e de intervenção (ver ponto 8.7. – Outras medidas de intervenção complementar).

#### 6.1.4.2. 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Relativamente ao 2º ciclo do ensino básico apresentam-se no gráfico n.º 20 e na tabela n.º 6 as respectivas taxas de aproveitamento (sucesso) e não aproveitamento (insucesso e abandono) referentes ao período 1999 e 2003 (dados fornecidos pela DREL – anos lectivos 1999/00 a 2002/03 e pelo GIASE – ano lectivo 2003/04).



**Gráfico n.º 20** – Evolução das Taxas de Aproveitamento e Não Aproveitamento no 2º CEB, por ano de escolaridade (1999-2003)

**Fonte:** Ministério da Educação (DREL e GIASE)

**Tabela n.º 6** - Evolução das Taxas de Aproveitamento e Não Aproveitamento no 2º CEB, por ano de escolaridade (1999-2003)

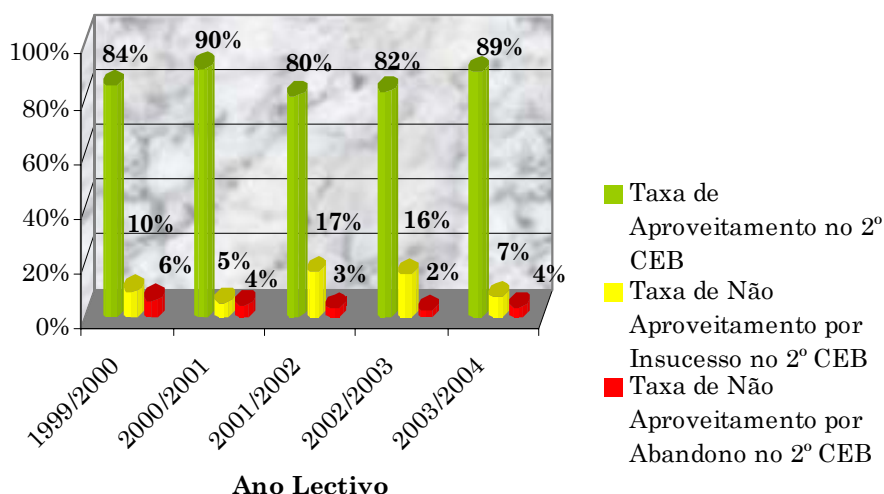
Taxas de Aproveitamento e Não Aproveitamento no 2º Ciclo do Ensino Básico															
Ano Lectivo	5º Ano					6º Ano					Global (2º CEB)				
	N.º Total Alunos	Aproveitamento		Não Aproveitamento		N.º Total Alunos	Aproveitamento		Não Aproveitamento		N.º Total Alunos	Aproveitamento		Não Aproveitamento	
		N.º Alunos	%	N.º Alunos	%		N.º Alunos	%	N.º Alunos	%		N.º Alunos	%	N.º Alunos	%
1999/2000	131	94	71,76%	37	28,24%	139	123	88,49%	16	11,51%	270	217	80,37%	53	19,63%
2000/2001	142	142	100%	0	0,00%	112	97	86,61%	15	13,39%	254	239	94,09%	15	5,91%
2001/2002	109	83	76,15%	26	23,85%	145	123	84,83%	22	15,17%	254	206	81,10%	48	18,90%
2002/2003	130	110	84,62%	20	15,38%	108	84	77,78%	24	22,22%	238	194	81,51%	44	18,49%
2003/2004			90,2%		9,8%			89,1%		10,9%			89,6%		10,4%

Fonte: DREL (ano 2003/2004 - dados fornecidos pelo GIASE)

Da análise do gráfico e da tabela ressalta um decréscimo da taxa de não aproveitamento no 2º CEB, tendo diminuído de 19,66% no ano lectivo de 1999/2000 para 10,4% no último ano lectivo em análise.

Procedendo a uma análise comparativa entre as taxas apresentadas para o ano lectivo 2003/04 e as suas homólogas referentes à Região Oeste e ao distrito de Lisboa (dados fornecidos pelo GIASE), constata-se que as taxas de aproveitamento verificadas no Concelho são superiores às verificadas quer na Região (tx aproveitamento 2º CEB – 89%), quer no Distrito (tx de aproveitamento 2º CEB – 85,3%).

Contudo, os dados apresentados no gráfico n.º 20 não nos permitem avaliar que percentagem da taxa de não aproveitamento se deve a situações de insucesso escolar e que a percentagem se deve a abandono escolar, conforme referido anteriormente, pelo que no gráfico n.º 21 e na tabela n.º 7 se analisam os dados fornecidos pelo Agrupamento Vertical de Escolas e Escola Secundária com 3º Ciclo (taxa de aproveitamento, taxa de não aproveitamento por insucesso e taxa de não aproveitamento por abandono).



**Gráfico n.º 21** – Evolução das Taxas de Aproveitamento, Não Aproveitamento por Insucesso e Não Aproveitamento por Abandono do 2º CEB (1999-2003)

**Fonte:** Agrupamento Vertical de Escolas e ES/3 SMA

**Tabela n.º 7** - Evolução das Taxas de Aproveitamento e Não Aproveitamento no 2.º CEB, por ano de escolaridade (1999-2003)

**Fonte:** Agrupamento Vertical de Escolas de Sobral de Monte Agraço e ES/3 SMA

2.º Ciclo do Ensino Básico							
Ano Lectivo	Sucesso		Retenção		Abandono		
	N.º Total	N.º	%	N.º	%	N.º	
	Alunos	Alunos		Alunos		Alunos	
1999/2000	271	228	84,13%	26	9,59%	17	6,27%
2000/2001	273	247	90,48%	14	5,13%	12	4,40%
2001/2002	254	204	80,31%	42	16,54%	8	3,15%
2002/2003	245	201	82,04%	38	15,51%	6	2,45%
2003/2004	137	122	89,05%	10	7,30%	5	3,65%

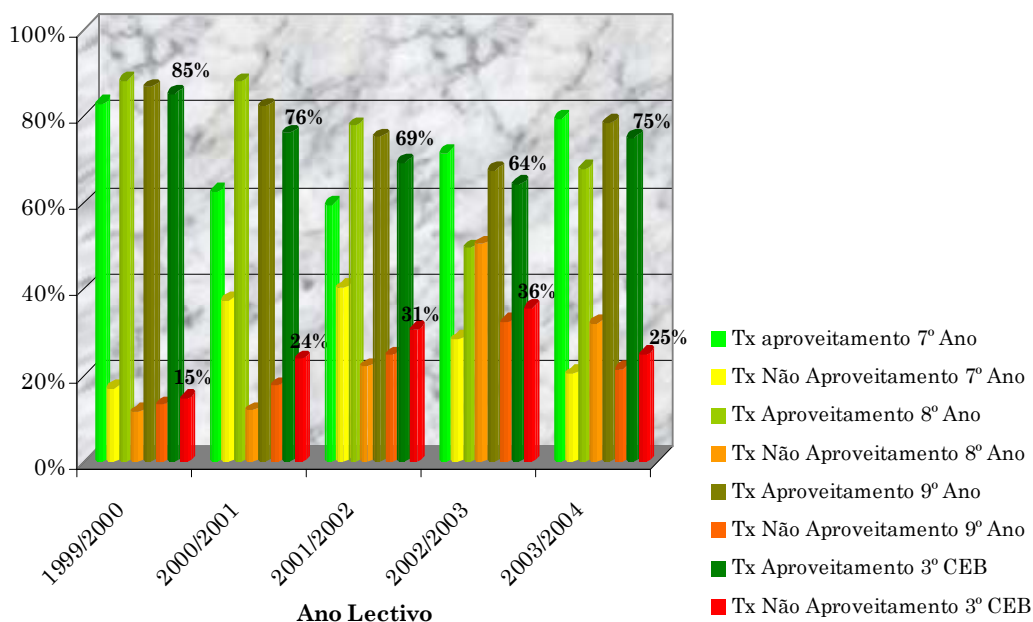
Nota: 2.º CEB em 2003/04 dividido pelos 2 estabelecimentos (EBI - 5.º ano e ES/3 - 6.º ano)



Da análise do gráfico e da tabela anteriores, verifica-se um decréscimo, tanto da taxa de insucesso escolar como da de abandono escolar, o que é concordante com o decréscimo constatado na taxa de não aproveitamento apresentada no gráfico n.º 20.

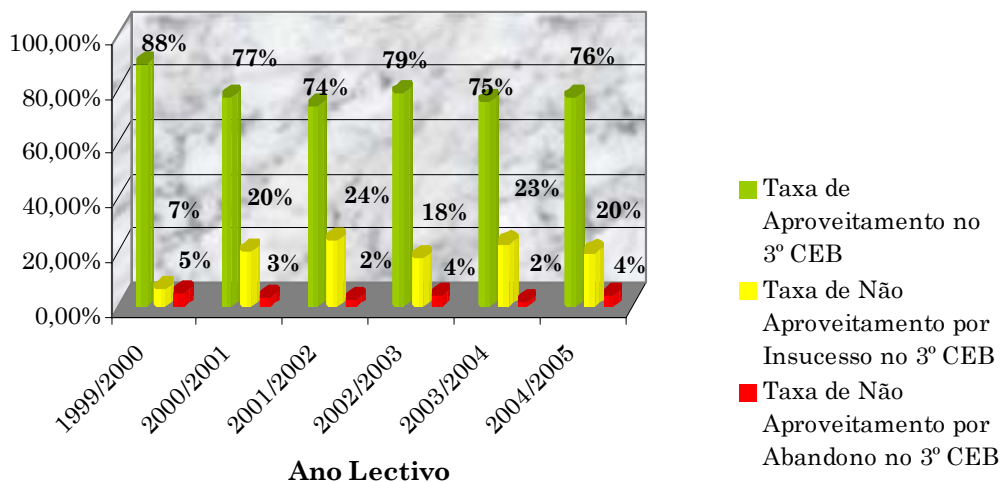
#### 6.1.4.3. 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO

No que diz respeito ao 3º CEB apresentam-se no gráfico n.º 22 as taxas de aproveitamento e não aproveitamento (dados fornecidos pela DREL entre os anos lectivos 1999/2000 e 2000/2003 e pelo GIASE, ano lectivo 2003/04), comparando as mesmas com as apresentadas no gráfico n.º 23 e na tabela n.º 8 (taxas de sucesso, insucesso e abandono escolar do 3º CEB – dados recolhidos junto da actual Escola Secundária com 3º Ciclo e que já incluem o ano lectivo de 2004/2005).



**Gráfico n.º 22** – Evolução das Taxas de Aproveitamento e Não Aproveitamento no 3º CEB, por ano de escolaridade (1999-2003)

**Fonte:** Ministério da Educação (DREL e GIASE)



**Gráfico n.º 23** – Evolução das Taxas de Aproveitamento, Não Aproveitamento por Insucesso e Não Aproveitamento por Abandono do 3º CEB (1999-2004)

Fonte: ES/3 SMA

Da análise dos gráficos anteriores, contrariamente ao 2º CEB, verifica-se um decréscimo na taxa de aproveitamento (sucesso) e consequente aumento da taxa de não aproveitamento (insucesso e abandono escolar) presente nos três anos de escolaridade deste ciclo, embora seja mais significativo no 8º ano de escolaridade. Assim, a taxa de aproveitamento no 7º ano passou de 82,84% (1999/2000) para 79,5% (2003/04), no 8º ano de 88,30% para 67,8% e no 9º ano de 86,72% para 78,5%. Considerando os dados globais do 3º CEB, verifica-se que esta taxa passou de 85,20% para 75,1% (de acordo com os dados fornecidos pela DREL e GIASE), sendo a taxa de não aproveitamento do ano lectivo 2003/04 de 24,9% valor este significativamente superior ao verificado, no mesmo ano lectivo, quer na região oeste (16,3%), quer no distrito (17,3%).

Procedendo a uma análise mais pormenorizada da taxa de não aproveitamento (tendo por base os dados apresentados no gráfico n.º 23 e tabela n.º 8), verifica-se que no período 1999-2004, se registou um decréscimo da taxa de não aproveitamento por abandono escolar (situada em

3,93% no ano lectivo 2004/05) e um aumento significativo da taxa de não aproveitamento por insucesso escolar, a qual passou de 6,56% em 1999/2000, para 19,66% em 2004/05.

**Tabela n.º 8** - Evolução das Taxas de Aproveitamento e Não Aproveitamento no 3.º CEB,  
por ano de escolaridade (1999-2003)

Fonte: ES/3 SMA

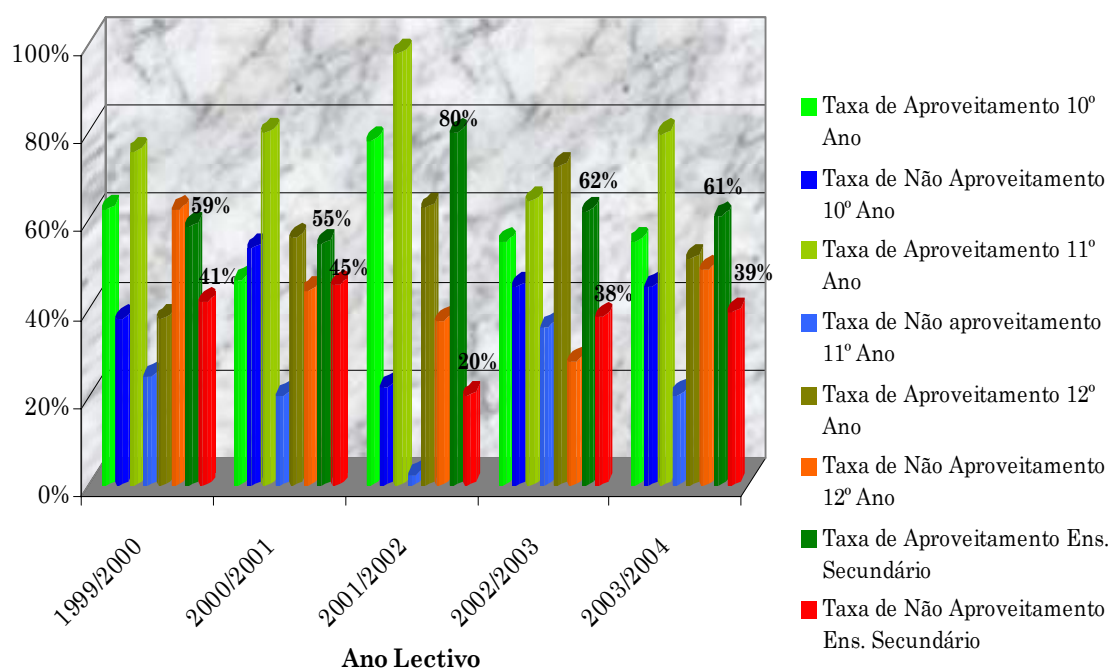
Ano Lectivo	N.º Total Alunos	3º Ciclo do Ensino Básico					
		Sucesso		Retenção		Abandono	
		N.º Alunos	%	N.º Alunos	%	N.º Alunos	%
1999/2000	381	337	88,45%	25	6,56%	19	4,99%
2000/2001	353	271	76,77%	72	20,40%	10	2,83%
2001/2002	380	280	73,68%	92	24,21%	8	2,11%
2002/2003	392	308	78,57%	69	17,60%	15	3,83%
2003/2004	336	253	75,30%	77	22,92%	6	1,79%
2004/2005	356	272	76,40%	70	19,66%	14	3,93%

#### 6.1.4.4. ENSINO SECUNDÁRIO

Seguidamente analisa-se a situação ao nível do ensino secundário. Mais uma vez tentaremos conjugar os dados da DREL e GIASE (gráfico n.º 24) com os da Escola Secundária (gráfico n.º 24-A). É importante referir que os dados disponibilizados pela DREL se referem apenas aos dados gerais do ensino secundário, não tendo sido fornecidos dados por tipo de curso (CSPOPE e CSPOVA, actualmente denominados de Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Tecnológicos, respectivamente).

Assim, o gráfico n.º 24 apresenta as taxas de aproveitamento e não aproveitamento no ensino secundário, entre 1999/2000 e 2003/2004, por ano de escolaridade. Estes dados serão comparados com os apresentados no

gráfico n.º 24-A (taxas de aproveitamento, taxa de não aproveitamento por insucesso e taxa de não aproveitamento por abandono), os quais se referem ao período de 1999/2000 a 2005/2006. Seguidamente proceder-se-á a uma análise mais pormenorizada da evolução destas taxas por tipo de curso de ensino secundário (gráfico n.º 25).



**Gráfico n.º 24** – Evolução das Taxas de Aproveitamento e Não Aproveitamento no Ensino Secundário (1999-2003)

**Fonte:** Ministério da Educação (DREL e GIASE)

Da análise do gráfico anterior destaca-se uma evolução positiva da Taxa de Aproveitamento no ensino secundário, embora esta registe apenas um ligeiro aumento (de 58,62%, no ano lectivo de 1999/2000 para 60,9% no ano lectivo de 2003/2004) e consequente decréscimo da taxa de não aproveitamento (de 41,38% para 39,1%). Evolução idêntica ocorre no 11º e 12º anos, tendo as respectivas taxas de aproveitamento passado de 75,51% para 79,6% e de 37,74% para 51,4%. Contrariamente, regista-se no 10º ano

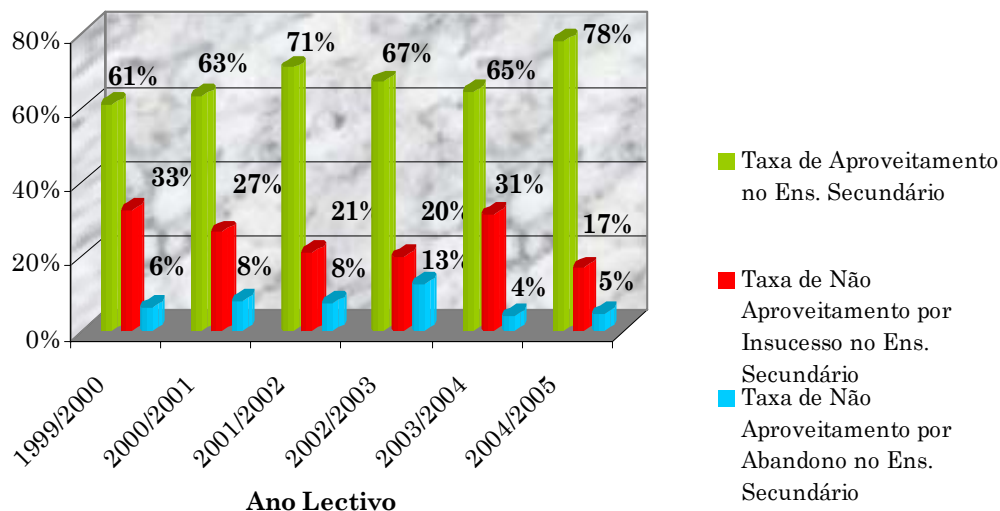
uma diminuição significativa da taxa de aproveitamento (de 62,5% para 55,1%).

Considera-se, no entanto, muito preocupante o actual nível da taxa de não aproveitamento neste nível de ensino atingindo os 39,1% no ano lectivo de 2003/2004, o qual se encontra concordante com as hipóteses levantadas aquando da análise da evolução da população escolar neste nível de ensino, e que de facto apontavam para elevadas taxas de não aproveitamento (fosse este por insucesso ou por abandono).

Procedendo a uma análise por ano de escolaridade verifica-se que é no 11º ano que se regista uma menor taxa de não aproveitamento, sendo mesmo assim, elevada (20,4%). Relativamente ao 10º e 12º anos, e reportando-nos ao ano lectivo em análise (2003/04), esta taxa é, respectivamente, de 44,9% e 48,6%.

Comparativamente, a taxa de aproveitamento verificada (60,9%) é significativamente inferior às mesmas taxas da região (65%) e do distrito (64,7%).

Torna-se importante perceber as possíveis causas destas taxas, nomeadamente, qual percentagem da taxa de não aproveitamento por insucesso e qual a percentagem por abandono (gráfico n.º 24-A e tabela n.º 9), e se tais taxas se encontram mais correlacionadas com um determinado tipo de curso do ensino secundário em detrimento de outro curso (CSPOPE vs. CSPOVA), gráficos n.º 25 e 26 e tabela n.º 10.



**Gráfico n.º 24-A** – Evolução das Taxas de Aproveitamento, Não Aproveitamento por Insucesso e Não Aproveitamento por Abandono no Ensino Secundário (1999-2004)

Fonte ES/3 SMA

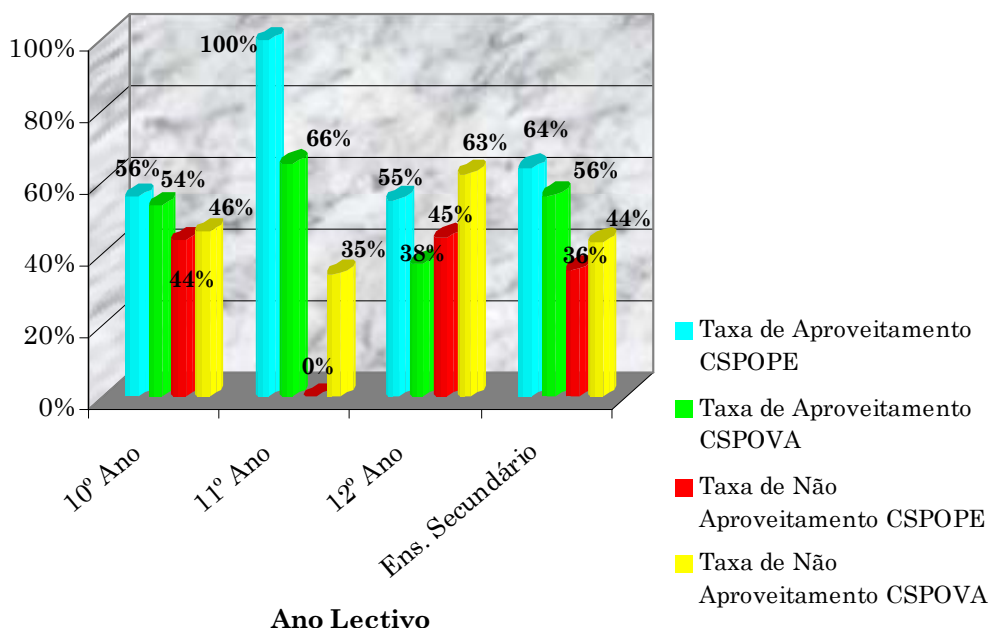
**Tabela n.º 9** – Evolução das Taxas de Aproveitamento, Não Aproveitamento por Insucesso e Não Aproveitamento por Abandono no Ensino Secundário (1999-2004)

Fonte: ES/3 SMA

Ensino Secundário							
Ano Lectivo	N.º Total Alunos	N.º Alunos Sucesso	N.º Alunos Retenção	N.º Alunos Abandono			
1999/2000	174	106	57	11	60,92%	32,76%	6,32%
2000/2001	180	114	48	15	63,33%	26,67%	8,33%
2001/2002	169	120	36	13	71,01%	21,30%	7,69%
2002/2003	173	116	35	22	67,05%	20,23%	12,72%
2003/2004	144	93	45	6	64,58%	31,25%	4,17%
2004/2005	147	115	25	7	78,23%	17,01%	4,76%

Da leitura do gráfico n.º 24-A, e tabela anterior, sobressai o decréscimo verificado tanto na taxa de não aproveitamento por insucesso (de 32,76% para 31,25% entre 1999 e 2003) como na taxa de não aproveitamento por abandono (de 6,32% para 4,17%, no mesmo período), sendo a percentagem de não aproveitamento por insucesso significativamente superior à verificada por abandono, embora a taxa de não aproveitamento

por insucesso se mantenha, ainda, em valores muito elevados. Contudo, ao incluirmos o ano lectivo 2004/2005 constata-se uma diminuição significativa da taxa de não aproveitamento por insucesso (de 31,25% para 17,01%) acompanhada de um ligeiro aumento da taxa de não aproveitamento por abandono (de 4,17% para 4,76%).



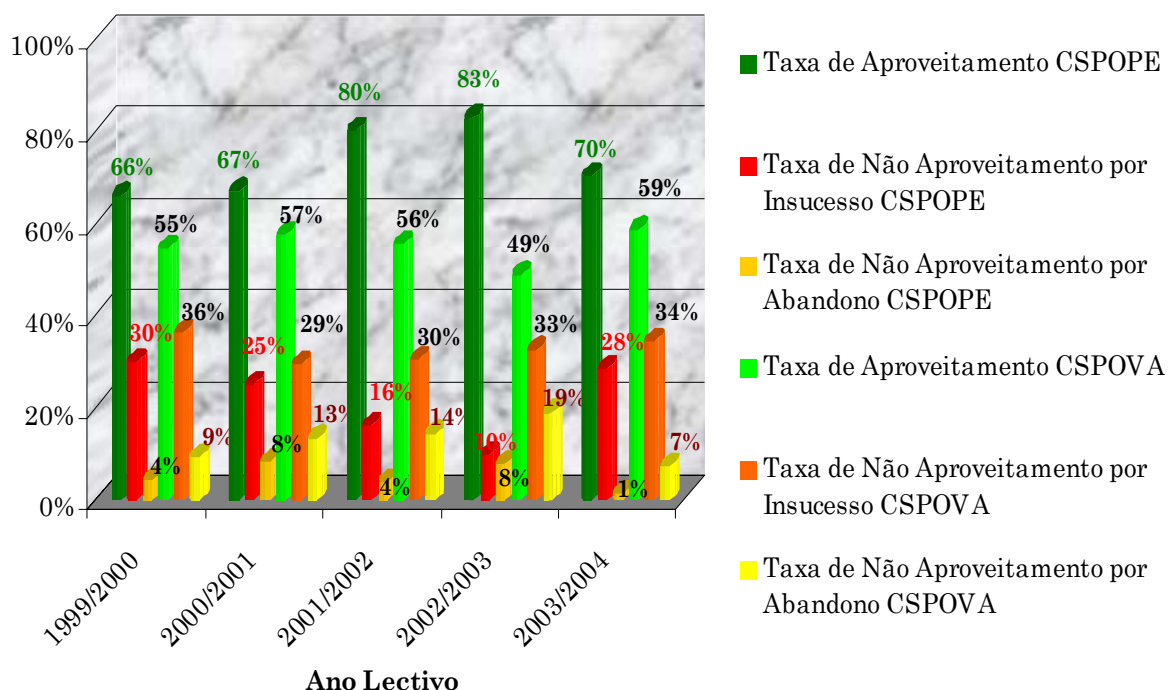
**Gráfico n.º 25** - Evolução das Taxas de Aproveitamento e Não Aproveitamento por ano de escolaridade e por tipo de Curso do Ensino Secundário (ano lectivo 2003/04)

**Fonte:** GIASE – Ministério da Educação

Da análise do gráfico anterior constata-se que, dos três anos que constituem este nível de ensino é no 11º ano que se verificam as taxas de aproveitamento mais elevadas tanto nos CSPOPE como nos CSPOVA, sendo o 12º ano o que regista as menores taxas de aproveitamento e, consequentemente, as mais elevadas taxas de não aproveitamento (44,8% nos CSPOPE e 62,5% nos CSPOVA).

Procedendo agora à comparação entre tipo de curso do ensino secundário (gráfico n.º 26) verifica-se que os CSPOVA (cursos tecnológicos) registam taxas de insucesso e abandono (não aproveitamento)

sistematicamente superiores às registadas nos CSPOPE, respectivamente 34,29% e 7,14% (CSPOVA) e 28,38% e 1,35% (CSPOPE), no ano lectivo 2003/2004. No entanto é de salientar que, no período em análise (1999-2003), se verifica um decréscimo das taxas de não aproveitamento, por insucesso e por abandono, passando, respectivamente, nos CSPOPE de 29,90% e 4,12% para 28,38% e 1,35% e nos CSPOVA de 36,36% e 9,09% para 34,29% e 7,14%.



**Gráfico n.º 26** - Evolução das Taxas de Aproveitamento e Não Aproveitamento por tipo de Curso do Ensino Secundário (1999-2004)

**Fonte:** ES/3 SMA



**Tabela n.º 10** - Evolução das Taxas de Aproveitamento e Não Aproveitamento por tipo de Curso do Ensino Secundário (1999-2004)

Fonte: ES/3 SMA

Ano Lectivo	Ensino Secundário - Cursos Geral (CSPOPE)							Ensino Secundário - Cursos Tecnológicos (CSPOVA)						
	Sucesso		Retenção		Abandono		N.º Total Alunos	Sucesso		Retenção		Abandono		N.º Total Alunos
	N.º	%	N.º	%	N.º	%		N.º	%	N.º	%	N.º	%	
<b>1999/2000</b>	97	64	65,98%	29	29,90%	4	4,12%	77	42	54,55%	28	36,36%	7	9,09%
<b>2000/2001</b>	112	75	66,96%	28	25,00%	9	8,04%	68	39	57,35%	20	29,41%	6	8,82%
<b>2001/2002</b>	106	85	80,19%	17	16,04%	4	3,77%	63	35	55,56%	19	30,16%	9	14,29%
<b>2002/2003</b>	93	77	82,80%	9	9,68%	7	7,53%	80	39	48,75%	26	32,50%	15	18,75%
<b>2003/2004</b>	74	52	70,27%	21	28,38%	1	1,35%	70	41	58,57%	24	34,29%	5	7,14%
<b>2004/2005</b>	81	67	82,72%	11	13,58%	3	3,70%	66	48	72,73%	14	21,21%	4	6,06%

(a) Nos dados disponibilizados pela ES/3 foi detectado um erro: no ano lectivo 2000/01 o somatório dos alunos dos cursos tecnológicos com sucesso, retenção e abandono é inferior ao número total de alunos.

#### 6.1.5. ENSINO SUPERIOR

Em Portugal, o Ensino Superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico, aos quais têm acesso todos os indivíduos que tenham concluído o ensino secundário ou equivalente (cursos profissionais de nível III) e que tenham realizado os exames de ingresso solicitados por cada instituição para cada curso superior ou adultos com idade superior a 23 anos e que tenham realizado as provas de ingresso estipuladas por cada instituição no âmbito do regime especial de ingresso (Decreto-Lei 64/2006, de 21 de Março)

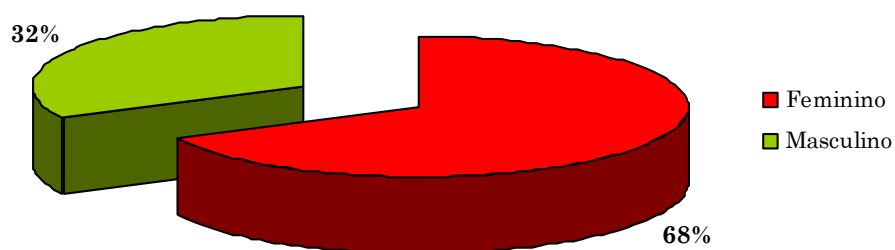
O Município de Sobral de Monte Agraço não dispõe de qualquer estabelecimento de Ensino Superior pelo que esta população escolar tem que se deslocar para outros Concelhos, nomeadamente, Lisboa, Torres Vedras (Ensino Superior Particular e Cooperativo) e Santarém, entre outros.

De acordo com os CENSOS 2001, no momento censitário (o qual corresponde ao ano lectivo de 2000/2001) frequentavam o ensino superior 197 estudantes residentes no concelho, representando 2,21% da população total residente.

Uma vez que não dispomos de quaisquer outros dados que nos permitam proceder a uma análise da evolução desta população nos últimos anos, tentaremos caracterizar esta população com base no número de alunos que fazem parte da UNIR – Associação de Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Sobral de Monte Agraço, embora tenhamos consciência que não representam a totalidade dos alunos residentes a frequentarem este grau de ensino.

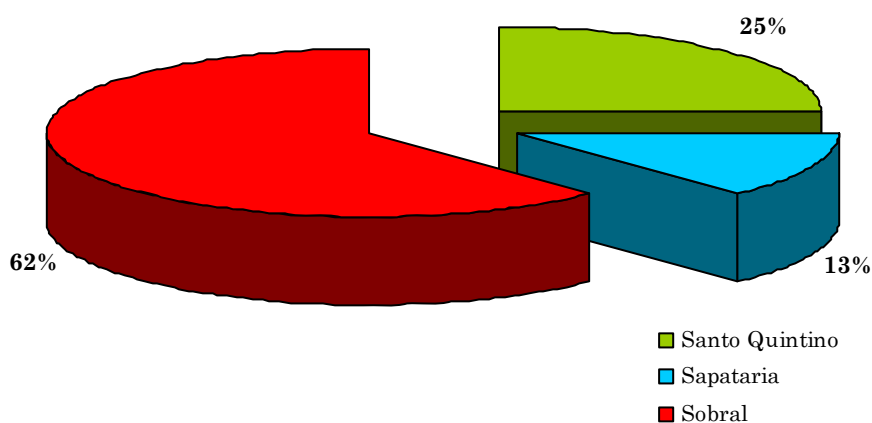
Assim, no ano lectivo de 2005/06, e de acordo com os dados disponíveis na UNIR (Dezembro 2005), encontram-se a frequentar o ensino superior 71 estudantes, com idades compreendidas entre os 17 e os 43 anos, correspondendo a uma média de idades de 21 anos.

Verifica-se ainda (gráfico n.º 27) que cerca de 68% de estudantes são mulheres e 32% homens, sendo que a maioria provém da freguesia de Sobral - 62% e (gráfico n.º 28).



**Gráfico n.º 27** – Distribuição dos Alunos do Ensino Superior por Género (2005)

**Fonte:** UNIR – Associação dos Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Sobral de Monte Agraço

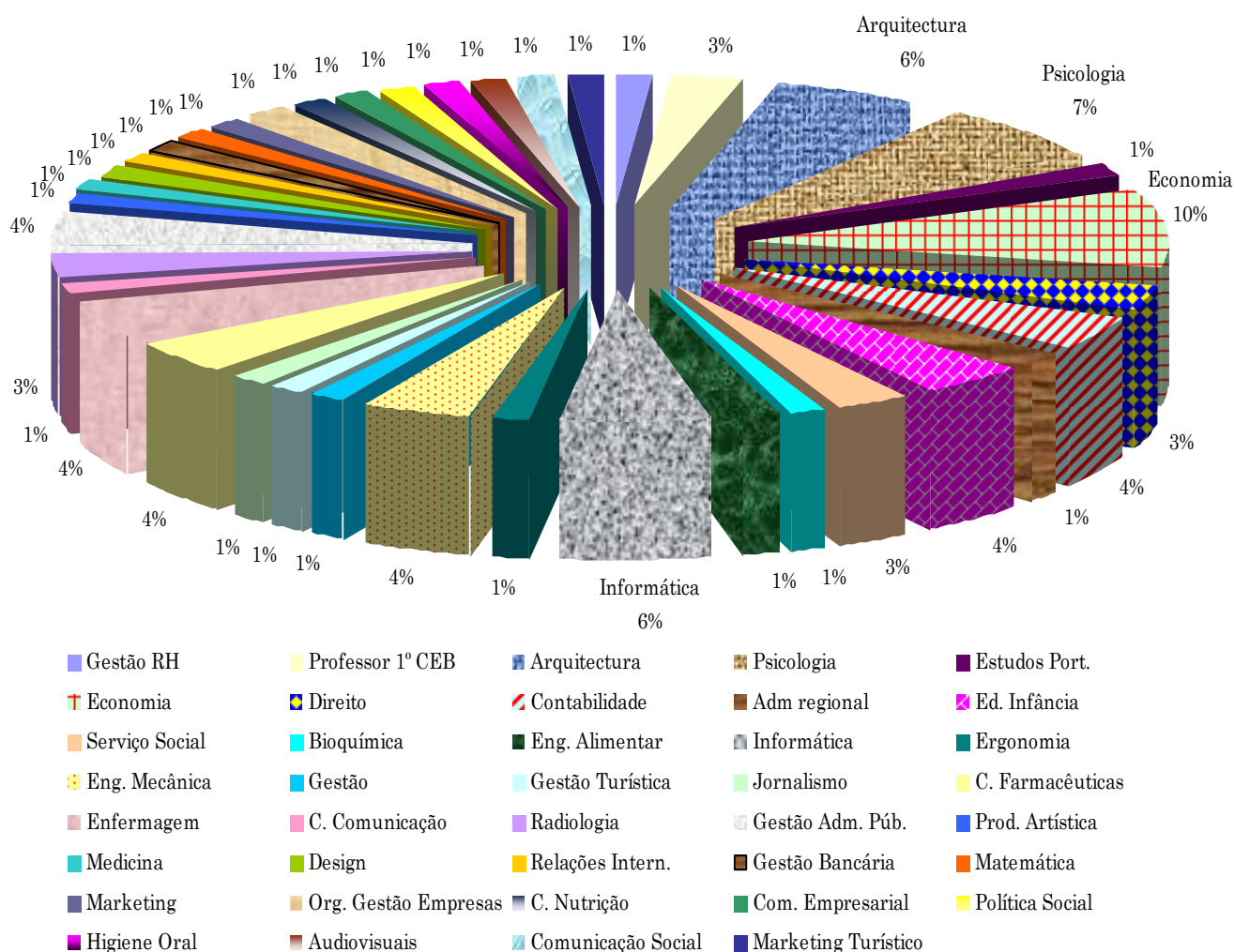


**Gráfico n.º 28** – Distribuição dos Alunos do Ensino Superior por Freguesia de Origem (2005)

**Fonte:** UNIR – Associação dos Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Sobral de Monte Agraço

Relativamente à distribuição destes estudantes por curso de ensino superior, constata-se grande diversidade de cursos (gráfico n.º 29),

sobressaindo, no entanto, a opção por economia (10%), psicologia (7%), arquitectura e informática (ambos com 6%).



**Gráfico n.º 29** – Distribuição dos Alunos por Curso do Ensino Superior

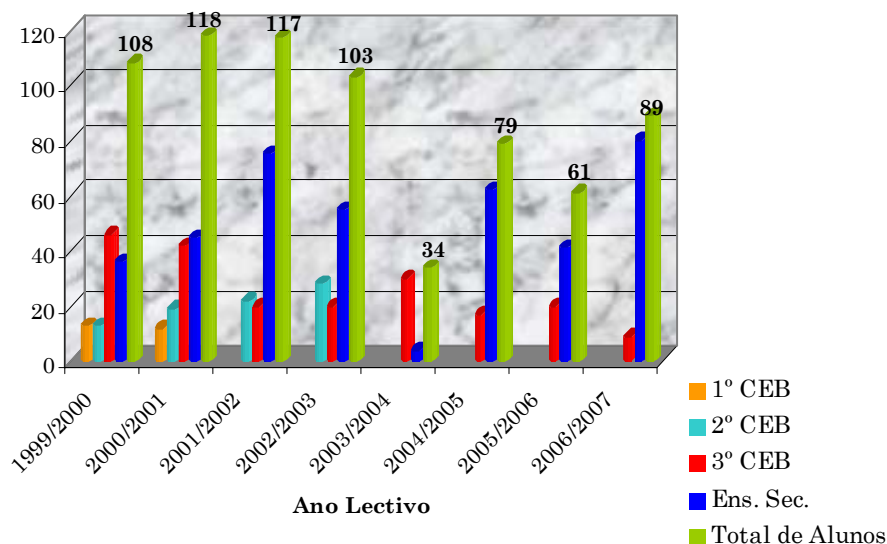
**Fonte:** UNIR – Associação dos Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Sobral de Monte Agraço

#### **6.1.6. ENSINO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (ENSINO RECORRENTE)**

O Ensino e Formação de Adultos (vulgo Ensino Recorrente) constitui “uma alternativa de segunda oportunidade, destinada a indivíduos que já não se encontram em idade de frequência dos ensinos básicos e secundários” (Martins, E. - 2000) e que, por razões diversas, tiveram ou acabaram por abandonar precocemente a sua formação.

A evolução da procura destes cursos de alfabetização (1º e 2º ciclos), e de ensino recorrente (3º ciclo e ensino secundário) entre 1999 e 2005, é apresentada no Gráfico n.º 30 e de acordo com os dados obtidos, respectivamente, junto da OLEFA – Organização Local de Educação e Formação de Adultos e da DREL – Direcção Regional de Educação de Lisboa.

É importante, antes da sua leitura, procedermos a alguns esclarecimentos. Em relação à frequência dos cursos do 1º ciclo estes deixaram de funcionar a partir do ano lectivo de 2001/2002. Esta situação verificou-se, não por falta de alunos interessados na sua frequência mas porque não foi possível reunir todos os critérios requeridos pela Direcção Regional de Educação para que os mesmos fossem homologados. Este cenário agravou-se no ano lectivo 2003/04 não funcionando igualmente os cursos do 2º ciclo.



**Gráfico n.º 30** – Evolução da População Escolar do Ensino Recorrente (1999-2005)

**Fonte:** OLEFA de Sobral de Monte Agraço e ES/3 SMA

Da análise do gráfico anterior denota-se um decréscimo (-17,59%) no número de alunos que tem frequentado o ensino recorrente, com excepção dos cursos secundários, nos quais se verifica (entre 1999 e 2006) um aumento de 122%, embora sobressaíam oscilações mais ou menos significativas de uns anos para os outros.

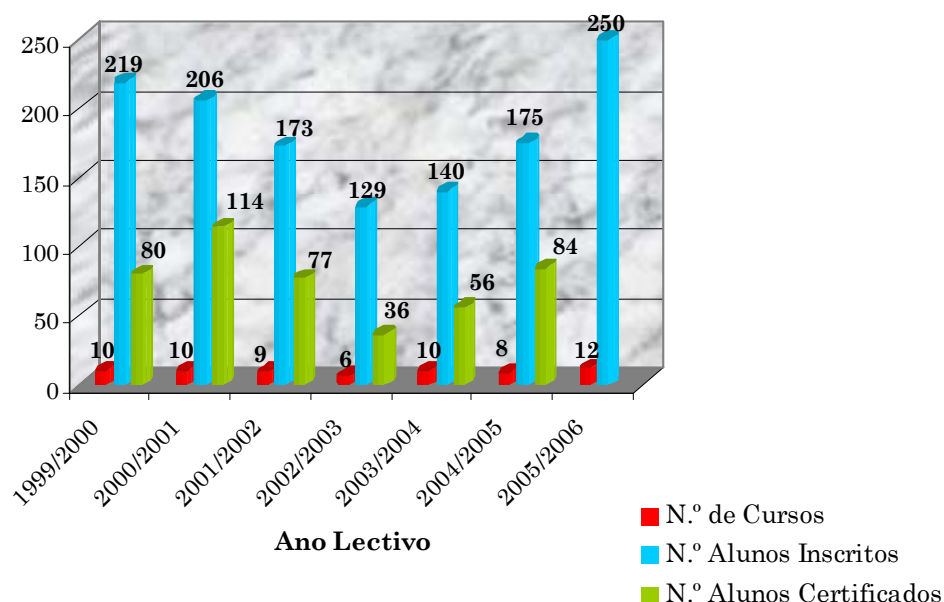
Relativamente ao local de funcionamento, estes cursos têm sido realizados na Vila de Sobral de Monte Agraço (Escola Secundária com 3º Ciclo e antiga Escola João Luiz de Moura), com excepção dos cursos de 1º ciclo os quais funcionaram na Escola Básica do 1º Ciclo de Sapataria.

Paralelamente a estes cursos, mas igualmente inseridos no âmbito da Educação e Formação de Adultos encontram-se os cursos de Educação Extra-Escolar, que não dando equivalência a níveis de ensino pretendem constituir-se como percursos de formação/desenvolvimento pessoal alternativos.

No gráfico seguinte, podemos verificar a evolução do número de cursos existentes nos sete últimos anos bem como o número de alunos inscritos e o número de alunos certificados.

É importante referir que no ano lectivo de 2002/2003 houve dois cursos que não foram concluídos por falta de assiduidade do formador, pelo que os seus alunos não obtiveram qualquer certificação.

Relativamente ao ano lectivo de 2005/2006, não se dispõe de dados referentes ao número de alunos certificados.



**Gráfico n.º 31** – Evolução da Participação em Cursos de Educação Extra-Escolar (1999-2005)

**Fonte:** OLEFA de Sobral de Monte Agraço

Da análise do gráfico podemos verificar que, a média anual tem sido de 9 cursos de educação extra-escolar, sendo que o ano lectivo de 2005/06 foi aquele que registou o maior número de cursos (12 cursos) e o ano lectivo de 2002/2003 aquele em que funcionaram menos cursos (6 cursos).

A frequência média anual destes cursos é de 185 alunos, sendo novamente o ano de 2002/2003 aquele que regista menor frequência (129

alunos inscritos) e o ano de 2005/06 o de maior frequência, com 250 alunos inscritos.

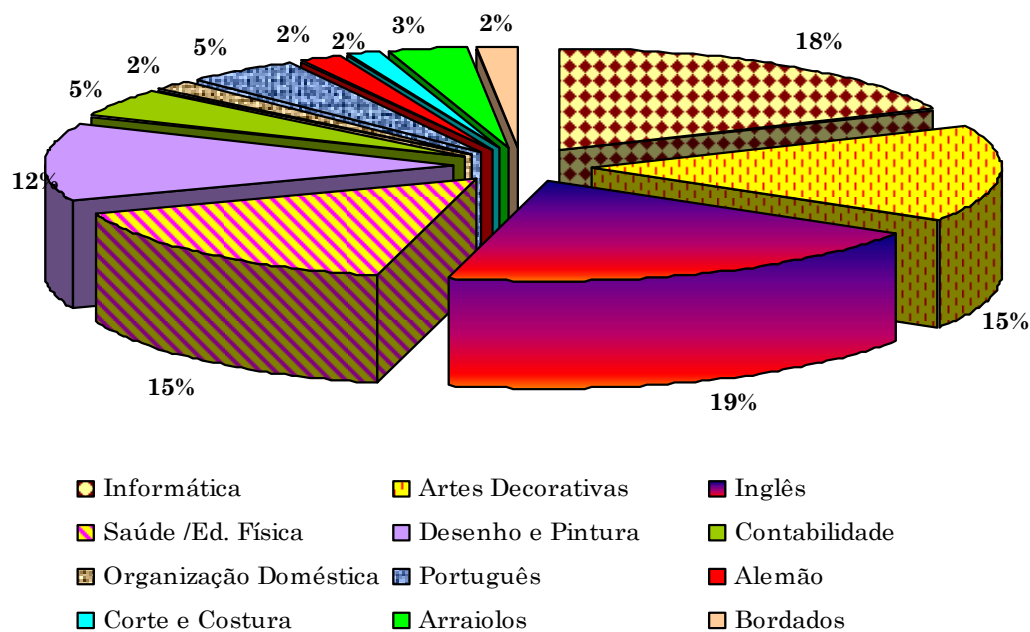
Apesar de se verificar o aumento do número de alunos a frequentarem estes cursos é importante referir que, no ano lectivo de 2006/07, o Ministério da Educação procedeu ao encerramento da OLEFA, tendo a Escola Secundária assegurado parte das ofertas de formação a este nível.

Relativamente à percentagem de alunos certificados face ao número de alunos inscritos constata-se que, em média, apenas 43% dos alunos inscritos são certificados.

No que se refere ao tipo de cursos ministrados (gráfico n.º 32), verifica-se que, no período em análise, alguns domínios tiveram um maior destaque. Desta forma, 19% dos cursos realizados pertencem à área do ensino de Inglês, 18% ao ensino da informática e novas tecnologias de comunicação, 15% às Artes Decorativas, assim como Saúde/Educação Física e 12% ao Desenho/Pintura, sendo que as restantes áreas de formação tiveram menor expressão.

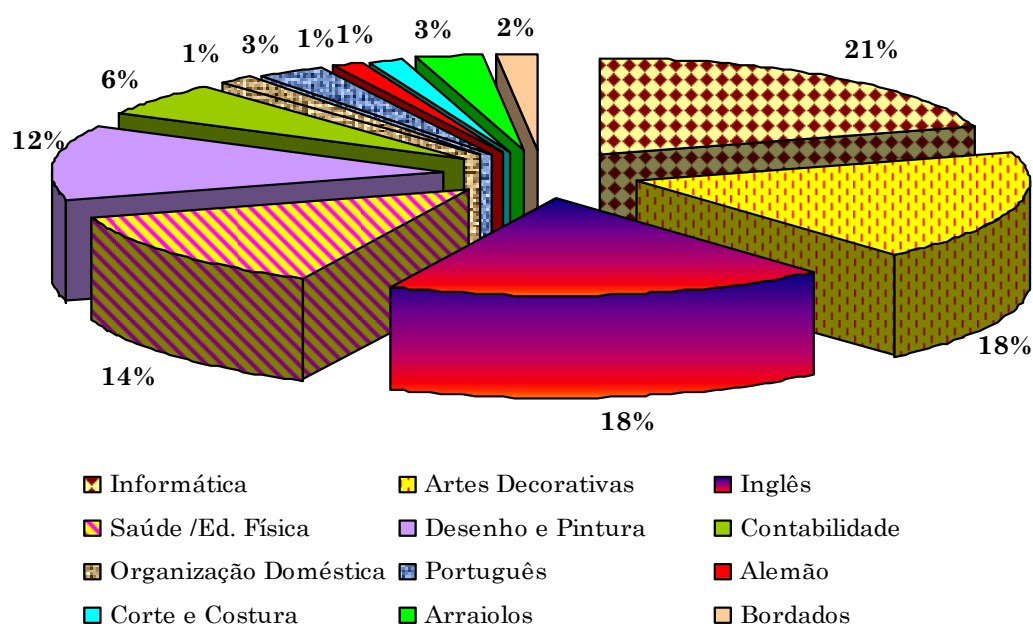
Ao analisarmos a distribuição dos alunos por tipo de curso (gráfico n.º 33), verifica-se uma distribuição muito semelhante à anteriormente apresentada. Assim, 21% dos alunos da educação extra-escolar optaram por cursos de informática, 18% por cursos de Inglês e de Artes Decorativas, 14% por cursos de Saúde/Educação Física e 12% por cursos de Desenho/Pintura, mais uma vez as restantes áreas aparecem com menor expressão.





**Gráfico n.º 32** – Percentagem de Cursos de Educação Extra-Escolar (1999-2005)

**Fonte:** OLEFA de Sobral de Monte Agraço



**Gráfico n.º 33** – Percentagem de Alunos da Educação Extra-Escolar por Tipo de Curso (1999-2005)

**Fonte:** OLEFA de Sobral de Monte Agraço

No que diz respeito ao local de funcionamento dos cursos de educação extra-escolar e, embora maioritariamente tenham funcionado na vila de Sobral de Monte Agraço, verifica-se que no período em análise houve a descentralização de diversos cursos para fora da sede do concelho, contando para o efeito com a colaboração indispensável das colectividades e associações locais. Apenas no ano lectivo de 1999/2000 é que funcionaram exclusivamente em Sobral de Monte Agraço, tendo, a partir do ano lectivo 2000/01, vindo a funcionar cursos em diversos locais, nomeadamente, Pêro Negro, Sabugos, Fetais, Pontes de Monfalim, Zibreira de Fetais e Sapataria, estando sempre o seu funcionamento dependente da existência de um número mínimo de alunos inscritos. Desta forma o número e tipo de cursos que decorreram quer em Sobral, quer nas Aldeias foi variando anualmente.

#### **6.1.7. NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS, ENSINO ESPECIAL**

O Concelho de Sobral de Monte Agraço não dispõe de qualquer instituição de Ensino Especial, pelo que, os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) que não estão integrados no “Ensino Regular” frequentam, na sua maioria, Instituições de Ensino Especial do concelho limítrofe – Torres Vedras, nomeadamente a APECI – Associação para a Educação de Crianças Inadaptadas.

Relativamente aos alunos com NEE de carácter prolongado (conforme art. 10º do Decreto-Lei n.º 6/2001) integrados no ensino regular, e de acordo com os dados fornecidos pela ECAE – Equipa de Coordenação dos Apoios

Educativos<sup>d</sup>, o número de alunos tem evoluído conforme é apresentado na tabela seguinte

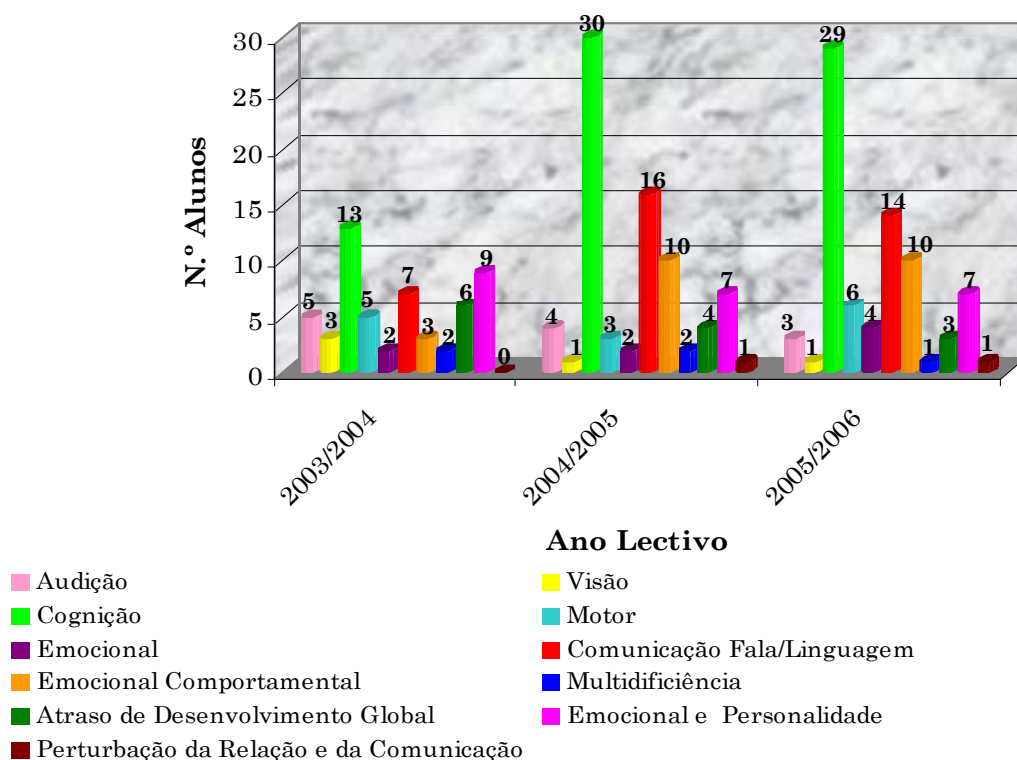
**Tabela n.º 11** – Evolução do Número de Alunos com NEE de Carácter Prolongado (2003/04-2005/06)

**Fonte:** ECAE de Mafra, Arruda e Sobral de Monte Agraço

Estabelecimento Ensino	Ano Lectivo		
	2003/04	2004/05	2005/06
J.I. Almargem	1	3	2
J.I. Sapataria	0	2	3
J.I. Pêro Negro	0	0	0
J.I. Pontes Monfalim	1	1	1
CAIC Serreira	0	0	0
Itinerância Casais	0	0	0
Itinerância Fetais	0	0	0
Associação Popular	9	11	7
EB1 Almargem	3	4	5
EB1 Casais	0	0	3
EB1 Fetais	3	4	4
EB1 Pontes Monfalim	2	4	1
EB1 Moitelas	4	1	0
EB1 Sapataria	0	0	0
EB1 Serreira	3	3	0
EB1 Silveira	0	1	1
EB1 Pêro Negro	4	7	5
EB1 Gozundeira	1	1	2
EB1 Patameira	0	0	0
EBI	14	34	36
E.S/3	12	8	12
<b>Total de Alunos com NEE</b>	<b>57</b>	<b>84</b>	<b>82</b>

<sup>d</sup> ECAE de Mafra, Arruda e Sobral de Monte Agraço

O gráfico seguinte apresenta uma caracterização da evolução da população escolar com necessidades educativas especiais tendo em conta o tipo de NEE.



**Gráfico n.º 34** – Evolução do Número de Alunos por Tipo de NEE (2003-2005)

**Fonte:** ECAE de Mafra, Arruda e Sobral de Monte Agraço

A análise do gráfico permite-nos concluir que em média (entre 2003 e 2005) 27,65% dos alunos com necessidades educativas especiais apresentam deficiências cognitivas, seguindo-se as dificuldades de comunicação e linguagem, as quais abrangem 14,23% destes alunos. De entre os diversos tipos de necessidades educativas especiais as perturbações da relação e da comunicação são as que têm um menor peso (0,73%). Seguidamente,

descreminamos as restantes por ordem crescente da sua incidência na população escolar: multideficiência (2,02%), visão (2,11%), emocional (3,13%), saúde física/doença crónica (3,49%), audição (4,87%), atraso no desenvolvimento global (5,32%), motor (5,61%), emocional e comportamental (8,73%) e emocional e personalidade (9,28%).

Ao nível dos apoios recebidos (nos anos lectivos de 2003/04 a 2005/06) e de acordo com a informação cedida pela ECAE que abrange o Concelho, estes encontram-se caracterizados no Anexo D, no entanto e de uma forma geral os apoios têm sido prestados por docentes de apoio educativo e sócio-educativo, além da terapeuta da fala e da psicóloga (técnicas da Câmara Municipal). Este apoio tem, naturalmente, sido concertado com outras intervenções necessárias, nomeadamente, centro de saúde, serviços hospitalares de diversas especialidades (ORL, Oftalmologia, reabilitação, pedopsiquiatria, pediatria), Centro de Recursos de Apoio à Deficiência Visual, Centro de Paralisia Cerebral, APECI de Torres Vedras, bem como, e sempre que necessário, com a Segurança Social e CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens) local.

Contudo, e de acordo com informação recolhida junto da ECAE, se ao nível dos docentes de apoio educativo e sócio-educativo os destacados para o apoio na área do município estavam de acordo com as necessidades existentes, o mesmo já não acontece relativamente aos serviços de terapia de fala e acompanhamento psicológico. Estes serviços são apenas disponibilizados pela Câmara Municipal na tentativa de dar resposta a esta insuficiência, ao nível da educação pré-escolar e do 1º ciclo, sendo por isso limitados face às necessidades diagnosticadas. Acresce ainda o facto de não existir qualquer SPO – Serviço de Psicologia e Orientação nas escolas do concelho (Agrupamento Vertical de Escolas e Escola Secundária com 3º Ciclo).

É importante frisar, e de acordo com informação da ECAE, que se verificam ainda outros casos de dificuldades de aprendizagem (muitas vezes causa de insucesso escolar) que não se enquadram nas NEE de carácter prolongado, em parte devido a famílias que não só pouco estimulam e, ou apoiam para a aprendizagem escolar, como também optam pela não frequência da educação pré-escolar, etapa fundamental para a iniciação da aprendizagem escolar e social da criança. Tais situações necessitam de um acompanhamento diferente traduzido no “desenvolvimento de projectos de parceria local, promotores da valorização das aprendizagens escolares, vivências diferenciadas e experiências culturais, contribuindo para a construção do pré projecto de vida dos jovens”.

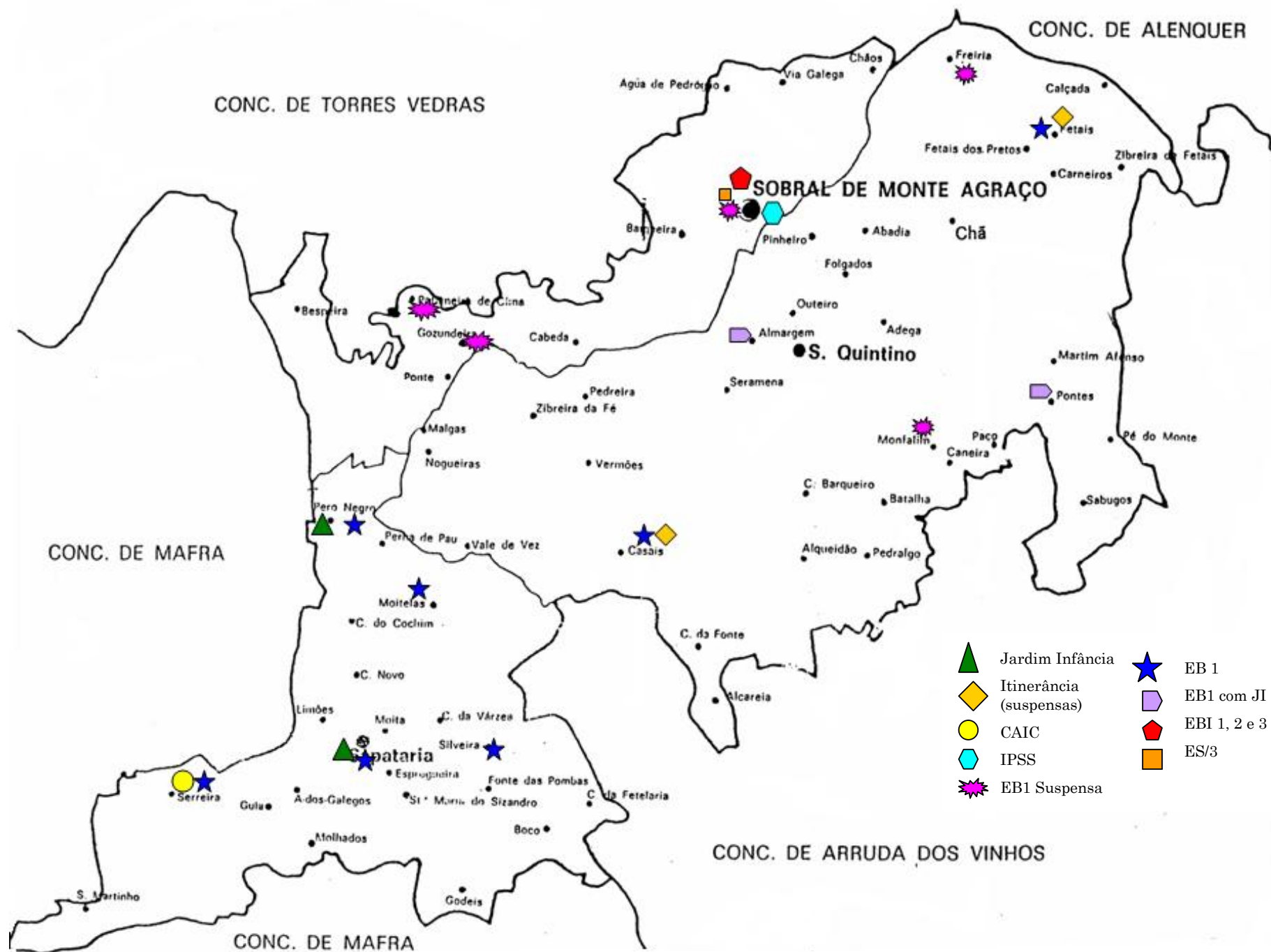
## **6.2. A OFERTA DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO**

### **6.2.1. TIPOLOGIA E LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR**

No Município de Sobral de Monte Agraço o parque escolar é, actualmente, composto por 2 Jardins de Infância (JI), 1 Centro de Animação Infantil e Comunitária (CAIC) integrado numa EB1, 1 Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS - com Berçário, Creche, Jardim de Infância e ATL), 7 Escolas Básicas de 1º Ciclo (EB1), 2 Escolas Básica de 1º Ciclo com Jardim de Infância (EB1/JI), 1 Escola Básica Integrada 1º, 2º e 3º Ciclos (EBI 1,2,3) e 1 Escola Secundária com 3º Ciclo (ES/3).

A listagem das Escolas e correspondentes tipologias é apresentada no Anexo E (informação recolhida junto da DREL – Direcção Regional de Educação de Lisboa).

Este parque escolar encontra-se distribuído de acordo com o apresentado no Mapa n.º 4.



Mapa n.º 4 – Rede Escolar Ano Lectivo 2006/07

Como se pode constatar, através do mapa n.º 4, o parque escolar referente ao 1º Ciclo Básico e à Educação Pré-Escolar encontra-se distribuído pelas três freguesias do município, integradas num único **Território Educativo** o que conduziu, com a entrada em funcionamento da EBI de Sobral, à criação do **Agrupamento Vertical de Escolas de Sobral de Monte Agraço**, que veio substituir o anterior Agrupamento Horizontal de Escolas, e que congrega todos os estabelecimentos existentes no município (com excepção da ES/3), funcionando a Escola Básica Integrada de Sobral de Monte Agraço como **Escola Nuclear**.

De referir também a existência de 5 EB1 suspensas – Patameira e Gozundeira (suspensas em 2006, por baixa frequência de alunos), Sobral de Monte Agraço (suspensa com a entrada em funcionamento em 2003 da EBI), Monfalim (suspensa em 2002, por baixa frequência) e Freiria (suspensa em 2003, tendo os alunos sido transferidos para a EBI).

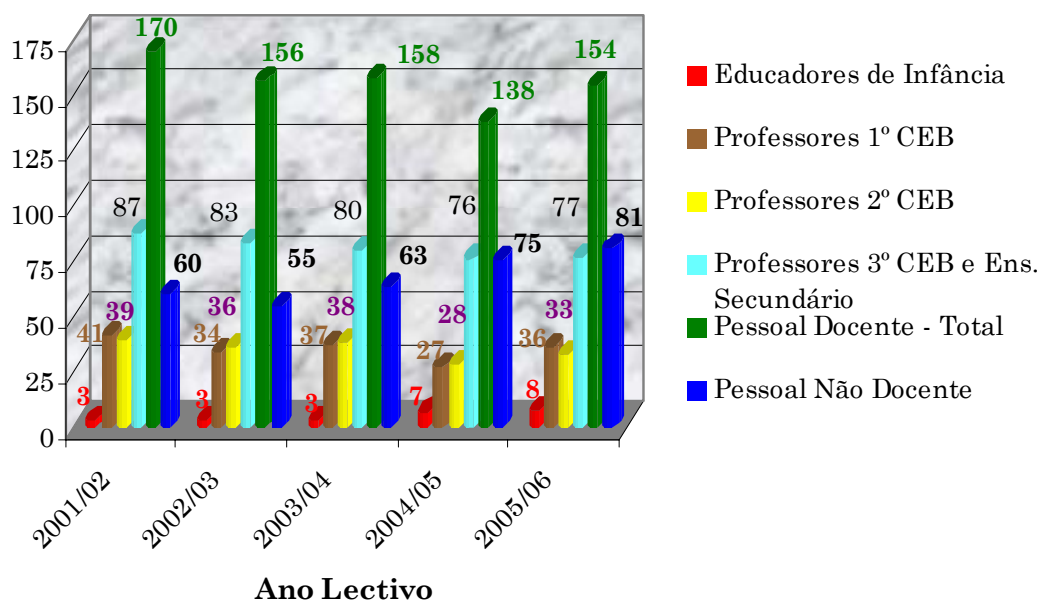
No ano lectivo 2005/06, e embora tenham existido inscrições de crianças para frequentarem, em número não inferior ao de anos anteriores, foram suspensos os dois pólos de educação itinerante e que funcionavam nas EB1 de Casais e de Fetais, em salas totalmente equipadas para o efeito, não tendo sido possível, na maioria dos casos, encontrar um estabelecimento integrador para essas crianças, pelo que, as mesmas ficaram nesse ano lectivo impossibilitadas de frequentarem a educação pré-escolar. Esta situação não sofreu alteração no ano lectivo de 2006/07.



## 6.2.2. CARACTERIZAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE

Para caracterizarmos a oferta da educação, ensino e formação importa também saber quais os recursos humanos (pessoal docente e não docente) existentes no Concelho e afectos às escolas públicas.

O gráfico n.º 35, permite verificar, entre os anos lectivos de 2000/01 e 2005/06, a evolução destas duas populações, de acordo com os dados fornecidos pelo Ministério da Educação - GIASE.



**Gráfico n.º 35** – Evolução dos Recursos Humanos entre os anos lectivos de 2001/02 e 2005/06

**Fonte:** GIASE – Ministério da Educação

Da análise do gráfico regista-se uma diminuição do pessoal docente, passando de 170 para 154 docentes entre 2001 e 2005. Tal diminuição ocorre no número de professores do ensino básico e secundário, só se verificando um aumento significativo no número de educadores de infância existentes, tendo este passado de 3 para 8 educadores.

No entanto, e no que respeita aos Educadores de Infância, a análise dos dados oficiais do GIASE não é coincidente com o número de estabelecimentos de educação pré-escolar em funcionamento no mesmo período, melhores descritos no anexo B (pag. 1).

É importante referir que não existe qualquer formador do ensino qualificante e/ou profissional afecto às escolas do concelho, o que, tendo em consideração as taxas de não aproveitamento escolar verificadas anteriormente e, sabendo que uma das medidas possíveis de combate ao insucesso e abandono escolares é a promoção de outros percursos escolares alternativos, nomeadamente cursos de educação-formação e cursos profissionais, considera-se que a inclusão destes recursos humanos nas escolas do concelho seria uma mais valia, de forma a diversificar a oferta.

Relativamente ao pessoal não docente, ao invés do que ocorre com o pessoal docente, verifica-se um aumento, tendo passado de 60 para 81º número de não docentes entre 2001 e 2005. Contudo, embora se registe como positivo este aumento, importa realçar que as escolas do 1º ciclo fora da Vila, com a excepção da EB1 de Sapataria, não têm qualquer auxiliar ou assistente de acção educativa afecta às mesmas.

### **6.2.3. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS ESPAÇOS**

Proceder-se-á, de seguida (tabela n.º 12), a uma caracterização física dos estabelecimentos tendo em conta o número de salas de aula de que dispõem, bem como a existência ou não de outras infra-estruturas (sala polivalente, recreio, sala de refeições/refeitório, cozinha, casas de banho para alunos e professores, sala de professores, etc.), estado de conservação do edifício, do espaço exterior (recreio), meio envolvente, segurança do edifício escolar (incluindo espaço exterior).

No anexo H são apresentadas fichas de caracterização por estabelecimento de ensino (em funcionamento), sendo esta uma informação complementar à apresentada na tabela n.º 12.

**Tabela n.º 12 – Caracterização dos Edifícios Escolares**

Escola		N.º de Salas				Instalações Sanitárias		Recreio	Refeitório/ Sala Refeições	Cozinha	Estado de Conservação do Edifício	Estado de Conservação do Espaço Exterior (Recreio)	Segurança do Edifício	Meio Envolvente ao Edifício	Observações
		Aula	Polivalente	Professores	Outras	Comuns	Separadas								
						Professores E Alunos	Professores E Alunos								
JI	Sapataria	1	0	0	0	Sim	-	Sim	Sim	Sim	Razoável	Razoável	Bom	Médio	
	Pêro Negro	1	0	0	0	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Razoável (a)	Mau (a)	Razoável (a)	Bom	
	Almargem	2 (1+1)	2 (1+1)	0	0	-	Sim	Sim	Sim	Não	Bom	Bom	Bom	Bom	
EB1/JI	Pontes Monfalim	2 (1+1)	1	0	1	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Razoável	Mau (a)	Bom	Bom	Necessita de Intervenção
EB1	Silveira	1	0	0	0	Sim	-	Sim	Não	Não	Mau	Razoável	Bom	Bom	
	Moitelas	1	0	0	Entrada	Sim	-	Sim	Não	Não	Razoável	Bom	Bom	Bom	
	Casais (com EPEI suspensa)	2 (1+1)	1	0	0	-	Sim	Sim	Não	Não	Razoável (b)	Razoável (c)	Bom	Bom	
	Fetais (com EPEI suspensa)	2 (1+1)	1	0	Entrada	-	Sim	Sim	Sim	Não	Razoável	Razoável	Bom	Bom	
	Serreira (com CAIC)	2 (1+1)	1	0	0	Sim	-	Sim	Sim	Sim	Razoável	Razoável	Bom	Bom	

(a) O edifício foi adaptado para o efeito não dispondo das condições adequadas ao ensino pré-escolar nomeadamente ao nível da segurança para as crianças

(b) A escola funciona em edifício de habitação arrendado.

(c) Espaço de dimensões reduzidas - pateo da moradia

**Tabela n.º 12 – Caracterização dos Edifícios Escolares (continuação)**

Escola	N.º de Salas				Instalações Sanitárias		Recreio	Refeitório/ Sala Refeições	Cozinha	Estado de Conservação do Edifício	Estado de Conservação do Espaço Exterior (Recreio)	Segurança do Edifício	Meio Envolvente ao Edifício	Observações
	Aula	Polivalente	Professores	Outras	Comuns Professores E Alunos	Separadas Professores E Alunos								
EB1	Sapataria	2	1	Não	0	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Razoável	Razoável	Razoável	Bom
	Pêro Negro	2	1	1	0	-	Sim	Sim com Alpendre	Sim	Sim	Bom	Razoável	Bom	Bom
EBI	12						Sim							
	(5+7)	0	Sim	8 <sup>(d)</sup>	-	Sim	Sim com área coberta	Sim	Sim	Bom	Bom	Bom	Bom	
ES/3	25	0	Sim	12 <sup>(e)</sup>	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Razoável (f)	Razoável	Bom	Bom	(g)

(d) 1 Biblioteca; 1 Sala Informática; 3 Salas EVT; 1 Sala de Música; 2 Laboratórios

(e) 1 BE/CRE; 2 Salas de Informática, 1 Laboratório Química, 1 Laboratório Física, 1 Laboratório de Matemática, 2 Salas de Biologia, 2 Salas de EVT, 2 Sala de Educação Visual, 1 Sala de

(f) Necessita de pintura interior e exterior e de reparação dos pavimentos das salas de aula.

(g) Carece urgentemente de um Pavilhão Gimnodesportivo.

No que se refere à caracterização física dos edifícios e, para além da informação constante da tabela n.º 12, é importante referir que todas as escolas com 1º ciclo estão equipadas com computador, impressora, e têm ligação à Internet através de banda larga. Os jardins-de-infância estão equipados com computador e impressora.

Relativamente à EBI, podemos afirmar que é um equipamento novo, muito bem apetrechado, cujo actual edifício sofreu alterações relativamente ao projecto inicial, o qual previa um maior número de salas, numa lógica integradora de vários ciclos. Esta escola dispõe ainda de um gabinete para o núcleo dos apoios educativos, BE-CRE (Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos), um auditório, bar, secretaria, gabinete de apoio ao SASE e gabinetes para o Conselho Executivo. Para a prática de desporto dispõe de um pavilhão desportivo e de campo de jogos exterior.

Dado tratar-se de uma escola com 3 pavilhões, importa referir que só existe passagem coberta entre dois desses pavilhões.

No que diz respeito à ES/3 destaca-se a inexistência de um ginásio (apenas dispõe de campo de jogos), há muito reivindicado pela autarquia, e que obriga alunos, professores e auxiliares a deslocarem-se para o Pavilhão Gimnodesportivo do Monte Agraço Futebol Clube (ver ponto 6.3.3.3), assegurando o Município a logística e custos desse transporte. Atendendo a que a deslocação escola/pavilhão/escola se efectua pelo interior da Vila, com todos os transtornos daí decorrentes, afigura-se como elemento perturbador da vida lectiva, facto que só por si fundamenta a necessidade urgente de construção do pavilhão no espaço escolar.

- **Estado de Conservação dos Estabelecimentos**

Da análise dos dados constantes da tabela n.º 12 pode-se constatar que a maioria dos edifícios escolares apresentam um estado de conservação razoável.

O equipamento escolar encontra-se na maioria dos casos em bom estado.

Todas as escolas têm as condições básicas (água, esgotos, recolha de RSU). No que respeita ao aquecimento, verifica-se que a EBI dispõe de aquecimento eléctrico central (excepto em 3 salas), que as restantes EB1 e JI dispõem de aquecimento através de radiadores disponibilizados pela Autarquia.

É ao nível dos recreios que se detecta uma maior necessidade de intervenção, já que na maioria das escolas estes necessitam de novos pisos ou de manutenção nos pisos existentes. Também ao nível dos edifícios, se verifica a necessidade de adoptar um conjunto de acções que visem melhorar a operacionalidade dos mesmos.

Relativamente ao Jardim-de-infância de Pêro Negro, é importante frisar, que o actual edifício escolar não foi construído de raiz para essa finalidade. É um edifício adaptado para o ensino, decorrendo daí a importância da construção de um novo espaço, possuindo a Câmara Municipal terreno e projecto para o efeito.

- **Segurança dos Edifícios**

No que diz respeito à segurança dos edifícios verifica-se que as condições são maioritariamente boas, sendo necessário alguns melhoramentos, referindo-se a título de exemplo o reforço das vedações dos recintos escolares.

Como já foi referido o Jardim-de-infância de Pêro Negro apresenta alguns problemas de segurança, por se tratar de um edifício adaptado para o ensino.

É importante referir que todos os estabelecimentos dispõem de equipamentos de extinção de incêndios e plano de evacuação. No entanto, poucas são as escolas/jardins-de-infância que, com regularidade, realizam simulações de acidentes.

Por outro lado, apenas duas escolas ES/3 e EB1 de Sapataria tinham, no ano lectivo de 2005/06, funcionários com curso de primeiros socorros, tendo sido realizada na EBI, em colaboração com o Serviço Municipal de Protecção Civil e Associação de Bombeiros Voluntários de Sobral de Monte Agraço, no decurso desse ano lectivo, uma acção de formação de socorrismo para alunos e auxiliares de acção educativa.

- **Meio Envolvente**

Verificou-se no meio circundante dos estabelecimentos de ensino existiam estabelecimentos qualificados como tóxicos ou perigosos, linhas de alta tensão, esgotos a céu aberto, fontes de ruído intenso ou fontes de poeiras, fumos, gases ou maus cheiros, i.e., factores de risco. Nesta área a avaliação é muito positiva, não se tendo detectado a existência de nenhuma das situações acima referidas.

Avaliou-se, ainda, as condições de segurança (rodoviária) existentes no mesmo meio envolvente, tendo-se verificado a necessidade de novas passadeiras de peões e de maior protecção em alguns cruzamentos existentes junto aos edifícios escolares.



#### 6.2.4. CAPACIDADE / SATURAÇÃO DOS ESPAÇOS

Cabe aqui apresentar a capacidade e saturação (taxa de ocupação) dos diversos estabelecimentos de ensino. A capacidade máxima é calculada multiplicando o número de salas pelo número máximo de alunos permitido por sala/turma (de acordo com o Despacho n.º 13765/2004, de 13 de Julho). A saturação (taxa de ocupação) é a relação entre o número de crianças/alunos que frequentam o estabelecimento e a capacidade desse mesmo estabelecimento. Na educação pré-escolar o número máximo de crianças é de 25 por grupo. No 1º ciclo, este número é de 24 alunos/turma, excepção feita para as escolas de lugar único que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade, cujas turmas não podem ultrapassar os 18 alunos. Para os 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário este limite é de 28 alunos/turma.

Para efeitos de análise, consideram-se as seguintes taxas de ocupação:

**Tabela n.º 13** – Taxas de Ocupação por Estabelecimento de Ensino no Ano Lectivo de 2006/2007

**Fonte:** Dados fornecidos pelo Agrupamento Vertical de Escolas de Sobral de Monte Agraço e  
ES/3 SMA

<b>Estabelecimento de Ensino</b>	<b>N.º de Salas</b>	<b>Capacidade</b>	<b>N.º de Alunos</b>	<b>Taxa de Ocupação</b>
JI de Sapataria	1	25	26	104%
JI de Pêro Negro	1	25	22	88%
EB1/JI Almargem	2 (1 + 1)	49 (24+25)	55 (35+20)	112,2% (145,8%; 80%)
EB1/JI de Pontes	2	49	51	104,08%
Monfalim	(1+1)	(24+25)	(30+21)	(125%; 84%)
EB1 de Casais	2	43	14	32,6%
(com Itinerância)	(1+1)	(18+25)	(14+0)	(77,8% <sup>a</sup> , 0% <sup>b</sup> )
EB1 de Fetais	2	43	18	41,9%
(com Itinerância)	(1+1)	(18+25)	(18+0)	(100% <sup>a</sup> ; 0% <sup>b</sup> )
EB1 de Serreira	2	43	28	65,1%
(com CAIC)	(1+1)	(18+25)	(11+17)	(61,1%; 68%)
EB1 de Sapataria	2	48	44	91,7%
EB1 de Pêro Negro	2	48	35	72,9%
EB1 de Silveira	1	18	12	66,7%
EB1 de Moitelas	1	18	17	94,4%
EBI	12 <sup>c</sup> (5+7) <sup>c</sup>	400 (120+196)	431 (210+221)	136,4% (175 %; 112,8%)
ES/3	25	700	544	77,71%

<sup>a</sup> Taxas de ocupação efectiva

<sup>b</sup> As EPEI foram suspensas a partir do ano lectivo 2005/06.

<sup>c</sup> De acordo com informação da DREL, a EBI tem capacidade para 5 turmas de 1º CEB e 10 turmas de 2º/3º CEB. No ano lectivo 2006/07 encontram-se em funcionamento 10 turmas de 1º CEB (200% da capacidade para o 1º CEB) e 11 turmas de 2º CEB (110% da capacidade para 2º/3º CEB). O 3º CEB funciona na ES/3 por falta de capacidade da EBI.

Da análise da tabela anterior ressalta que:

- **Educação Pré-Escolar** – Relativamente aos Jardins-de-infância (quer isolados, quer a funcionar em EB1), verifica-se que exceptuando o da Sapataria que funciona a 100%, a taxa de ocupação se encontra próximo do máximo.

- **Ensino Básico 1º Ciclo** – No caso destas escolas salienta-se as EB1/JI de Almargem e EB1/JI de Pontes de Monfalim, cuja taxa de ocupação no 1º Ciclo é, respectivamente, de 145,8% e 125% obrigando ao seu funcionamento em regime de horário duplo. A EB1 de Fetais encontra-se na sua capacidade máxima por se tratar de escola de lugar único na qual funciona uma turma do 1º ao 4º ano.

- **Escola Básica Integrada** – Apesar de ser uma escola nova (entrou em funcionamento em 2003/04), e na mesma só funcionarem os 1º e 2º ciclos (o 3º ciclo mantém-se na Escola Secundária) encontra-se já com uma taxa de ocupação bastante superior à sua capacidade (136,4%), obrigando ao funcionamento de algumas turmas do 1º ciclo e o 2º ciclo em regime de horário duplo. Tal situação dificulta, naturalmente, o regular funcionamento da escola e sobremaneira as actividades de enriquecimento curricular, pelo que, a sua implementação só tem sido possível dado a escola dispor de mais 7 salas para actividades específicas, possibilitando desta forma uma gestão mais razoável do espaço. Esta rentabilização não é, contudo, suficiente para permitir o cumprimento do pressuposto da escola a tempo inteiro.

- **Escola Secundária com 3º Ciclo** – Até ao ano lectivo de 2003/2004 esta escola era uma EB2,3/S agrupando todos os alunos do concelho, destes níveis de ensino. Porém com a entrada em funcionamento da EBI e após o período de transição de alunos para a nova escola, passou apenas a abranger o ensino secundário e o 3º ciclo, o que conduziu a uma diminuição da sua taxa de ocupação sendo esta, no ano lectivo 2006/07, de 77,71%.

### 6.3. CONCRETIZAÇÃO DA ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR

#### 6.3.1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro a Carta Educativa deve incidir sobre a concretização da acção social escolar no município, nos termos das modalidades estabelecidas na lei e de acordo com as competências dos municípios, do Ministério da Educação e demais entidades (n.º 4 do artigo 12º do referido Decreto-Lei).

Assim, proceder-se-á a uma caracterização das diversas modalidades de concretização da acção social escolar e da acção educativa.

É importante referir que a actuação das Autarquias nas áreas da acção social escolar e dos transportes escolares se encontra regulamentada pelos Decretos-Lei n.º 399/84, de 28 de Dezembro e n.º 299/84, de 5 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro.

Sempre que possível, proceder-se-á a uma análise da evolução das diferentes medidas entre os anos lectivos de 1999/00 e 2005/06. Contudo, para algumas medidas, nomeadamente, no que concerne aos custos de parte dos transportes escolares, tal não será exequível uma vez que, tais dados só começaram a ser devidamente apurados com a introdução do novo regime de contabilidade das autarquias locais - POCAL. Nesses casos será apresentada uma caracterização tendo por base os dados disponíveis.

### **6.3.2. ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR**

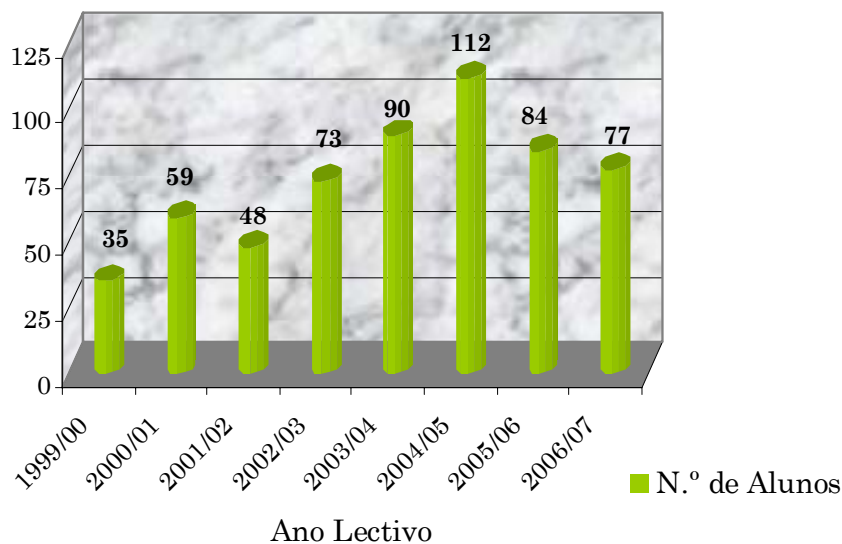
No Município de Sobral de Monte Agraço, a Acção Social Escolar, prevista no D.L n.º 399-A/84 de 28 de Dezembro, tem-se concretizado através de três apoios distintos:

- Atribuição de Subsídios para a aquisição de Manuais e Material Escolar;
- Fornecimento de Refeições;
- Atribuição de Bolsas de Estudo ou Subsídio para Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior.

#### **6.3.2.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA A AQUISIÇÃO DE MANUAIS E MATERIAL ESCOLAR**

A atribuição de subsídio para a aquisição de manuais e material escolar, foi definida em sede do Conselho Consultivo de Acção Social Escolar. Com a entrada em funcionamento do Conselho Municipal de Educação, a atribuição destes subsídios passou a integrar uma das suas competências, tendo para o efeito sido constituído um grupo de trabalho, integrado pelo Vereador da Educação, Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico, um Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação e um Técnico da Autarquia.

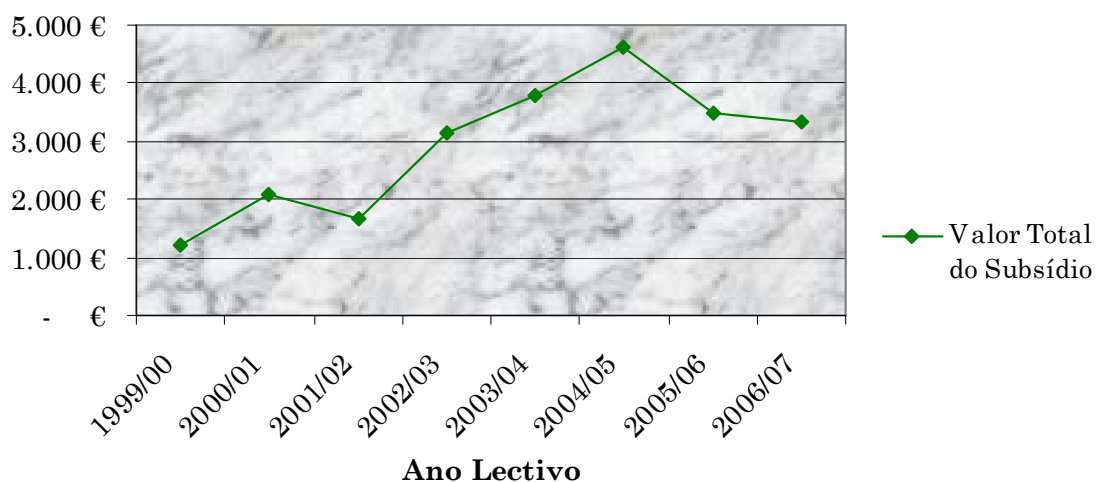
Ao proceder-se à análise evolutiva dos subsídios atribuídos pela Câmara Municipal nos últimos 8 anos lectivos, verifica-se que o número de alunos a usufruírem deste apoio mais que duplicou neste período, tendo atingido o seu máximo no ano lectivo 2004/05, com 112 alunos apoiados (gráfico n.º 36):



**Gráfico n.º 36** – Evolução do Número de Alunos com Apoio

**Fonte:** Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço

Tal implica um aumento significativo deste custo para a Autarquia constatando-se que, o valor total do subsídio atribuído no ano lectivo de 2006/07 (3330 €) reflecte um incremento de 271,84%, face ao ano lectivo de 1999/2000 (gráfico n.º 37).



**Gráfico n.º 37** – Evolução do Valor Total do Subsídio Atribuído

**Fonte:** Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço

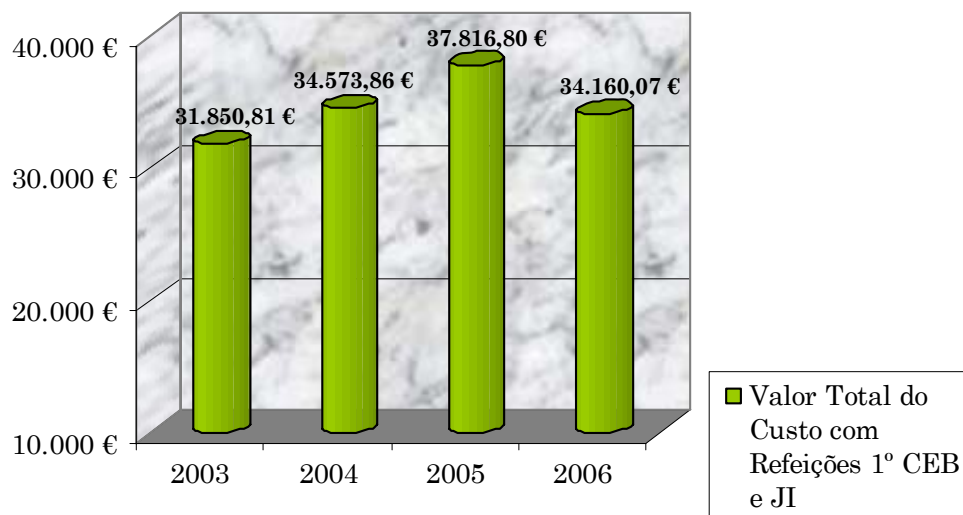
#### 6.3.2.2. FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

Até ao ano lectivo 2006/07 apenas a Escola Básica Integrada - EBI tinha a funcionar um refeitório, sendo que, a partir desta data, entrou em funcionamento o fornecimento de refeições na EB1/JI de Pontes de Monfalim. Prevê-se a entrada em funcionamento, ainda no decurso deste ano lectivo, dos refeitórios das Escolas EB1 de Sapataria, EB1 de Pêro Negro e EB1 de Serreira.

Nestes casos a Câmara Municipal comparticipa parte do custo das refeições (de acordo com o fixado anualmente por Despacho publicado em Diário da República) sendo o restante suportado pelos pais/encarregados de educação e Ministério da Educação. Quanto aos alunos abrangidos pela Acção Social Escolar, a Autarquia suporta 50% ou a totalidade do custo da refeição, na parte que legalmente caberia aos pais/encarregados de educação.

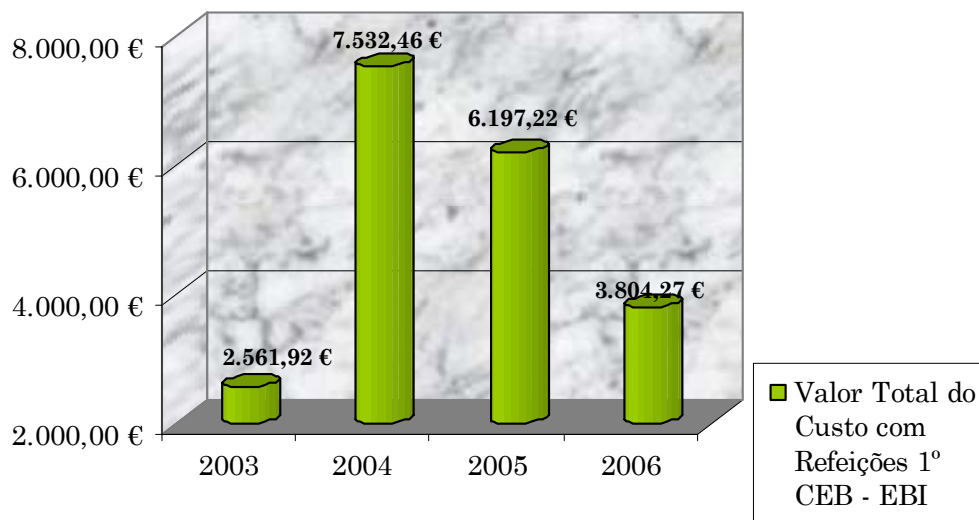
No que diz respeito aos Jardins-de-infância da Freguesia de Santo Quintino, as refeições são asseguradas pela Associação Popular de Sobral de Monte Agraço, através de protocolos celebrados entre estas entidades e a Câmara Municipal. Na Freguesia de Sapataria as refeições são confeccionadas por uma empresa local e distribuídas aos Jardins-de-infância.

Nos anos civis de 2003, 2004, 2005 e 2006 as despesas da Câmara Municipal com as refeições são as apresentadas no gráfico seguinte, optou-se, ainda, por se apresentar, mais pormenorizadamente, as despesas referentes às refeições da EBI (gráfico 38-A).



**Gráfico n.º 38** – Valor Total da Despesa com Refeições Escolares no Pré-Escolar e 1º CEB.

**Fonte:** Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço



**Gráfico n.º 38-A** – Valor Total da Despesa com Refeições do 1º CEB da EBI

(O ano de 2003 reporta-se ao 1º período do ano lectivo de 2003/04)

**Fonte:** Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço

Da análise dos gráficos anteriores ressalta um decréscimo da despesa com as refeições do ano civil de 2005 para 2006. Tal diferença, é ainda mais evidente no gráfico 38-A, no qual o decréscimo se começou a manifestar no

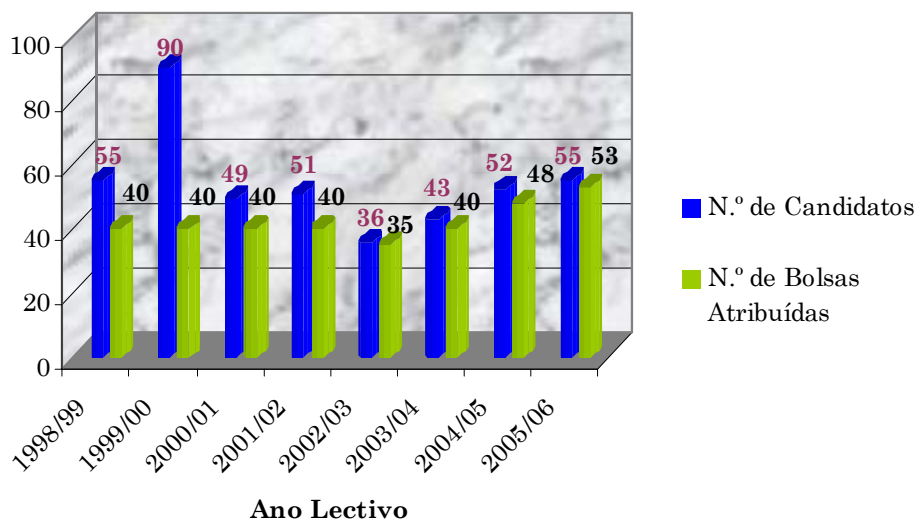


ano civil de 2005. Esta alteração resulta, particularmente, da diminuição do custo com as refeições do 1º CEB da EBI, a qual é justificada pelo facto de no ano lectivo 2004/2005 esta escola ter passado a funcionar em horário duplo pelo que se registou um aumento do número de alunos que optaram por não almoçar na escola. Contudo, com a dinamização das actividades de enriquecimento curricular, espera-se uma inversão da actual situação, dado que, mesmo com a existência de horários duplos, aumenta o número de alunos que optam por realizar a sua refeição na escola, pelo menos nos dias em que frequentam estas actividades.

#### **6.3.2.3. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR**

O apoio concedido aos estudantes do ensino superior é feito anualmente através da atribuição de um subsídio à Associação de Estudantes do Ensino Superior do Concelho de Sobral de Monte Agraço – UNIR a qual procede, posteriormente, à atribuição das bolsas de estudo.

No que respeita à procura de bolsa de estudo (número de candidatos) e atribuição das mesmas, nos últimos oito anos (lectivos) tem-se verificado a seguinte evolução:

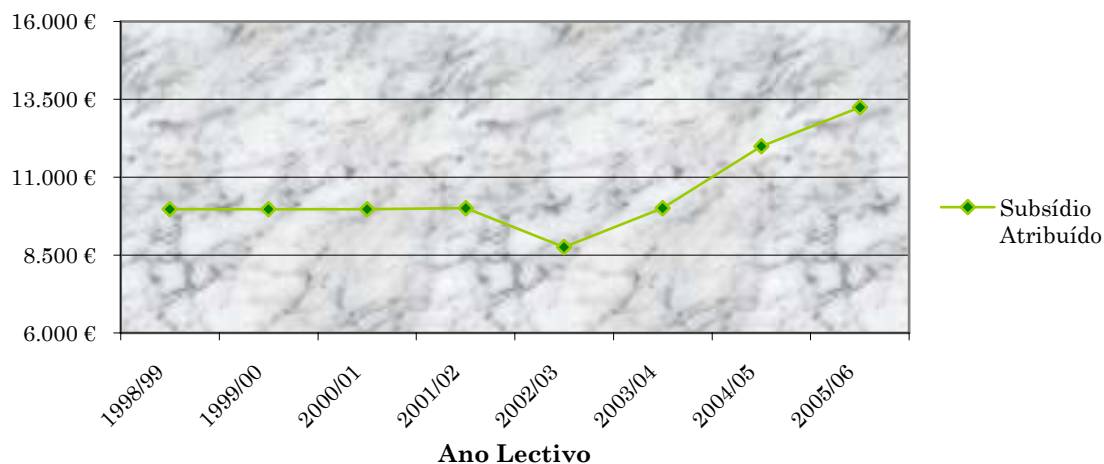


**Gráfico n.º 39** – Evolução do Número de Bolsas Atribuídas (1999/00-2005/06)

**Fonte:** Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço

Como podemos observar pela análise do gráfico, o número de candidatos a bolsa de estudo, excepção do ano lectivo de 1999/2000, no qual se verificou um aumento significativo do número de candidatos (90), não tem apresentado grandes variações. Em média foram atribuídas 42 bolsas por ano, com excepção do ano de 2002/03 em que não houve candidatos suficientes para se atribuir esse número de bolsas, e nos anos lectivos de 2004/05 e 2005/06, em que foi possível aumentar o número de bolsas atribuídas, respectivamente para 48 e 53 bolsas.

Relativamente aos custos da atribuição das bolsas para a Autarquia (gráfico n.º 40) este está dependente do número de bolsas atribuídas, sendo o valor de cada bolsa definido anualmente pela Câmara Municipal. O valor de cada bolsa de estudo tem sido de 250€, verificando-se que, no ano lectivo 2005/06, o valor total atribuído foi de 13.250€.



**Gráfico n.º 40** – Evolução do Subsídio Atribuído para Bolsas de Estudo (1998/99-2005/06)

**Fonte:** Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço

### 6.3.3. ACÇÃO EDUCATIVA

De seguida serão apresentados os dados referentes aos transportes escolares e, também, os disponíveis, relativos a outras medidas que se consideram importantes incluir na Acção Educativa, nomeadamente os respeitantes aos apoios educativos.

#### 6.3.3.1. TRANSPORTES ESCOLARES

Procede-se, agora, a uma análise sintética da organização dos transportes escolares conforme estão previstos no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro.

### **Transportes Escolares – Empresa Rodoviária**

Ao nível do ensino básico e secundário, o apoio da Autarquia no que concerne aos transportes escolares, é acordado anualmente mediante protocolo entre a Câmara Municipal, e a única empresa rodoviária a operar no Concelho, havendo colaboração das escolas envolvidas no planeamento dos horários dos transportes escolares.

À semelhança do que se verificou para a Acção Social Escolar, também no âmbito dos Transportes Escolares e de acordo com o previsto na legislação, decidiu o Conselho Municipal de Educação constituir um grupo de trabalho específico para este domínio, do qual fazem parte o Vereador da Educação, os Representantes do Pessoal Docente para os Ensinos Básico e Secundário, dois Representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação, um Técnico do Município, e, como convidado, um representante da Empresa de Transportes.

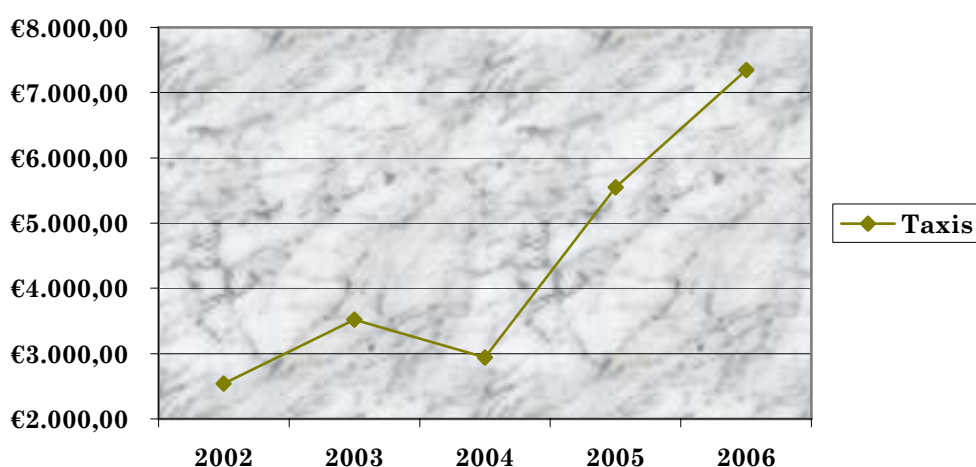
### **Transportes Escolares – Viaturas da Autarquia**

Na impossibilidade da rede de transportes colectivos servir todos os alunos do 1º ciclo através de transporte público, a Autarquia disponibiliza circuitos próprios realizados através de carrinhas, adquiridas especificamente para o efeito.

Relativamente a dois estabelecimentos de Educação Pré-Escolar (Pontes de Monfalim e Sapataria), e sem que resulte de imposição legal, a Autarquia, através de Protocolo de Colaboração estabelecido com as respectivas Juntas de Freguesia, disponibilizou duas outras carrinhas, cabendo a estas entidades assegurar os respectivos transportes.

### Transportes Escolares – Táxis

Em casos especiais (por exemplo: alunos com determinadas deficiências) o transporte escolar de alguns desses alunos é assegurado por Táxi. No ano lectivo de 2006/07 usufruem deste tipo de transporte 2 alunos. Relativamente aos custos constata-se, nos últimos 5 anos civis, um aumento significativo, tendo a despesa em 2006 quase duplicado face ao ano 2002 (189,83%), conforme apresentado no gráfico n.º 41.



**Gráfico n.º 41** – Evolução dos Custos com Transportes por Táxi (2002 a 2006)

**Fonte:** Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço

O valor total dos custos da Autarquia referentes aos transportes escolares (através da empresa rodoviária), apresentam-se discriminados no gráfico seguinte, sendo, notório um acentuado acréscimo das mesmas (17,88%), de 112 055,71€, em 2002, para 132 090,94€, no último ano civil.

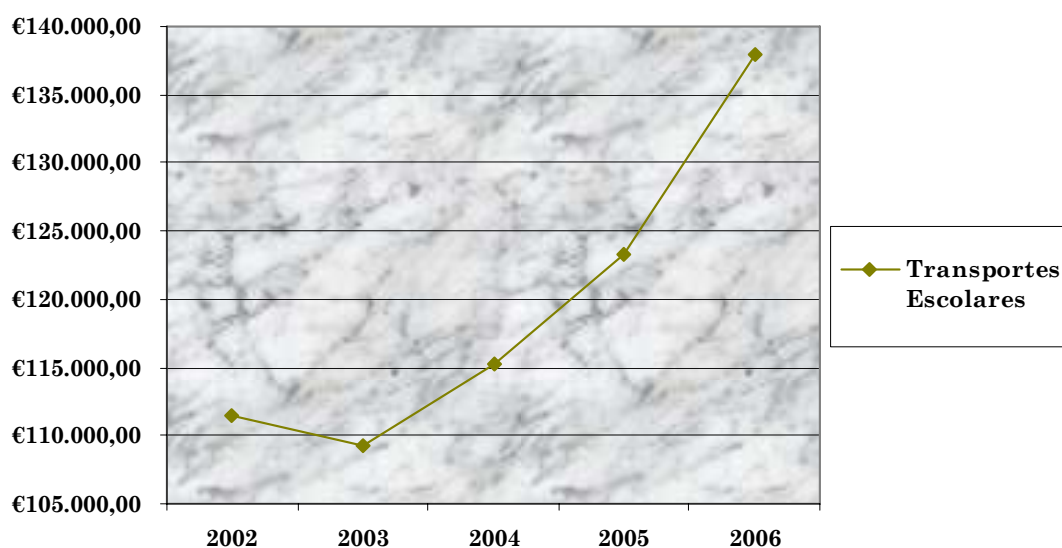


Gráfico n.º 42 – Evolução dos Custos com Transportes Escolares (2002 a 2006)

Fonte: Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço

### 6.3.3.2. TRANSPORTES ESCOLARES – VISITAS DE ESTUDO E ACTIVIDADES EXTRA-ESCOLARES

A Autarquia assegura também, o transporte necessário para a realização de visitas de estudo, com maior ênfase para as levadas a cabo pelo educação pré-escolar e 1º ciclo básico, apoiando, sempre que possível, os restantes níveis de ensino. Este transporte tem sido realizado, em regra, pelos Autocarros do Município, recorrendo-se, excepcionalmente ao aluguer de outros Autocarros.

Assegura-se, ainda, sempre que possível, o transporte dos alunos para as iniciativas levadas a cabo pelo programa de Desporto Escolar e para outras actividades de relevante interesse pedagógico.

No decurso do ano civil de 2006, o Município cedeu transporte para 67 visitas de estudo, sendo que a maioria, foram visitas promovidas pelo Agrupamento Vertical de Escolas, sobretudo direccionadas para o 1º CEB.

#### 6.3.3.3. OUTROS TRANSPORTES

Além dos transportes já referidos nos sub-capítulos anteriores, a Autarquia tem vindo a assegurar o transporte dos alunos carenciados (educação pré-escolar e 1º ciclo básico) para consultas médicas, tratamentos ou exames, sempre que solicitado pelo Agrupamento. Refere-se a título informativo que em média, por ano lectivo, a Câmara Municipal tem facultado transporte para 30 a 36 consultas, de diversas especialidades, em Hospitais de Lisboa.

No âmbito do apoio à educação a Autarquia assegura ainda:

- a) Devido à impossibilidade da APECI – Associação para a Educação de Crianças Inadaptadas de Torres Vedras – transportar os alunos, de diversas localidades deste Concelho, até à instituição e desta até às suas residências, foi celebrado uma parceria entre a Câmara Municipal e a APECI.

Para este efeito a Autarquia adquiriu uma carrinha contratando um motorista e uma auxiliar de acção educativa, de forma a efectuar um percurso que garanta a deslocação dos alunos até à sede do Concelho, onde ocorre o transbordo para a viatura da instituição, que os transporta até às instalações da APECI.

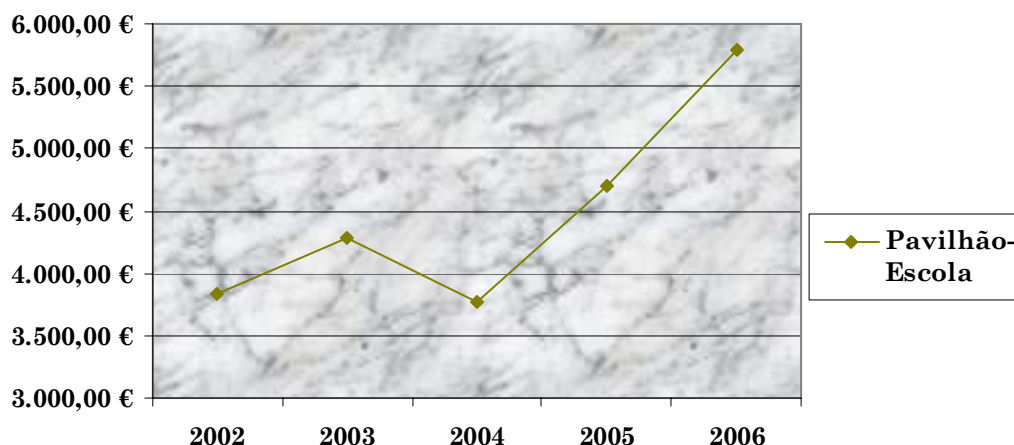
- b) O transporte dos **alunos do 1º Ciclo**, no âmbito do **Programa de Generalização do Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular**, abrangendo a totalidade dos alunos do 1º CEB do concelho, inscritos no programa, num total de 35 horas por semana.

É importante referir que, para assegurar o transporte dos alunos para a implementação deste programa houve a necessidade de, no ano

lectivo de 2006/07, afectar, a tempo inteiro, um autocarro do Município e uma auxiliar de acção educativa, que assegura a vigilância dos alunos durante os trajectos.

- c) O transporte de **crianças dos Jardins-de-infância de Pontes de Monfalim e Sapataria**, tendo para o feito cedido às respectivas Juntas de Freguesia duas carrinhas, embora este transporte não decorra de qualquer imposição legal considerou-se que o mesmo se justificava pelo facto destes dois estabelecimento de educação pré-escolar abrangerem uma população mais dispersa e mais carenciada ao nível de transportes colectivos que possibilitassem às famílias assegurar o transporte das crianças para o Jardim-de-infância.
- d) O transporte dos **alunos do 1º ciclo** para consultas de Saúde Oral integradas no **Programa “Dentinho”**, levado a cabo pelo Centro de Saúde de Sobral de Monte Agraço. Este programa foi realizado em Outubro e Novembro de 2006, pelo terceiro ano consecutivo. Dada a sua importância ao nível da prevenção, do tratamento e da aquisição de hábitos de higiene oral, espera-se que esta iniciativa seja contemplada nos próximos planos de actividade do Centro de Saúde.
- e) No que respeita à **Escola Secundária com 3º Ciclo**, a Câmara Municipal tem em vigor um protocolo com a empresa rodoviária de forma a assegurar o transporte de todos os alunos ao **Pavilhão Gimnodesportivo** do Monte Agraço Futebol Clube, com a finalidade destes poderem realizar as aulas de Educação Física em espaço coberto, uma vez que a Escola não dispõe de Pavilhão. Nos últimos cinco anos (civis) o valor da despesa da Autarquia sofreu um acréscimo de 51,54%, de 3826,40€, em 2002, para 5798,63€, em 2006 (gráfico n.º 43).





**Gráfico n.º 43** – Evolução da Despesa com Transportes Escola ES/3 - Pavilhão (2002 a 2006)

**Fonte:** Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço

#### 6.3.3.4. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO

Ao nível dos Serviços Especializados de Apoio Educativo, é importante referir que os mesmos não são da competência das Autarquias mas sim do Ministério da Educação.

De acordo com o artigo 38º do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio constituem serviços especializados de apoio educativo: a) Os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO); b) O Núcleo de Apoio Educativo e c) outros serviços organizados pela escola nomeadamente no âmbito da acção social escolar, da organização de salas de estudo e de actividades de complemento curricular. Tais serviços, segundo a legislação, “destinam-se a promover a existência de condições que assegurem a plena integração dos alunos, devendo conjugar a sua actividade com as estruturas de orientação educativa”.

Relativamente ao Núcleo de Apoio Educativo os recursos já foram analisados no sub-capítulo 6.1.7, constando a sua caracterização do anexo D. Contudo, no início do ano lectivo 2006/07 o Ministério da Educação procedeu à extinção das ECAE, pelo que os recursos que actualmente existem se limitam aos professores de apoio que, embora afectos à ECAE, pertenciam aos quadros das Escolas do Concelho e que regressaram para as suas escolas de origem.

No que diz respeito aos Serviços de Psicologia e Orientação (previstos no Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de Maio), e conforme também já referido no sub-capítulo 6.1.7, constata-se que nenhuma escola do Município se encontra abrangida por SPO (anexo F) o que conduziu à contratação por parte do Município de uma Psicóloga e uma Terapeuta da Fala que dão apoio ao Educação Pré-Escolar e ao 1º CEB, embora os serviços disponibilizados fiquem aquém das necessidades, e os restantes níveis de ensino fiquem sem qualquer cobertura.

No ano lectivo 2006/07, o Agrupamento Vertical de Escolas iniciou um Programa de Intervenção Precoce, tendo afectado ao mesmo 1 Educadora de Infância estando-se a verificar resultados muito promissores. Porém, também neste programa se constata que os recursos humanos afectos ao mesmo ficam muito aquém das necessidades existentes, situação que, dado o aumento significativo de crianças abrangidas pela intervenção (de 14 crianças em Outubro de 2006 passou para 23 crianças em Abril 2007), tende a agravar-se. É igualmente importante que esta intervenção seja articulada com outras instituições, nomeadamente com a Segurança Social, conforme estipulado pela legislação em vigor.

#### **6.3.4. COMPONENTE DE APOIO ÀS FAMÍLIAS / PROLONGAMENTO DE HORÁRIOS**

A componente de Apoio à Família, na sua vertente de prolongamento de horários é prevista pelo DL 147/97, de 11 de Fevereiro tendo por objectivo primeiro dar uma resposta social às necessidades das famílias, criando para tal um alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento de educação pré-escolar para além das 5 horas lectivas diárias previstas.

Este prolongamento de horário funciona no Jardins-de-infância numa sala própria, proporcionando uma descontinuidade e diferenciação das actividades.

No ano lectivo 2006/07, ao nível da educação pré-escolar, a componente de apoio à família – prolongamento de horário, funciona no Jardim-de-infância de Almargem, sendo assegurada pela Associação Popular de Sobral de Monte Agraço através de protocolo celebrado para o efeito. Abrange 16 alunos e funciona na sala polivalente deste estabelecimento.

Ainda na Freguesia de Sapataria, o Jardim-de-infância de Sapataria funciona num espaço onde não existem condições físicas para a realização do prolongamento de horário, embora, e atendo às necessidades das famílias, manifestadas no início do ano lectivo, se justificasse a sua implementação.

## **7. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO EDUCATIVA NO CONCELHO**

### **7.1. A REDE EDUCATIVA**

#### **7.1.1. INTRODUÇÃO**

Tendo por base o exposto anteriormente quer ao nível dos dados demográficos analisados, quer da informação sobre o parque escolar existente, sua caracterização e níveis de cobertura pretende-se, de seguida, proceder a um diagnóstico sintético do sistema educativo local, por forma a que se possam apresentar, no capítulo seguinte, propostas concretas com vista a uma melhoria na organização da rede educativa.

#### **7.1.2. QUALIDADE DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES**

Face ao apresentado no sub-capítulo 6.2.2 constata-se que, embora a maior parte do parque escolar existente no concelho não seja recente, as obras de remodelação e recuperação levadas a cabo nos últimos anos pela Autarquia possibilitam que o mesmo seja avaliado relativamente à segurança e condições básicas globalmente como “bom”. No entanto, e no que respeita à conservação, verifica-se a necessidade de obras em alguns estabelecimentos.

### 7.1.3. INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA COMUNIDADE LOCAL

É, actualmente, consensual que a Escola deverá constituir-se como veículo facilitador da integração das crianças e jovens na comunidade local onde se encontram inseridos. Para tal, torna-se indispensável que a escola esteja ela própria integrada na mesma, faça parte desta, ou seja, que haja uma abertura da Escola à Comunidade e da Comunidade à Escola.

No Município de Sobral de Monte Agraço verifica-se que a comunidade escolar utiliza, há alguns anos, diversos equipamentos existentes na comunidade local, sobretudo por parte da OLEFA que promoveu cursos em diversas aldeias do Concelho, utilizando salas e instalações cedidas pelas colectividades locais. Contudo, tal utilização cessou com o encerramento deste organismo, pelo que, no ano lectivo 2006/07 a utilização de Equipamentos da Comunidade Local pela Comunidade Escolar é inferior, conforme é apresentado na tabela seguinte.

**Tabela n.º 14** – Utilização de Equipamentos da Comunidade Local pela Comunidade Escolar (2006-2007)

<b>Instituição</b>	<b>Localização</b>	<b>Tipo Equipamento</b>	<b>Estabelecimento Escolar / Entidade</b>	<b>Frequência</b>	<b>Programa</b>
MONTEGES	Sobral	Piscinas Municipais	Escolas do 1º CEB e Pré-Escolar	5x/Semana	Desporto Escolar - Natação e Adaptação ao Meio Aquático
Clube Recreativo	Sapataria	Salão	EB1 e Pré-Escolar de Sapataria	Semanal	Expressão Físico-Motora
Clube Desportivo e Recreativo	Pêro Negro	Pavilhão	EB1 e Pré-Escolar de Pêro Negro	1 ou 2x/semana	Expressão Físico-Motora
MAFC	Sobral	Pavilhão Gimnodesportivo	ES/3	4x/Semana	Educação Física

A utilização de equipamentos escolares por parte da Comunidade Local encontra-se discriminada na tabela n.º 15. Salienta-se que, no ano lectivo 2005-06, pela primeira vez, funcionou, na Escola Secundária com 3º Ciclo, um curso de educação-formação de jovens, nível II, promovido pelo IEFP.

**Tabela n.º 15** – Utilização de Equipamentos Escolares pela Comunidade Local

<b>Estabelecimento Escolar</b>	<b>Instituição</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Frequência</b>
ES/3 de Sobral de Monte Agraço	IEFP	Curso “Técnicas de Serviços Comerciais”	Diária (entre Julho 2005 e Janeiro 2007)
EB 1 de Pêro Negro (Velha)	Paróquia	Diversas Iniciativas	Semanal
EB 1 de Patameira	Colectividade Local	Educação Física	2x/semana
EB 1 de Sobral de Monte Agraço	Associação Popular	ATL	Diária (1 sala)

#### **7.1.4. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA REDE ESCOLAR**

Como referido no sub-capítulo 6.2.1 (pág. 85) apenas a educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico se encontram distribuídos pelas três freguesias do Concelho; nos restantes casos (2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário) os estabelecimentos de ensino encontram-se concentrados na Vila de Sobral de Monte Agraço.

No 1º ciclo e pré-escolar podemos constatar alguma dispersão de estabelecimentos de ensino, mais ao nível do 1º ciclo do que ao nível da educação pré-escolar. Tal dispersão conduz, inevitavelmente, a consequências distintas:

O facto de grande parte destes estabelecimentos ter uma população escolar muito reduzida (40% das escolas com 1º Ciclo tem entre 10 e 20 alunos), permite, por um lado, ao professor dispender uma maior atenção a cada aluno, colocando, por outro lado, alguns problemas relacionados quer com a organização das turmas (turmas com alunos a frequentarem diversos anos de escolaridade), quer ao nível da socialização das crianças (uma vez que convivem com um grupo muito restrito de outras da sua idade, muitas vezes todas da mesma localidade de residência). Contudo, a situação da socialização pode ser ultrapassada com programas, iniciativas e actividades que integrem mais do que uma escola, situação que já se verifica actualmente (actividades de enriquecimento curricular, visitas de estudo, comemoração de efemérides, entre outras).

Esta situação poderá ainda, e devido à dispersão dos estabelecimentos de ensino, dificultar a implementação das actividades de enriquecimento curricular sendo necessário agrupar alunos de diferentes escolas num mesmo grupo de actividades, obrigando a um esforço suplementar ao nível dos transportes escolares e recursos humanos.

As escolas de aldeia constituem-se como escolas de proximidade, existindo uma estreita ligação entre a escola e a comunidade local em que se encontra inserida, situação que sempre constituiu uma mais valia para o processo de desenvolvimento das crianças.

No que diz respeito ao 2º e 3º ciclos de ensino básico e ensino secundário e como já referido, estes encontram-se divididos por duas escolas, ambas na Vila sede de concelho. Desta situação resulta que, após a conclusão do 1º ciclo básico, todos os alunos se têm de deslocar para a Vila a fim de prosseguirem os estudos.

Com o objectivo dos alunos não terem períodos alargados de espera desde a chegada à escola e o início das aulas e desde do fim das actividades lectivas e o regresso a casa, no início de cada ano lectivo a Câmara Municipal, a Empresa Transportadora e as Escolas, coordenam e ajustam os horários dos transportes públicos com serviço às escolas, adequando-os aos horários escolares.

#### **7.1.5. TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO E DE COBERTURA**

Ao realizar-se o diagnóstico da Situação Educativa a nível municipal é importante analisarem-se as taxas de escolarização e de cobertura por nível de ensino.

De acordo com Martins, E (2000) podemos definir estes dois conceitos como sendo:

**Taxa de Escolarização** – “a relação entre o número de indivíduos matriculados num determinado ano de escolaridade e a população estimada com a idade própria para a frequência desse ano de escolaridade. As taxas de escolarização serão brutas ou líquidas consoante se admite o número



total de matriculados num determinado ano de escolaridade ou apenas os indivíduos com a idade própria para a sua frequência.”

**Taxa de cobertura** – “a relação entre o número de crianças inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar e a população em idade normal de frequência desse nível de ensino (3-5 anos).”

O cálculo das taxas de cobertura e escolarização foram efectuados, tendo por base os dados dos Censos 2001. É importante referir que, os grupos etários da fonte nem sempre correspondem, às faixas etárias dos diferentes níveis de ensino. Tal acontece ao nível do Pré-escolar cuja a faixa etária é dos 3 aos 5 anos e o grupo etário de referência dos 0 aos 4 anos e no caso do 1º Ciclo Básico cuja faixa etária é dos 6 aos 9 anos e o grupo etário dos 5 aos 9 anos.

Assim, e por forma a termos umas taxas de cobertura e escolarização mais próximas das reais, optou-se por incluir na população residente do grupo etário dos 0 aos 4 anos as crianças com 5 anos de idade e excluir da população residente do grupo etário dos 5 aos 9 anos as crianças com 5 anos, adaptando-se assim os grupos etários às faixas etárias da educação pré-escolar e do 1º ciclo. Na população escolar dos 0 aos 4 anos incluiu-se o número de crianças com idades entre os 1 e os 2 anos que frequentavam, à data a Associação Popular. Espera-se que, desta forma, as taxas de cobertura e escolarização estejam mais próximas das reais.

Ao nível do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário os grupos etários de referência correspondem à idade própria para a frequência desses níveis de escolaridade pelo que não foi necessário proceder a qualquer ajustamento.

Considerando que os dados da população residente são de 2001, optou-se pela utilização dos dados da população escolar referentes ao mesmo ano (ano lectivo 2000/2001), de forma a obtermos valores que possam ser estatisticamente coerentes.

É, ainda, de referir que todas as taxas de escolarização e de cobertura apresentadas no quadro seguinte correspondem a taxas brutas.

**Tabela n.º 16 - Taxa de Cobertura e de Escolarização**

**Fonte:** INE; Agrupamento de Escolas, ES/3 e Associação Popular

	<b>Censos 2001</b>	<b>Pop. Escolar</b>	<b>Escolarização (%)</b>
<b>0 AOS 5 - Pré-escolar</b>	561	221 <sup>a</sup>	39,39 <sup>b</sup>
<b>6 AOS 9 - 1º Ciclo</b>	364	389	106,87
<b>10 AOS 14 - 2º e 3º Ciclos</b>	459	607	132,24
<b>15 AOS 19 - Ens. Secundário</b>	534	175	32,77

a) Foram incluídas as crianças com 1 e 2 anos a frequentarem a Associação Popular

b) Taxa de Cobertura.

Da análise do quadro anterior pode-se constatar o seguinte:

**Educação Pré-Escolar** - A taxa de cobertura não chega a 40%, indicando que, a nível municipal, cerca de 60% das crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 4 anos não frequentava qualquer estabelecimento de educação pré-escolar ou creche. É importante ter em atenção que este nível de ensino (pré-escolar – dos 3 aos 5 anos) não é de frequência obrigatória e que nesta análise também se incluem os dados referentes às idades de frequência de berçário e creche (dos 0 aos 3 anos) que não pertencem à educação pré-escolar e que, no Município de Sobral de Monte Agraço a oferta é praticamente inexistente (apenas a Associação Popular dispunha de uma sala de creche, i.e, para crianças entre o 1 e os 3 anos, tendo o berçário e uma segunda sala de creche entrado em funcionamento no ano lectivo de 2006/07).

Torna-se, pelo exposto, importante proceder-se ao cálculo da taxa de cobertura por idade (ano a ano). Para tal reportamo-nos, novamente, aos dados dos Censos 2001, conforme apresentado na tabela n.º 16-A.

**Tabela n.º 16 - Taxa de Cobertura por Idade (Ano a Ano)**

**Fonte:** INE; Agrupamento de Escolas e Associação Popular

Censos 2001		Pop. Escolar		Cobertura (%)
< 1 Ano	91			
1 Ano	108	296	35	11,82%
2 Anos	97			
3 Anos	87		51	58,62%
4 Anos	91	265	62	68,13%
5 Anos	87		64	73,56%

Considerando estes aspectos, pode-se afirmar que a educação pré-escolar tem uma taxa de cobertura de 66,79%, a qual decresce significativamente para o grupo etário dos 0 aos 2 anos (11,82%), o que indicia que a maioria destas crianças ou ficam à guarda de familiares / avós ou frequentam o berçário/creche fora do concelho. Por outro lado, e mesmo com esta taxa de cobertura, os estabelecimentos de educação pré-escolar encontram-se com uma elevada taxa de ocupação, havendo, em alguns casos, lista de espera.

**1º Ciclo do Ensino Básico** – A situação transparecida pela taxa de escolarização calculada (106,87%) para este nível de ensino reflecte que o concelho se encontra a receber, neste nível de ensino, alunos oriundos de concelhos limítrofes, pelo que, a população escolar é 6,87% superior à população residente.

**2º e 3º Ciclos do Ensino Básico** – A taxa de escolarização calculada (132,24%) revela uma discrepância entre a população residente com idade de frequentar estes níveis de ensino e a que se encontrava a frequentá-los. Tal

situação pode, em parte, dever-se ao facto de existirem alunos não residentes no Concelho, a frequentarem estes níveis de ensino nas escolas em Sobral de Monte Agraço, devido, principalmente, ao facto da localização das escolas não apresentar uma centralidade geográfica, ao nível do território do município, estando muito próximas da fronteira com o concelho de Torres Vedras e de Alenquer, havendo uma tendência natural e uma lógica de proximidade, que faz com que os jovens provenientes das aldeias limítrofes dos referidos concelhos frequentem o ensino na vila de Sobral de Monte Agraço.

A constatação anterior não invalida que nestes números se reflectam também situações de insucesso escolar, o que está longe de ser a situação pretendida, mas que está concordante com o referido no sub-capítulo 6.1.4.2 e 6.1.4.3.

**Ensino Secundário** – A taxa de escolarização calculada para este nível de ensino é preocupante. A análise dos números revela que só 32,77% dos jovens residentes, em idade de frequentar o ensino secundário, o faz no concelho, sendo legítimo questionar as ofertas de cursos da ES/3, as quais parecem não estar concordantes com os percursos educativos que os alunos pretendem seguir. Tal facto, poderá conduzir a que os alunos procurem outros estabelecimentos de ensino e/ou profissional, podendo levar até a situações de abandono escolar.

#### **7.1.6. O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO LOCAL**

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro) “O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento

global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade” (n.º 2 do artigo 1º). Considera ainda a mesma lei que:

- “Todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República” (n.º 1 do artigo 2º);

- “O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana no trabalho” (n.º 4 do artigo 2º);

- “A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva” (n.º 5 do artigo 2º da Lei de Bases do Sistema Educativo).

Assim, o desenvolvimento do sistema educativo local deverá sempre ser planeado tendo em conta estes princípios e por forma a “contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico”, bem como “desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida activa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação” (alíneas b) e e) do artigo 3º da Lei de Bases do Sistema Educativo).

O desenvolvimento do sistema educativo local deverá, ainda, “assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruíram na idade própria e aos que procuram o sistema educativo por

razões profissionais ou de promoção cultural, devidas, nomeadamente, a necessidades de reconversão ou aperfeiçoamento decorrentes da evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos” (alínea i) do artigo 3º da Lei de Bases do Sistema Educativo).

Considera-se que o desenvolvimento do Sistema Educativo Local deverá ser pensado e planeado com o apoio e auscultação de todos os parceiros educativos, pelo que se encara o Conselho Municipal de Educação, no âmbito das suas competências, como a entidade local privilegiada para essa concertação.

#### **7.1.7. PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR ATÉ 2011**

Conforme referido no ponto 5.3, é esperado, para o período 2007-2011, um aumento significativo da população residente dos grupos etários 0 aos 4 anos, 5 aos 9 anos, 10 aos 14 anos e dos 15 aos 19 anos (educação pré-escolar, ensino básico e secundário). Porém, revela-se oportuno proceder a uma estimativa mais rigorosa da população escolar e discriminada por níveis de ensino, de forma a melhor se conseguir perspectivar as futuras necessidades ao nível de equipamentos escolares e de número de salas.

A estimativa do número de turmas previsto foi calculada tendo em consideração os limites de alunos por turma constantes do Despacho n.º 13765/2004 (2ª série) de 13 de Julho – 24 alunos para o 1º Ciclo, de 24 a 28 alunos para os 2º, 3º Ciclos e Secundário e 20 alunos para turmas que integram alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado.

Na tabela seguinte optou-se pela apresentação de uma estimativa da evolução da população escolar para o 1º ciclo, por freguesia, para o ano lectivo 2010/11 com três cenários distintos: Cenário A, tendo em consideração o número de nados vivos em 2004 (dados oficiais do INE), não contabilizando

fluxos migratórios, pelo que, este revela-se como o cenário mais desfavorável; Cenário C, que tem por base (para o 1º ano) o número de crianças com 2 anos a frequentarem a Associação popular (no ano lectivo 2006/07) corrigido pela taxa de cobertura calculada para o grupo etário dos 0 aos 2 anos e que se revela como o cenário de maior crescimentos; Cenário B que resulta da média entre os dois outros cenários apresentados.

Da análise da tabela n.º 17, e apesar das diferenças existentes entre os três cenários, sobressai a necessidade de aumentar o número de salas destinadas ao 1º CEB, em todas as Freguesias do Concelho, de forma a fazer face ao crescimento previsto, aparentemente mais significativo na Freguesia de Santo Quintino, e tendo em consideração a análise feita das taxas de ocupação dos estabelecimentos de ensino actualmente em funcionamento.

**Tabela n.º 17 – Estimativa da População Escolar no 1.º CEB (2010/2011)**

		Cenário A					Cenário B					Cenário C				
		Ano Lectivo - 2006/2007					Ano Lectivo - 2010/2011					Ano Lectivo - 2010/2011				
		1.º	2.º	3.º	4.º	Total	1.º	2.º	3.º	4.º	Total	1.º	2.º	3.º	4.º	Total
							d)	c)	b)	a)		e)	c)	b)	a)	f)
Município	N.º Alunos	99	116	98	113	426	109	109	90	109	417	174	109	90	109	482
	N.º Turmas	11		12		23	5 a 6	6	6	6	23 a 24	8 a 9	6	6	6	26 a 27
St. Quintino	N.º Alunos	27	28	19	23	97	38	22	29	39	129	45	22	29	39	136
	N.º Turmas	3		3		6	2	1	2	2	7	2	1	2	2	7
Sapataria	N.º Alunos	30	28	31	30	119	22	32	32	37	123	32	32	32	37	134
	N.º Turmas	3		4		7	1	2	2	2	7	2	2	2	2	8
Sobral	N.º Alunos	42	60	48	60	210	49	55	29	33	166	97	55	29	33	214
	N.º Turmas	2	3	3	2	10	2 a 3	3	2	2	9 a 10	4 a 5	3	2	2	11 a 12

a) N.º Alunos estimado tendo em consideração o n.º de crianças com 5 anos a frequentarem o pré-escolar no ano lectivo de 2006/2007 corrigido pela taxa de cobertura para os 5 anos

b) N.º de Alunos estimado tendo em consideração o n.º de crianças com 4 anos a frequentarem o pré-escolar no ano lectivo de 2006/07 corrigido pela taxa de cobertura para os 4 anos

c) N.º de Alunos estimado tendo em consideração o n.º de crianças com 3 anos a frequentarem o pré-escolar no ano lectivo de 2006/07 corrigido pela taxa de cobertura para os 3 anos

d) N.º de Alunos estimado tendo em consideração o n.º de nados vivos de 2004 (INE)

e) N.º de Alunos estimado tendo por base a média das estimativas apresentadas nas colunas d) e f)

f) N.º de Alunos estimado tendo em consideração o n.º de crianças de 2 anos inscritas na Associação Popular (incluindo lista de espera) no ano lectivo de 2006/07 corrigido pela taxa de cobertura para os 2 anos



Relativamente aos 2º e 3º CEB (tabela n.º 18) verifica-se que a população se manterá estacionária. O ligeiro decréscimo apresentado na tabela para o 2º ciclo, não tem expressão uma vez que não existem dados que permitam contabilizar quer os fluxos migratórios, quer o número de alunos não residentes no concelho e que, por uma lógica de proximidade, a partir do 2º ciclo passam a frequentar a escola na vila de Sobral de Monte Agraço. Actualmente assiste-se que a escola EBI não dispõe de capacidade para a actual população do 2º CEB, sendo obrigada a recorrer a turmas a funcionar em horário duplo, situação que face às presentes estimativas tende a agravar-se, caso não sejam tomadas medidas que possibilitem afectar um maior número de salas de aula para este ciclo de ensino.

Das estimativas expostas para o 3º ciclo regista-se um ligeiro aumento da população escolar, não espelhando estas, os fluxos migratórios, que nos últimos anos têm vindo em crescendo, pelo que se prevê que possam ser necessárias mais salas para este ciclo de ensino.

**Tabela n.º 18 – Estimativa da População Escolar no 2º/3º CEB (2010/2011)**

		Ano Lectivo - 2006/2007		Ano Lectivo - 2010/2011	
		N.º Alunos	N.º Turmas	N.º Alunos	N.º Turmas
EBI	5º	114	6	99	4 a 5
	6º	107	5	116	5 a 6
	<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>11</b>	<b>215</b>	<b>9 a 11</b>
ES/3º	7º	105	5	98	4 a 5
	8º	98	5	113	5 a 6
	9º	120	5	114	5 a 6
	<b>Total</b>	<b>323</b>	<b>15</b>	<b>325</b>	<b>14 a 17</b>

Nota: N.º de Alunos estimado tendo em consideração o n.º de alunos a frequentarem o ano lectivo 2006/07

No que concerne ao Ensino Secundário (tabela n.º 19), estima-se um aumento significativo da população escolar, não devido a um aumento da população residente deste grupo etário, mas antes devido ao facto desta estimativa não ter em consideração a percentagem de alunos residentes no concelho que terminando o ensino básico optam por frequentar o ensino secundário ou equiparado noutros municípios, nem as taxas de abandono/saída precoce que se verificam neste nível de ensino.

Em suma, se forem tomadas medidas de combate ao abandono / saída precoce do sistema educativo e se adequarem as ofertas escolares do ensino secundário às opções dos alunos, prevê-se um aumento do número de alunos a frequentarem a escola secundária existente no concelho, e consequentemente um acréscimo do número de turmas e de salas destinadas aos alunos do ensino secundário.

**Tabela n.º 19** – Estimativa da População Escolar no Ensino Secundário (2010/2011)

		Ano Lectivo - 2006/2007		Ano Lectivo - 2010/2011	
		N.º Alunos	N.º Turmas	N.º Alunos	N.º Turmas
ES/3º	10º	75	4	107	4 a 5
	11º	65	3	105	4 a 5
	12º	47	4	98	4 a 5
	<b>Total</b>	<b>187</b>	<b>11</b>	<b>310</b>	<b>12 a 15</b>

Nota: N.º de Alunos estimado tendo em consideração o n.º de alunos a frequentarem o ano lectivo 2006/07

Tendo em consideração o exposto, bem como, o facto de uma das hipóteses existentes para que o 2º CEB funcione em horário normal passa pela transferência deste ciclo para a actual ES/3, perspectiva-se que esta escola não tenha capacidade suficiente para acolher todos os alunos e ainda dinamizar cursos CEF e Profissionais (os quais obrigam a turmas mais reduzidas e consequentemente a um maior número de salas disponíveis).

## 8. PROPOSTAS DE REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR

### 8.1. OPÇÕES E OBJECTIVOS

Um dos objectivos deste documento, é proceder a uma avaliação da actual rede escolar concelhia, bem como repensá-la, com a finalidade de a ajustar às necessidades da população, à evolução demográfica registada e prevista, à organização do sistema educativo e às novas concepções pedagógicas e funcionais.

Desta forma, apresentam-se, de seguida, diversas propostas de reordenamento e intervenção no parque escolar concelhio.

Nas propostas apresentadas foi considerado todo o ensino público, i.e., tanto o da responsabilidade da Câmara Municipal como o da responsabilidade do Ministério da Educação, num horizonte temporal de médio prazo (até 2011).

Mais do que questões financeiras, as propostas apresentadas sustentam-se em opções pedagógicas e funcionais, pretendendo-se uma clara melhoria da qualidade do ensino no Concelho, na oferta educativa e no desenvolvimento da criança/jovem enquanto cidadão consciente e activo na sociedade civil em que se encontra inserido. Pretende-se, ainda, que os alunos considerem a hipótese de realizarem os seus percursos escolares no Concelho como uma escolha boa e válida, não necessitando, por isso, de se deslocarem para concelhos limítrofes.

Na elaboração das propostas foram considerados alguns princípios, dos quais destacamos:

**- Integralidade do percurso escolar** – Os critérios de ordenamento da rede educativa, bem como a política educativa definida pelos serviços centrais defendem, hoje, uma integralidade do percurso escolar traduzida por edifícios escolares nos quais funcionem mais do que um nível de ensino

(Escola Básica com Jardim de Infância, Escola Básica Integrada e Escola Básica Integrada com Jardim de Infância e Centros Escolar). Tal opção permite uma racionalização dos recursos mas, igualmente, a existência de um projecto educativo comum aos vários níveis de ensino cujas opções pedagógicas que lhes estão subjacentes sejam as mesmas, resultando uma verdadeira continuidade no projecto de educação de uns níveis de ensino para os outros bem como de desenvolvimento pessoal e social do aluno.

- **Espírito de Comunidade** – A organização da Rede Educativa deverá favorecer e promover, por um lado, o espírito de comunidade educativa, i.e., promover nas crianças, alunos, professores, pessoal não docente, técnicos, pais e encarregados de educação e restantes agentes da educação o sentimento de pertença a uma Comunidade (a Escolar) e, por outro, o sentimento que esta comunidade se insere numa outra mais abrangente (Comunidade Local) da qual faz parte e com a qual deverá estreitar relações, envolvendo-se no seu dia-a-dia, nos seus projectos, actividades e iniciativas.

- **Gestão Racional dos Recursos** – Pretende-se também que o reordenamento da Rede Educativa permita uma melhor racionalização dos recursos, tanto humanos como materiais e financeiros. No entanto, considera-se que, embora essa gestão seja importante não deverá constituir motivo único e suficiente para tomar determinada decisão no reordenamento da rede. Dever-se-ão sempre, e em primeiro, ter em conta as necessidades da população escolar, a qualidade do ensino e os princípios pedagógicos pelos quais nos norteamos.

Foi ainda considerada a intenção clara da tutela de proceder, relativamente ao 1º ciclo, ao encerramento das escolas de 1º ciclo com menos de 20 alunos, que apresentem taxas de insucesso acima da média nacional, assim como, que as escolas funcionem em regime normal, numa perspectiva de escola a tempo inteiro, situação que requer alterações profundas na organização da rede escolar local, embora se tenha a consciência que esta

adaptação só poderá ser realizada com a entrada em funcionamento de novos equipamentos.

## 8.2. CRITÉRIOS DE PLANEAMENTO

Os critérios de planeamento e reordenamento da rede escolar local são, naturalmente, os definidos a nível central e constantes da publicação do Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação (Martins, E. 2000).

Tais critérios são expostos no anexo H:

- Jardim-de-infância (JI)
- Escola Básica 1º Ciclo (EB1)
- Escola Básica 1º Ciclo com Jardim-de-infância (EB1/JI)
- Escola Básica 2º e 3º Ciclo (EB 2,3)
- Escola Básica Integrada 1º, 2º e 3º Ciclos (EBI)
- Escola Básica Integrada com Jardim-de-infância (EBI/JI)
- Escola Secundária (ES)
- Escola Profissional (EP)

Salienta-se que, no documento atrás referido não consta nenhuma caracterização dos critérios referentes aos estabelecimentos que integram o ensino básico e secundário, como acontece no Município (caso da Escola Secundária com 3º Ciclo), embora seja considerada a hipótese de existirem este tipo de estabelecimentos de ensino.

Também ao nível dos novos Centros Escolares não existe ainda, por parte do Ministério da Educação, critérios definidos, sendo contudo desejável que os mesmos contemplem, pelo menos, uma turma por ano de escolaridade do 1º CEB, e ao nível das instalações que estas estejam dotadas

de espaço coberto para a prática da actividade física e desportiva, centro de recursos educativos e refeitório.

Para uma correcta análise do anexo referido è necessário ter presente os seguintes conceitos (Martins, E. 2000):

**Irradiação** – “A irradiação de uma escola (distância-tempo máximos entre a escola e os locais de residência dos alunos) é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando-se ainda faixas marginais de 500m de largura para cada lado dos seus eixos. Os valores de irradiação variam em função do nível etário (e consequente delimitação de uma área de drenagem) deve também atender às características físicas da zona em estudo – orografia, clima, vias de comunicação, rede de transportes – por forma a garantir aos alunos condições de segurança e de conforto nas suas deslocações diárias entre a escola e os locais onde residem.”

**População Base e População a Escolarizar** – “Designa-se por **população base** o número de habitantes na área de drenagem de um determinado tipo de escola, que serve de suporte e justifica a criação, ampliação, remodelação ou reconversão dessa escola. A **população a escolarizar** é o subconjunto da população base constituído pelos grupos etários correspondentes aos diferentes níveis de ensino e tipos de escolas, tendo em conta os objectivos da política educativa definidos para cada um desses níveis. Em sentido restrito, o conceito é frequentemente aplicado a um único tipo de escola ou nível de ensino. A expressão quantitativa da população base e da população a escolarizar deve basear-se em dados estatísticos recentes e em previsões de evolução demográfica a médio prazo relativas à área em estudo. O cálculo da população a escolarizar deverá também considerar os factores locais susceptíveis de influenciar positiva ou negativamente a procura (os locais de trabalho da população adulta com filhos em idade escolar, o grau de atracção de escolas próximas, etc.).”

**Critérios de Programação** – “Na base dos indicadores de programação escolar estão critérios pedagógicos, sociais e de viabilidade de funcionamento e gestão escolar, visando-se o estabelecimento de condições adequadas à realização de um ensino de qualidade. São apresentados os seguintes indicadores: regime de funcionamento das escolas; valores mínimos, preferenciais e máximos relativos ao número de alunos por turma; o leque total ou parcial das capacidades e lotações das escolas.”

**Critérios de Dimensionamento** – “Indicadores relativos ao dimensionamento de terrenos escolares e à área bruta de construção dos diferentes tipos e capacidade de estabelecimentos de educação e ensino. Por área bruta de construção (Ab) entende-se a superfície medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores.”

**Critérios de Localização** – “Expõem-se aqui os critérios que devem orientar os processos de localização dos diferentes tipos de escolas: Inserção da escola no tecido urbano e sua relação de complementaridade com outros equipamentos; requisitos de segurança e de qualidade ambiental da área envolvente; infra-estruturas básicas; características físicas dos terrenos escolares e incompatibilidade de vizinhança.”

### 8.3. SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS

O Sistema Educativo Português (anexo I) tem sofrido diversas alterações nos últimos anos, bem como inúmeras propostas de alterações e revisões que, por vezes, não se chegam a concretizar, o que dificulta em parte a apresentação de medidas concretas.

Por outro lado, tem vindo a ser veiculada a ideia de prolongar a **Escolaridade Obrigatória** para **12 anos**, i.e., até ao **12º ano de escolaridade** (ou **equivalente**) ou até completar os 18 anos de idade. A implementação de tal medida deverá ser devidamente planeada e acompanhada de outras de promoção do sucesso escolar, correndo-se o risco, se tal não for feito, de se verificar um aumento significativo das taxas de insucesso e abandono escolar e, conseqüente, o ingresso destes jovens na vida activa sem possuírem quaisquer qualificações profissionais.

Também o conceito de escola a tempo inteiro, cria a necessidade de oferta de um conjunto de actividades de enriquecimento curricular, complementar ao período lectivo.

Na sequência do programa Novas Oportunidades surge, agora, a hipótese das escolas secundárias poderem leccionar cursos profissionais, o que constitui, certamente, uma mais valia.

#### 8.4. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Importa agora proceder-se ao diagnóstico estratégico em função do qual se irão basear as propostas de intervenção, sejam estas propostas ao nível do reordenamento da rede (ponto 8.5), ou propostas complementares (ponto 8.6).

Para a realização deste diagnóstico, optou-se pela utilização da Análise SWOT (tabela n.º 20), a qual pretende identificar por um lado os pontos fortes, recursos, potencialidades e oportunidades existentes na educação ao nível municipal, contrastando-as com os seus pontos fracos, problemas e ameaças.



**Tabela n.º 20 – Análise SWOT – Educação no Município de Sobral de Monte Agraço**

<b>Pontos Fortes / Recursos</b>	<b>Pontos Fracos / Problemas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Taxa de cobertura dos 3 aos 5 anos de 66,79%;</li> <li>- Aumento da População Residente em Idade Escolar e Pré-Escolar;</li> <li>- 1º CEB existente nas 3 Freguesias do Concelho;</li> <li>- Existência de escolas de proximidade;</li> <li>- EBI com boas infra-estruturas;</li> <li>- Actividades de enriquecimento curricular para todo o 1º CEB;</li> <li>- Taxa de Ocupação da ES/3;</li> <li>- Existência de 2 CEF;</li> <li>- Iniciativas da comunidade local destinadas à população escolar (iniciativas da Biblioteca Municipal, Cine-Teatro, Rede Social);</li> <li>- Programa de Adaptação ao Meio Aquático para todos os alunos da educação pré-escolar;</li> <li>- Programa de Saúde Oral;</li> <li>- Programa de Prevenção e Desenvolvimento de Competências Sociais para o 1º e 2º CEB;</li> <li>- Programa de Intervenção Precoce;</li> <li>- Diversificação das soluções ao nível dos Transportes Escolares de modo a fazer face às necessidades dos alunos/famílias;</li> <li>- Psicóloga e Terapeuta da Fala da Câmara Municipal a darem apoio ao Pré-Escolar e 1º CEB;</li> <li>- Ensino e Formação de Adultos;</li> <li>- Conselho Municipal de Educação em funcionamento / Articulação entre Instituições.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexistência de JI Público na Vila;</li> <li>- Baixa Taxa de cobertura 0-2 anos;</li> <li>- Elevada taxa de ocupação dos JI públicos;</li> <li>- Componente de apoio à família a funcionar em apenas 1 JI;</li> <li>- Existência de horários duplos em 3 escolas do Concelho (EB1/JI de Almargem, EB1/JI Pontes Monfalim e EBI);</li> <li>- 50% das EB1 são escolas de lugar único;</li> <li>- Taxas de ocupação no 1º CEB elevadas;</li> <li>- 2º CEB a funcionar em horário duplo;</li> <li>- Inexistência de Pavilhão Gimnodesportivo na ES/3;</li> <li>- Pouca diversificação das ofertas educativas;</li> <li>- Nível de instrução da população;</li> <li>- Inexistência de SPO nas escolas;</li> <li>- Inexistência de Cursos de RVCC;</li> <li>- Escassez de oferta de CEF;</li> <li>- Inexistência de Cursos Profissionais;</li> <li>- Taxas de Insucesso e Abandono Escolares;</li> <li>- Escassez de Transportes Colectivos</li> </ul>
<b>Oportunidades / Potencialidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de JI Público na Vila;</li> <li>- Criação de uma rede pública de berçários e creches (suporte à 1ª infância);</li> <li>- Aumento do número de salas de JI públicos;</li> <li>- Necessidade de criação de mais salas destinadas a 1º CEB (Centros Escolares);</li> <li>- Implementação da componente de apoio à família em todos os JI;</li> <li>- Transferência do 2º CEB para ES/3;</li> <li>- Viabilidade na ampliação da ES/3;</li> <li>- Criação de SPO do Concelho;</li> <li>- Dinamização de CEF, Cursos Profissionais e Cursos de Especialização Tecnológica (CET);</li> <li>- Dinamização de cursos EFA (Educação e Formação de Adultos);</li> <li>- Dinamização de cursos RVCC.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Taxas de Insucesso e Abandono escolar;</li> <li>- Escassez de percursos escolares alternativos;</li> <li>- Financiamento dos projectos dependente do QREN e Ministério da Educação;</li> <li>- Escassez de Transportes Colectivos</li> </ul>

Da análise da tabela anterior verifica-se que a maior parte dos pontos fracos poderão ser resolvidos através de propostas concretas de criação de novos estabelecimentos de ensino, ampliação ou adaptação de estabelecimentos existentes, os quais iriam permitir o aumento da oferta ao nível da educação pré-escolar, o aumento do número de salas destinadas ao 1º CEB, e consequentemente o funcionamento de todo este ciclo em horário normal.

É, igualmente, importante a apresentação de outras medidas de intervenção que possam dar resposta a um outro conjunto de pontos fracos apresentados (taxas de insucesso, nível de instrução da população, pouca diversificação de ofertas de percursos alternativos, inexistência de SPO). Tais medidas são de carácter mais pedagógico e, consequentemente, da competência directa quer das escolas, quer do Ministério da Educação. Contudo, foram apresentadas nas oportunidades / potencialidades, medidas que pretendem dar respostas a este conjunto de pontos fracos e que vão de acordo com as políticas defendidas pelo Ministério da Educação (forte aposta na dinamização de CEF e de cursos Profissionais, bem como dinamização de cursos EFA e de cursos RVCC destinados à formação da população adulta já activa). Propõem-se, igualmente, a criação de um SPO que abranja todas as escolas do concelho, serviço que se considera indispensável para o acompanhamento dos alunos no geral e em particular da população alvo dos cursos CEF e Profissionais.

Por último, considera-se como ameaças à concretização das medidas apresentadas nas oportunidades, as taxas de insucesso e abandono escolares, a actual escassez de percursos escolares alternativos, e o facto da viabilidade da maioria dos projectos se encontrar dependente do financiamento previsto ao abrigo do QREN. Foi ainda incluído como ameaça a escassez de transportes colectivos dado que tal dificulta bastante a concentração de alunos nos centros escolares obrigando a Autarquia a aumentar o número de circuitos efectuados pelos seus próprios recursos.

## 8.5. PROPOSTAS DE REORDENAMENTO

### 8.5.1. INTRODUÇÃO

Tendo em consideração o exposto nos capítulos anteriores, nomeadamente as estimativas apresentadas no ponto 7.1.7, bem como o princípio da integralidade do percurso escolar e a gestão racional dos recursos propõem-se, de seguida, algumas alterações à actual rede escolar municipal.

É importante referir que algumas destas propostas constituem soluções de equilíbrio e compromisso entre a política educativa nacional e as expectativas da população, bem como, aquilo que se considera que melhor servirá os interesses da população alvo, ou seja, das crianças e alunos.

Da análise realizada até este momento, e tendo igualmente em consideração os objectivos referidos no Programa do Governo, nomeadamente 1) “alargar progressivamente a todas as crianças em idade adequada a educação pré-escolar e consolidar a universalidade do ensino básico”<sup>6</sup>, 2) “adaptar os modos e tempos de funcionamento dos estabelecimentos do pré-escolar e escolas básicas às necessidades das famílias”<sup>6</sup>; 3) “tornar obrigatório o ensino experimental das ciências em todo o ensino básico”<sup>6</sup>; 4) “tornar obrigatória a frequência de ensino ou formação dos jovens até aos 18 anos de idade”<sup>6</sup> e 5) “Aproximar o ensino secundário e o sistema de formação profissional”<sup>6</sup>, verifica-se a necessidade de:

#### **Educação Pré-Escolar:**

- Aumentar o número de salas de educação pré-escolar público em todas nas freguesias de Santo Quintino e Sapataria;

- Criação de estabelecimento de educação pré-escolar público na Freguesia de Sobral de Monte Agraço;
- Criação de um novo edifício para o Jardim-de-Infância de Pêro Negro;
- Implementação da Componente de Apoio à Família em todos os estabelecimentos de educação pré-escolar.

### **1º CEB:**

- Reestruturar a oferta do 1º CEB (diminuir o número de escolas com menos de 20 alunos e aumentar o número de salas disponíveis);
- Aumentar o número de salas de 1º CEB em todas as Freguesias do Concelho;
- Passar o 1º CEB das escolas EB1/JI de Almargem, EB1/JI de Pontes Monfalim e EBI para o regime de horário normal.

### **2º e 3º CEB**

- Passar o 2º CEB a um regime de horário normal;
- Aumentar a oferta de percursos escolares alternativos ao nível do ensino básico – CEF dos tipos 1, 2, 3 e 4;
- Aumentar o número de salas afectas ao 2º e 3º CEB.

### **Ensino Secundário e Pós Secundário**

- Aumentar o número de salas afectas ao Ensino Secundário;
- Criação do Pavilhão Gimnodesportivo da ES/3;
- Aumentar e diversificar as ofertas de CEF dos tipos 5 e 6;
- Criação de Cursos Profissionais de nível III;

- Criação de Cursos de Especialização Tecnológica (de nível IV) e/ou CEF do tipo 7.

### **Ensino e Formação de Adultos:**

- Dinamização de Cursos de Educação e Formação (EFA);
- Dinamização de Cursos de Educação Extra-Escolar.

### **Transversais a Todo o Sistema Educativo Local:**

- Criação do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) que abranja todos os estabelecimentos de ensino público do Concelho.

Para além das necessárias medidas de reestruturação da rede educativa local e de outras intervenções de carácter mais técnico e pedagógico, sugere-se, ainda, a criação de uma rede de berçários e creches públicas, abrangendo as três freguesias do Concelho, pese embora estas estruturas de apoio social não se enquadrem no âmbito do sistema educativo.

## **8.5.2. REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR**

Na tabela n.º 21 são apresentadas as principais medidas de intervenção que se consideram necessárias para fazer face ao diagnóstico realizado.

O financiamento das medidas propostas terá de resultar de um conjugação de vontades e esforços das entidades envolvidas, Ministério da Educação e Câmara Municipal. De notar, ainda, que a concretização de uma importante parte destas medidas está substancialmente dependente do

financiamento que possa advir no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), pelo que ainda não é possível apresentação de uma programação financeira detalhada.

Não menos importante, são as condicionantes orçamentais com que as Autarquias Locais se encontram confrontadas e que limita em muito a sua acção e capacidade de investimento.

**Tabela n.º 21** – Medidas de Intervenção Propostas para o Reordenamento da Rede Educativa de Sobral de Monte Agraço

Área de Intervenção	Medida	Tipo de Intervenção	Justificação	Características	Entidades Envolvidas	Fontes de Financiamento	Obs.
Pré-Escolar	<b>Jardim-de-infância de Pêro Negro (2008/09)</b>	Construção de novo edifício para albergar o actual JI <sup>(a)</sup>	As actuais instalações não possuem as condições físicas adequadas à educação pré-escolar.	Jl com 2 Salas, 1 Sala Polivalente, 1 Gabinete para Apoios Educativos, Refeitório, Cozinha, Prolongamento de Horários.	Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Sapataria e Ministério da Educação.	QREN, Ministério da Educação, Câmara Municipal	(a) A Câmara Municipal já possui um terreno e projecto do edifício a construir, sendo o orçamento previsto de 300.000€.

Área de Intervenção	Medida	Tipo de Intervenção	Justificação	Características	Entidades Envolvidas	Fontes de Financiamento	Obs.
Pré-Escolar	Alteração da Tipologia da EB1 de Serreira (Previsão de entrada em funcionamento: 2007/08)	Alterar a tipologia da EB1 de Serreira para EB1/JI de Serreira	Com a entrada em funcionamento do refeitório, encontram-se reunidas as condições necessárias para o CAIC passar a JI. Possibilitar a implementação da Componente de apoio à família.	EB1/JI com 1 sala JI e 1 sala de 1º CEB, Refeitório e Cozinha.	Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Sapataria e Ministério da Educação.	(não se aplica)	Proposta apresentada à DREL, no âmbito da requalificação da Rede Escolar para o ano lectivo de 2007/2008. Custo previsto:



Área de Intervenção	Medida	Tipo de Intervenção	Justificação	Características	Entidades Envolvidas	Fontes de Financiamento	Obs.
1º CEB com JI	<b>Centro Escolar da Freguesia de Santo Quintino (2009/10)</b>	Ampliação da actual EB1/JI de Pontes de Monfalim com a Construção de Raiz de novas infra-estruturas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da População Escolar no Pré-Escolar e 1º Ciclo, na Freguesia de Santo Quintino</li> <li>- A actual EB1/JI funciona em horário duplo.</li> <li>- Criação das condições necessárias para a implementação da escola a tempo inteiro.</li> </ul>	Centro Escolar com 3 salas de pré-escolar, 6 salas para 1º CEB, BE-CRE, 2 Salas Polivalentes, Ginásio, Gabinete de Apoios Educativos, Sala de Professores, Prolongamento de Horários.	Ministério da Educação, Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Santo Quintino	QREN, Ministério da Educação, Câmara Municipal	<p>Mantêm-se em funcionamento na Freguesia as EB1/JI de Almargem e EB1 de Fetais (esta última devido a à falta de transportes colectivos que façam a ligação entre as aldeias abrangidas pela escola e o novo centro escolar).</p> <p>Custo previsto: 1.250.000€</p>

Área de Intervenção	Medida	Tipo de Intervenção	Justificação	Características	Entidades Envolvidas	Fontes de Financiamento	Obs.
1º CEB com JI	<b>Ampliação da EB1/JI de Almargem (2008/09)</b>	Ampliação da EB1/JI de Almargem	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A actual EB1/JI funciona em horário duplo, sendo por isso necessário mais 1 sala para o 1º CEB.</li> <li>- Prevê-se o encerramento da EB1 de Casais, sendo esta a escola da Freguesia mais próxima o que a torna na melhor opção para escola de acolhimento.</li> <li>- A escola não dispõe de refeitório, nem de cozinha.</li> </ul>	Criação de 1 sala aula para 1º CEB, Cozinha e Refeitório.	Ministério da Educação, Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Santo Quintino	QREN, Ministério da Educação, Câmara Municipal	Com a entrada em funcionamento das novas infra-estruturas, a escola tem condições para acolher os alunos que frequentam a EB1 de Casais. Custo Previsto: 100.000€

Área de Intervenção	Medida	Tipo de Intervenção	Justificação	Características	Entidades Envolvidas	Fontes de Financiamento	Obs.
1º CEB com JI	<b>Centro Escolar da Freguesia de Sapataria (2009/10)</b>	Criação de Raiz de um novo estabelecimento de ensino, localizado na Sapataria e que substituirá a EB1 de Sapataria e JI de Sapataria	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da População Escolar no Pré-Escolar e 1º Ciclo, na Freguesia de Sapataria.</li> <li>- JI de Sapataria não dispõe das condições necessárias para o funcionamento da componente de apoio à família.</li> <li>- JI de Sapataria encontra-se na sua taxa de ocupação máxima.</li> <li>- Existem, na Freguesia, 2 escolas de lugar único com número reduzido de alunos (EB1 de Moitelas e Silveira), não dispondo as actuais instalações da EB1 de Sapataria das condições necessárias para acolher os alunos provenientes destas duas EB1, caso se verifique o seu encerramento.</li> </ul>	Centro Escolar com 3 salas de pré-escolar, 6 a 8 salas para 1º CEB, BE-CRE, 2 Salas Polivalentes, Ginásio, Gabinete de Apoios Educativos, Sala de Professores, Prolongamento de Horário.	Ministério da Educação, Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Sapataria	QREN, Ministério da Educação, Câmara Municipal	<p>Mantêm-se em funcionamento as EB1 de Pêro Negro e EB1 de Serreira (esta última devido a à falta de transportes colectivos que façam a ligação entre as aldeias abrangidas pela escola e o novo centro escolar).</p> <p>Custo Previsto: 1.250.000€</p>

Área de Intervenção	Medida	Tipo de Intervenção	Justificação	Características	Entidades Envolvidas	Fontes de Financiamento	Obs.
1º CEB com JI	<b>Centro Escolar da Freguesia de Sobral de Monte Agraço (Previsão de entrada em funcionamento: 2008/09)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alteração de Tipologia da EBI para EB1/JI</li> <li>- Adaptação de algumas salas da EBI para JI</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexistência da oferta pública de educação pré-escolar na Freguesia de Sobral de Monte Agraço.</li> <li>- EBI a funcionar em horário duplo e ES/3 com uma taxa de ocupação baixa, sendo por isso possível transferir o 2º CEB para a ES/3, possibilitando que o 1º CEB funcione em horário normal e libertando salas que podem ser adaptadas para JI.</li> <li>- Aumento previsível da população residente na freguesia em idade de frequentar a educação pré-escolar e o 1º CEB.</li> </ul>	Adaptação das actuais instalações de forma a criar 3 a 4 salas de JI e 11 a 12 salas de 1º CEB.	Ministério da Educação, Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Sobral de Monte Agraço	QREN, Ministério da Educação, Câmara Municipal	Custo Previsto: 100.000€ (Devendo ser acrescido do custo do equipamento necessário para mobilar o espaço).

Área de Intervenção	Medida	Tipo de Intervenção	Justificação	Características	Entidades Envolvidas	Fontes de Financiamento	Obs.
2º e 3º CEB e Ensino Secundário	<b>Ampliação da ES/3 e Alteração da Tipologia da ES/3 para EB2,3/S (2008/09)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de mais 10 salas de aula.</li> <li>- Alteração de tipologia de ES/3 para EB2,3/S</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A criação de mais salas de aula permite o acolhimento do 2º Ciclo pela actual ES/3, o que se considera necessário uma vez que a EBI funciona em horário duplo.</li> <li>- A criação de mais salas de aula viabiliza ainda o aumento dos cursos CEF e a dinamização de cursos Profissionais, os quais obrigam à existência de turmas de menor dimensão e, consequentemente, à ocupação de um maior número de salas de aula.</li> </ul>	A Escola ficará dotada de 35 salas de aula às quais acresce 12 salas específicas, das quais 3 poderão ser utilizadas como salas de aula, sempre que se verifique necessário.	Ministério da Educação, Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Sobral de Monte Agraço	Ministério da Educação	De acordo com a DREL a escola deverá acolher o 2º CEB no ano lectivo de 2008/09 Custo Previsto: 350.000€ (Devendo ser acrescido do custo do equipamento necessário para mobilar o espaço).

Área de Intervenção	Medida	Tipo de Intervenção	Justificação	Características	Entidades Envolvidas	Fontes de Financiamento	Obs.
2º e 3º CEB e Ensino Secundário	<b>Construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária (2008/09)</b>	Construção de Raiz do Pavilhão Gimnodesportivo	Dotar a actual ES/3 das infra-estruturas necessárias para a prática do Desporto e disciplinas de Educação Física	As exigidas pelo Ministério da Educação para este tipo de equipamentos.	Ministério da Educação, Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Sobral	Ministério da Educação	Custo Previsto: 600.000€ (Devendo ser acrescido do custo do equipamento necessário para mobilar o espaço).

### 8.5.3. ENSINO SUPERIOR

Como referido no sub-capítulo 6.1.5, no Município de Sobral de Monte Agraço não existe qualquer estabelecimento de Ensino Superior público ou privado.

Considera-se, no entanto, dada a proximidade do município de outros em que esta oferta existe, que a criação de um estabelecimento deste nível não constitui uma prioridade na Política Educativa Local.

Contudo, seria de todo interessante analisar a hipótese de, após a introdução dos cursos profissionais na Escola Secundária, promover cursos profissionais de nível IV (pós-secundário), como percurso de formação alternativo ao ensino superior, assim como apostar na formação contínua de quadros técnicos.

Tais cursos poderão, funcionar inicialmente na Escola Secundária e ponderar, a médio prazo, se é ou não oportuno a criação de instalações específicas para o seu funcionamento.

## 8.6. O NOVO TERRITÓRIO EDUCATIVO

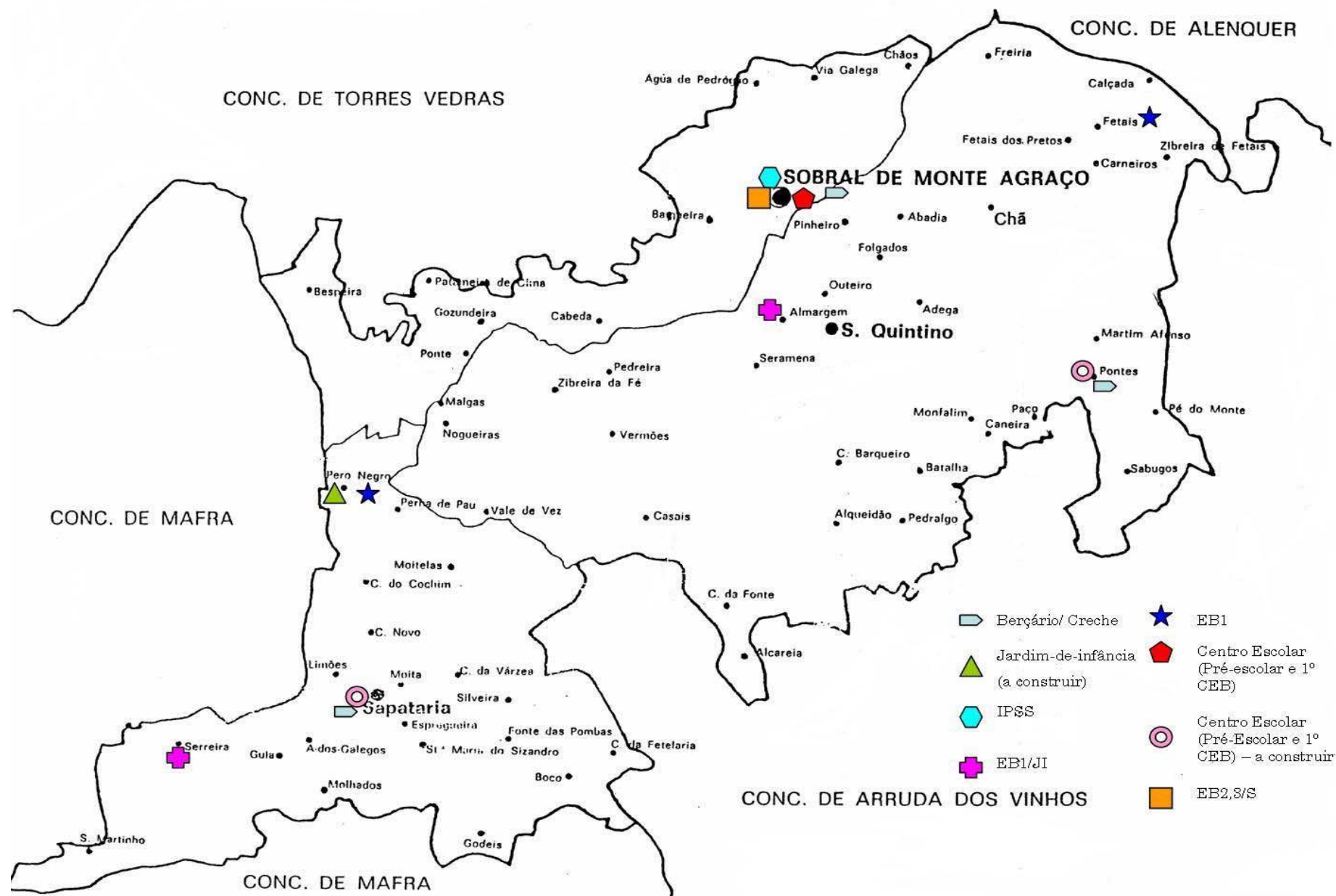
Recordando o referido no capítulo 3 define-se **Território Educativo** como “um espaço geográfico em que seja assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical e horizontal integrado”.

Analisando o mapa com a rede escolar local correspondente ao reordenamento resultante das propostas descritas anteriormente (mapa n.º4) verifica-se que o novo Território Educativo deverá abranger toda a área do Município, englobando todos os estabelecimentos de Ensino Básico,

Secundário e, embora não pertencente à escolaridade obrigatória, Pré-Escolar.

Assim, considera-se que a este Território Educativo deverá corresponder apenas um Agrupamento Vertical, que integre todos os estabelecimentos de ensino, promovendo a integralidade dos percursos escolares, sendo a escola sede do Agrupamento a actual ES/3, futura EB2,3/S.





Mapa n.º 5 - Reordenamento da Rede Escolar Local

## 8.7. OUTRAS MEDIDAS DE INTERVENÇÃO COMPLEMENTARES

Para além do reordenamento da rede escolar local considera-se também importante proceder-se à implementação de medidas a outros níveis da política educativa municipal, nomeadamente, medidas de âmbito pedagógico, apoio à família, ensino profissional e educação de adultos.

Optou-se, ainda, por se incluírem medidas de apoio à 1ª infância (rede de berçários e creches), embora cientes de que estes equipamentos não se encontram abrangidos pelo sistema educativo. Todavia, a verdade é que a sua existência não só se revela de extrema necessidade como também irá contribuir para o aumento da taxa de cobertura da educação pré-escolar, uma vez que actualmente muitos encarregados de educação optam por colocarem os seus educandos a frequentarem estabelecimentos de educação pré-escolar que se encontrem ligados ou nos quais funcionem berçários e creches.

Assim, na Tabela n.º 21 apresentam-se as medidas que se consideram mais urgentes:

**Tabela n.º 21 – Outras Medidas de Intervenção Complementares**

Área de Intervenção	Medida	Tipo de Intervenção	Justificação	Características	Entidades Envolvidas	Fontes de Financiamento	Obs.
Combate ao Insucesso e Abandono Escolar	<b>Dinamização de CEF (Todos os tipos) (2008/09)</b>	1ª Fase – Levantamento da população alvo - jovens com insucesso ou em risco de abandono escolar;	- Os CEF e constituem um percurso escolar alternativo ao ensino regular sendo uma opção para os jovens com insucesso escolar ou em risco de abandono escolar. - A oferta deste tipo de cursos no Concelho é mínima (2 cursos do tipo 2 no ano lectivo 2006/07), pelo que é importante a sua diversificação.	No final do processo de formação os alunos obtêm uma formação de nível I, II ou III, associada a uma progressão escola, com equivalência ao 6º, 9º ou 12º anos.	ES/3, Ministério da Educação, SPO (a ser criado), Câmara Municipal, IEFEP, CENFIM, Entidades Locais (estágios dos Alunos)	Ministério da Educação	Medida prevista pela iniciativa “Novas Oportunidades”
		2ª Fase – Programa de Orientação de Carreira destinado à população alvo; 3ª Fase – Escolha dos Cursos e sua dinamização.	- A ES/3 tem condições para acolher alunos, residentes em localidades do Concelho de Alenquer próximas do Sobral e que pretendam frequentar CEF, dado que as suas escolas de área de residência não dispõem deste tipo de oferta.				

Área de Intervenção	Medida	Tipo de Intervenção	Justificação	Características	Entidades Envolvidas	Fontes de Financiamento	Obs.
Combate ao Insucesso e Abandono Escolar	<b>Dinamização de Cursos Profissionais de Nível III e Cursos de Especialização Tecnológica de Nível IV (2008/09)</b>	1ª Fase – Levantamento da população alvo;	- Os cursos profissionais permitem aos jovens adquirirem uma formação profissional certificada, ficando mais habilitados para o ingresso na vida activa.	No final do processo de formação os alunos obtêm uma certificação profissional de nível III (equivalência ao 12º ano) ou nível IV (pós-secundário).	ES/3, Ministério da Educação, SPO (a ser criado), Câmara Municipal, CENFIM	Ministério da Educação	
		2ª Fase – Programa de Orientação de Carreira destinado à população alvo;	- Constituem um percurso escolar alternativo, verificando-se que a sua implementação ajuda na redução das taxas de insucesso e abandono escolares.		Entidades Locais (estágios dos Alunos)		

Área de Intervenção	Medida	Tipo de Intervenção	Justificação	Características	Entidades Envolvidas	Fontes de Financiamento	Obs.
Educação e Formação de Adultos	<b>Dinamização de Cursos EFA - Cursos de Educação e Formação de Adultos (2008/09)</b>	Identificação dos Cursos que		No final do processo de			
		melhor de adequam às necessidades do mercado de emprego do Concelho e da Região. Dinamização de Cursos EFA	Os Cursos EFA são uma das alternativas ao nível do ensino recorrente que permite aos adultos adquirirem simultaneamente uma certificação escolar e profissional.	formação os alunos obtêm uma formação de nível I, II ou III, associada a uma progressão escola, com equivalência ao 6º, 9º ou 12º anos.	ES/3, Ministério da Educação, SPO (a ser criado), Câmara Municipal,	Ministério da Educação	Medida prevista na iniciativa “Novas Oportunidades”

Área de Intervenção	Medida	Tipo de Intervenção	Justificação	Características	Entidades Envolvidas	Fontes de Financiamento	Obs.
Educação e Formação de Adultos	<b>Dinamização de Cursos RVCC (2008/09)</b>	Promover Cursos de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências)	Estes cursos possibilitam o aumento do nível de escolaridade da população adulta, através do reconhecimento e validação de competências adquiridas ao longo do percurso de carreira.	Cursos Certificados pelo Ministério da Educação e IEFP, que permitem a obtenção do diploma do 4º, 6º e 9º anos do ensino básico e estudos secundários (12º ano).	ES/3, Ministério da Educação, Instituições Acreditas ao Nível da Formação (ADRO, Sindicatos), Câmara Municipal.	Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, IEFP, Instituições credenciadas para formação e com as quais se estabeleçam os protocolos necessários.	Medida prevista na iniciativa “Novas Oportunidades”

Área de Intervenção	Medida	Tipo de Intervenção	Justificação	Características	Entidades Envolvidas	Fontes de Financiamento	Obs.
Pedagógica	<b>Criação do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) (2007/08)</b>	Criação de um SPO que abranja todos os estabelecimentos de ensino público do Concelho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nenhuma escola possui SPO, conforme previsto pelo DL n.º 190/91, de 17/05;</li> <li>- Os SPOs desenvolvem diversas intervenções, de combate ao insucesso e abandono escolares;</li> <li>- A existência do SPO é imprescindível para uma maior dinamização de cursos CEF e Profissionais.</li> <li>- O SPO tem um papel indispensável na selecção da população alvo dos cursos CEF e Profissionais, bem como na motivação destes alunos para a frequência de percursos escolares alternativos.</li> </ul>	Constituição de uma equipa SPO que apoie todos os alunos do agrupamento (Pré-escolar, Básico, Secundário) no âmbito das competências dos SPO, nomeadamente apoio pedagógico, psicológico e orientação de carreira.	Ministério da Educação	Ministério da Educação	Possibilidade de acordo entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal, dado que esta já disponibiliza recursos humanos na área de intervenção do SPO.

Área de Intervenção	Medida	Tipo de Intervenção	Justificação	Características	Entidades Envolvidas	Fontes de Financiamento	Obs.
Pedagógica	Incentivo à Educação Inclusiva (2007/08)	- Aumento dos Recursos Humanos afectos às escolas no âmbito dos apoios educativos - Aumento do material pedagógico e meios técnicos necessários ao apoio de alunos com NEE de carácter prolongado	Permitir que os alunos com NEE de carácter prolongado possam frequentar a escolaridade básica e secundária no Concelho, promover o seu sucesso escolar e facilitar a sua integração.	-	Ministério da Educação	Ministério da Educação	



Área de Intervenção	Medida	Tipo de Intervenção	Justificação	Características	Entidades Envolvidas	Fontes de Financiamento	Obs.
Apoio à 1ª Infância	<b>Criação de Rede de Berçários e Creches Públicos nas Freguesias do Concelho (Data prevista para concretização: Médio Prazo)</b>	Construção ou Adaptação de Espaços Existentes	Não existe qualquer infra-estrutura pública de Apoio à 1ª Infância no Concelho.	As exigidas pela Segurança Social	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; Câmara Municipal	QREN; Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; Câmara Municipal	Numa perspectiva de integralidade dos percursos educativos, considera-se que estas infra-estruturas dever-se-iam localizar nas proximidades dos centros escolares.

## 8.8. SÍNTESE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

A tabela seguinte sintetiza as propostas / intervenções expostas nos pontos 8.5.2 e 8.7 hierarquizando-as de acordo com a sua prioridade e calendarização apresentada.

Tabela n.º 22 – Síntese das Propostas Apresentadas

	Proposta	Calendarização Prevista	Custo Estimado	Obs.
Propostas de Intervenção / Reordenamento da Rede Escolar	<b>Alteração tipologia EB1 Serreira para EB1/JI de Serreira</b>	2007/2008 (Proposta já apresentada à DREL)	Não se aplica uma vez que as obras de adaptação necessárias foram realizadas pela Autarquia no decurso do ano 2006/2007.	Optou-se pela manutenção da EB1 de Serreira, embora esta seja uma escola com número reduzido de alunos, devido ao facto de não existirem transportes colectivos que façam a ligação entre as aldeias abrangidas por esta escola e a localidade de Sapataria (onde se localizará o novo Centro Escolar da Freguesia) e porque não dispõe a Autarquia dos recursos necessários para garantir esse mesmo transporte. Numa futura revisão da Carta Educativa poder-se-á ponderar a necessidade de manutenção desta escola ou a transferência deste alunos para o Centro Escolar.
	<b>Centro Escolar da Freguesia de Sobral de Monte Agraço (Adaptação da actual EBI para EB1/JI)</b>	2008 (entrada em funcionamento prevista para 2008/2009)	100.000€	

	Proposta	Calendarização	Custo	Obs.
--	----------	----------------	-------	------

		<b>Prevista</b>	<b>Estimado</b>	
<b>Propostas de Intervenção / Reordenamento da Rede Escolar</b>	<b>Centro Escolar da Freguesia de Santo Quintino (Ampliação da Actual EB1/JI de Pontes Monfalim)</b>	2008-2009 (entrada em funcionamento prevista para 2009/2010)	1.250.000€	Optou-se pela manutenção da EB1 de Fetais, devido ao facto de a Escola se localizar numa área para a qual se prevê um aumento da população residente. Por outro lado, não existem transportes colectivos que façam a ligação entre as aldeias abrangidas por esta escola e a localidade de Pontes Monfalim pelo que teria que ser a Autarquia a garantir os transportes escolares, situação inviável uma vez que a Câmara Municipal não dispõe dos recursos necessários para os mesmo. Numa futura revisão da Carta Educativa poder-se-á ponderar a necessidade de manutenção desta escola ou a transferência deste alunos para o Centro Escolar.
	<b>Centro Escolar da Freguesia de Sapataria</b>	2008-2009 (entrada em funcionamento prevista para 2009/2010)	1.250.000€	Com a entrada em funcionamento do Centro Escolar, poderão ser encerradas as EB1 de Moitelas e Silveira.
	<b>Ampliação da EB1/JI de Almargem</b>	2007/2008 (entrada em funcionamento 2008/2009)	100.000€	Esta intervenção é essencial para que a EB1 de Almargem possa funcionar em horário normal. Possibilita ainda o acolhimento dos alunos da EB1 de Casais.

	<b>Proposta</b>	<b>Calendarização</b>	<b>Custo</b>	<b>Obs.</b>
--	-----------------	-----------------------	--------------	-------------

		Prevista	Estimado	
<b>Propostas de Intervenção / Reordenamento da Rede Escolar</b>	<b>Ampliação da ES/3 e Alteração da Tipologia da ES/3 para EB2,3/S</b>	2008/2009	350.000€	Esta intervenção é essencial para que a escola possa acolher os alunos do 2º CEB e, manter a capacidade para dinamizar e diversificar as ofertas ao nível dos CEF e Cursos Profissionais.
	<b>Jardim-de-infância de Pêro Negro (Construção de Novo Edifício)</b>	2008 (entrada em funcionamento prevista para 2008/2009)	300.000€	Já existe terreno e projecto.
	<b>Construção do Pavilhão Gimnodesportivo da ES/3 (futura EB2,3/S)</b>	2008 (entrada em funcionamento em 2008/2009)	600.000€	
<b>Medidas de Intervenção Complementar</b>	<b>Dinamização de CEF (Todos os tipos)</b>	2008/2009		
	<b>Dinamização de Cursos Profissionais de Nível III e Cursos de Especialização Tecnológica de Nível IV</b>	2008/2009		
	<b>Dinamização de Cursos EFA</b>	2008/2009		
	<b>Dinamização de Cursos RVCC</b>	2008/2009		
	<b>Criação do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO)</b>	2007/2008	Os inerentes à contratação de pessoal técnico para o SPO e à aquisição do material técnico necessário ao funcionamento do serviço.	

	<b>Proposta</b>	<b>Calendarização Prevista</b>	<b>Custo Estimado</b>	<b>Obs.</b>
<b>Medidas de Intervenção Complementar</b>	<b>Incentivo à Educação Inclusiva</b>	2007/2008		
	<b>Criação de Rede de Berçários e Creches Públicos nas Freguesias do Concelho</b>	Médio Prazo		

### 8.9. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

A programação financeira é parte importante da Programação de Execução e deverá ser elaborada em conjunto com esta.

Destaca-se a necessidade do financiamento ter de resultar de um conjugado de vontades e esforços das várias entidades envolvidas.

Importa referir que a maioria das infra-estruturas propostas serão alvo de candidatura no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional, pelo que a respectiva programação financeira se encontra dependente deste, pelo que a programação financeira apresentada nas propostas é apenas uma estimativa, podendo vir a sofrer alterações.

Não menos importante, são as condicionantes orçamentais com que as Autarquias Locais se encontram confrontadas e que limita em muito a sua acção, razão pela qual os financiamentos do QREN são imprescindíveis à viabilidade dos projectos.

## 8.10. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

A implementação das propostas apresentadas só será possível se existir uma estreita articulação e conjugação de esforços entre as várias entidades intervenientes: Câmara Municipal, Ministério de Educação (Serviços Centrais e Regionais), Agrupamento de Escolas (ou Escolas) que a viabilizem.

Essa articulação deverá ser feita quer ao nível financeiro, quer ao nível técnico e dos meios que, inevitavelmente, são necessários (mesmo, imprescindíveis) quando se pretendem levar a efeito alterações tão profundas numa organização (neste caso a Rede Escolar).

## 9. MONITORIZAÇÃO / AVALIAÇÃO DO PROCESSO

### 9.1. INTRODUÇÃO

Após realizado o diagnóstico da situação actual, apresentadas as propostas e programada a intervenção, é importante perspectivar processos que possibilitem avaliar, a cada momento, a eficácia das medidas apresentadas e a real implementação das propostas de intervenção.

É, por isso, essencial conceber-se um processo de monitorização que permita avaliar a intervenção realizada, a eficácia das medidas e que sirva de suporte para futuras reavaliações da própria Carta Educativa.

É esse processo de monitorização que é apresentado de seguida.

### 9.2. FASES DO PROCESSO DE MONITORIZAÇÃO

#### 9.2.1. RECOLHA, ORGANIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O processo de monitorização pode ser esquematicamente dividido em três fases principais: a) Recolha dos Dados; b) Organização e Tratamento dos Dados e c) Disponibilização da Informação.

**a) Recolha dos Dados** – Embora sendo a primeira fase do processo, é das mais importantes. Nela se procederá à recolha do máximo de indicadores referentes à Educação a nível concelhio. É importante que sejam considerados indicadores objectivos (como por exemplo a evolução da população escolar) embora outros possam vir a ser igualmente avaliados (taxas de sucesso, retenção e abandono escolares, alunos com NEE, etc). Tal recolha dever-se-á basear em instrumentos desenvolvidos especialmente

para o efeito e que deverão ser previamente discutidos em sede do Conselho Municipal de Educação. Embora possa existir mais do que um instrumento (dependendo da fonte que se consulta) é essencial que a informação recolhida seja estatisticamente comparável.

A recolha dos dados deverá ser realizada anualmente devendo ser, preferencialmente, dividida em dois momentos (final do 1º período escolar – Dezembro, e final do ano lectivo), sendo realizada junto do Agrupamento, Serviços do Ministério da Educação, bem como outros organismos que se considere pertinente (nomeadamente Equipe de Apoios Educativos).

Tal tarefa ficará a cargo do Serviço de Educação da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço sendo que o preenchimento dos instrumentos será da responsabilidade das entidades referidas.

**b) Organização e Tratamento dos Dados** – Após a recolha dos dados os mesmos deverão ser organizados e registados informaticamente, para então serem analisados (análise estatística e qualitativa), de forma a se extraírem conclusões e ilações que possam suportar (re)ajustamentos e opções no âmbito da Política Educativa Municipal.

Dever-se-á, igualmente, proceder a uma análise evolutiva comparando os dados obtidos com os dos últimos anos lectivos.

A organização, tratamento e análise dos dados, será da responsabilidade da Câmara Municipal (Serviço da Educação).

**c) Disponibilização da Informação** – De nada servirá a recolha e análise dos dados se, posteriormente, estes não forem devidamente divulgados e utilizados. Torna-se, portanto, necessária a divulgação das suas conclusões, devendo a equipe encarregue do seu tratamento elaborar um relatório que será distribuído e analisado, em sede do Conselho Municipal de Educação, pelos diversos parceiros e por estes divulgados junto das entidades que representam.



Considera-se ainda, que em sede do Conselho Municipal de Educação, se deverá elaborar um breve resumo das conclusões apresentadas com o objectivo deste figurar nos meios de divulgação da Câmara Municipal (Boletim Municipal e/ou Site na Internet) disponibilizando-se, assim, o essencial da informação a toda a população.

### 9.2.2. INSTRUMENTOS DE ACÇÃO

Como referido anteriormente, crê-se importante envolver os diversos parceiros do Conselho Municipal de Educação em todo o processo de monitorização.

Assim, no Anexo L, M e N são apresentados alguns mapas que poderão ser utilizados como instrumentos de recolha de dados. Constituem, apenas, uma primeira proposta de instrumentos podendo, sempre que se considere útil, sofrer alterações e/ou adaptações. Considera-se que tais instrumentos deverão ser discutidos e analisados em sede do Conselho Municipal de Educação para que todas as entidades que irão estar envolvidas no seu preenchimento possam dar a sua opinião que constituirá, certamente, uma mais valia.

No entanto, alguns tópicos, dada a sua relevância para a monitorização do estudo, constarão sempre destes instrumentos. Apresentamos:

- Caracterização da população escolar.
- Taxas de aproveitamento e não aproveitamento escolar.
- Caracterização da população escolar com necessidades educativas especiais e apoios concedidos a esta população.
- Caracterização do pessoal docente e não docente afecto às escolas.

Poderão ainda fazer parte destes instrumentos tópicos relativos a:

- Caracterização dos serviços disponibilizados pelas escolas, ao nível dos apoios educativos.
- Ofertas Educativas.
- Caracterização de outros projectos educativos desenvolvidos pela comunidade escolar.

Junto dos serviços da Autarquia Local, torna-se ainda necessário recolher informação relativa, nomeadamente, a:

- Acção Social Escolar – número de alunos com apoio, subsídios atribuídos.
- Transportes Escolar – tipo de transportes escolares utilizados (serviço contratado – empresa de transportes públicos), circuitos especiais, outros transportes (táxi).
- Bolsas de Estudo (número de candidatos, número de bolsas atribuídas, valor total do subsídio).

### **9.2.3. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS**

A avaliação dos resultados constitui o principal objectivo de todo o processo de monitorização. Pretende-se avaliar até que ponto as medidas implementadas conseguiram alcançar os objectivos esperados, bem como até que ponto se verificaram ou não as projecções feitas.

Após a recolha e tratamento dos dados, torna-se necessário analisá-los afim de retirar conclusões que deverão ser comparadas com os objectivos propostos de forma a estabelecer novos objectivos e reajustar estratégias e medidas.

Tal avaliação deverá, num primeiro momento, ser realizada pela equipa que procedeu à recolha e tratamento dos dados e que esteja responsável pelo processo de monitorização. Num segundo momento, os resultados desta avaliação deverão, como já referido, ser discutidos no Conselho Municipal de Educação onde deverão igualmente ser estabelecidos os novos objectivos, medidas e estratégias a implementar e os recursos e meios envolvidos na sua implementação.

Uma breve avaliação da implementação das medidas propostas pela Carta Educativa deverá ser feita anualmente devendo-se, de cinco em cinco anos, proceder a uma análise evolutiva e detalhada dos resultados, a qual deverá servir de suporte à revisão da Carta Educativa.

## 10. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA

A Carta Educativa pretende ser um documento estruturante da Educação ao nível do Concelho. É, por isso, importante que o presente documento assente numa ampla discussão da problemática da educação ao nível do município, e que reflita uma visão abrangente de consensos entre os diversos agentes educativos sobre cada um dos problemas que directa e/ou indirectamente interferem na educação e na vida escolar dos alunos.

A Câmara Municipal consciente deste imperativo optou por, após a elaboração de um documento preparatório da Carta Educativa, promover reuniões de trabalho com os principais agentes educativos – Executivo Camarário, Agrupamento Vertical de Escolas, Escola Secundária com 3º Ciclo, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia, Associações de Pais e Encarregados de Educação, Associações de Estudantes, Associação Popular, por forma a auscultar as suas opiniões e integrar as suas sugestões na versão final da Carta Educativa.

Concluída a discussão, o documento será presente à reunião do Executivo Camarário para aprovação, seguindo-se, de acordo com o Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, a sua discussão e aprovação em sede do Conselho Municipal de Educação e posteriormente em Assembleia Municipal. Só após a aprovação do documento pela Assembleia Municipal é que se encontram reunidas as condições necessárias para o seu envio para homologação por parte do Ministério de Educação.

## 11. BIBLIOGRAFIA

**Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço (1996).** *Plano Director Municipal de Sobral de Monte Agraço*. Sobral de Monte Agraço, CMSMA.

**<sup>3</sup>Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço – Gabinete UNIVA (2001).** *Levantamento de Estabelecimentos por Actividade Agrícola, Construção Civil, Indústria e Serviços – Concelho de Sobral de Monte Agraço*. Sobral de Monte Agraço - CMSMA

**<sup>1</sup>Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço (2006).** <http://www.cm-sobral-monte-agraco.pt>. Dezembro 2006

**<sup>2</sup>Conselho Local de Acção Social de Sobral de Monte Agraço (2004).** *Diagnóstico Social*. Sobral de Monte Agraço – Rede Social

**Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro (2003).** *Regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e Aprova o Processo de Elaboração da Carta Educativa*. Diário da República, Número 12, I-A Série.

**<sup>4</sup>GIASE – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (2006).** *Sistema Educativo Português – Descrição Sumária referente ao ano lectivo de 2004-2005*. Lisboa Ministério da Educação (GIASE).

**<sup>6</sup>GIASE – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (2006).** *Planeamento da Rede Educativa – Princípios Orientadores (Actualização)*. Lisboa, GIASE.

**GIASE – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (2006).** <http://giase.min-edu.pt>. Fevereiro 2006.

**<sup>5</sup>Instituto Nacional de Estatística (2002).** *Censos 2001 – Resultados Definitivos*. Lisboa, INE.

**Instituto Nacional de Estatística (2006).** <http://www.ine.pt/censos2001>. Janeiro 2006.

**Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro (1997).** *Lei Quadro da Educação Pré-Escolar*. Diário da República, I Série.

**Lei de Bases do Sistema Educativo (1986).** *Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro.* Diário da República, I Série

**Martins, Édio (Coord.) (2000).** *Critérios de Reordenamento da Rede Educativa.* Lisboa, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento – Ministério Educação.

**Martins, Édio (Coord.) (2000).** *Manual para a Elaboração da Carta Educativa.* Lisboa, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento – Ministério Educação.

**Ministério da Educação (2003).** *Reforma do Ensino Secundário – Documento Orientador da Revisão Curricular Ensino Secundário.*

## 12. ANEXOS

- A. População Residente Segundo Nível de Ensino Atingido
- B. Evolução da População Escolar
- C. Taxas de Retenção, Sucesso e Abandono
- D. Necessidades Educativas Especiais
- E. Listagem das Escolas do Concelho
- F. Listagem dos Serviços de Psicologia e Orientação
- G. Fichas de Caracterização dos Estabelecimentos de Ensino
- H. Critérios de Planeamento dos Estabelecimentos de Ensino
- I. Sistema Educativo Português
- J. Níveis de Qualificação Profissional
- L. Instrumentos de Monitorização – Evolução da População Escolar
- M. Instrumentos de Monitorização – Taxas de Sucesso, Retenção e Abandono Escolar
- N. Instrumentos de Monitorização – Caracterização dos Estabelecimentos Escolares